

4526

estudos econômicos

Vol. 33 - n. esp - 2003

Índice Remissivo dos Artigos
Publicados em Estudos Econômicos
no Período 1992-2002

06 AGO 2007

BIBLIOTECA CENTRAL
Faculdade de Economia, Administração
e Contabilidade de Ribeirão Preto - USP

Publicação trimestral do Instituto de Pesquisas Econômicas da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo

COMISSÃO DE PUBLICAÇÃO: Carlos Roberto Azzoni, Antonio Carlos Coelho Campino, Simão Davi Silber.

CONSELHO EDITORIAL: Adriano H. Biava - FEA-USP, Alcécio S. Cunha - UnB, Alida C. Metcalf - Trinity University, Altriva Pilatti Balhana - UFPR, Ana Maria Afonso F. Bianchi - FEA-USP, Angela A. Kageyama - UNICAMP, Antonio Evaldo Comune - FEA-USP, Basília Maria Baptista Aguirre - FEA-USP, Carlos Antonio Luque - FEA-USP, Carlos Roberto Azzoni - FEA-USP, Celso Luiz Martone - FEA-USP, Cicely Moitinho Amaral - FEA-USP, Claudio Afonso Vieira - FEA-USP, Clóvis de Faro - FGV-RJ, Dante Mendes Aldrighi - FEA-USP, Décio K. Kadota - FEA-USP, Denisard Cnécio de Oliveira Alves - FEA-USP, Denise Cavallini Cyrillo - FEA-USP, Douglas Cole Libby - FFCH-UFMG, Elcutério F. da Silva Prado - FEA-USP, Elizabeth M. M. Q. Farina - FEA-USP, Eni de Mesquita Samara - FFLCH-USP, Eulália Lobo - UFRJ, Fábio Stefano Erber - IPEA-INPES, Fernando Bento Homem de Melo - FEA-USP, Fernando José Cardim de Carvalho - UFF, Gervásio Castro de Rezende - IPEA-INPES, Hélio Nogueira da Cruz - FEA-USP, Hélio Zylberstajn - FEA-USP, Heron Carlos E. do Carmo - FEA-USP, João Saboia - IEE-UFRJ, João Sayad - FEA-USP, Joaquim Elói Cirne de Toledo - FEA-USP, Jorge Eduardo de Castro Soromenho - FEA-USP, José Carlos de Souza Santos - FEA-USP, José Eli da Veiga - FEA-USP, José Flávio Motta - FEA-USP, José Francisco de L. Gonçalves - FEA-USP, José Juliano de Carvalho Filho - FEA-USP, José Paulo Z. Chahad - FEA-USP, Juarez Alexandre Baldini Rizzieri - FEA-USP, Leda Maria Paulani - FEA-USP, Lenina Pomeranz - FEA-USP, Luiz Antonio de Oliveira Lima - FGV-SP, Luiz Augusto de Queiroz Ablas - FEA-USP, Manoel Enriquez Garcia - FEA-USP, Márcio Issao Nakane - FEA-USP, Marcos Eugênio da Silva - FEA-USP, Maria Cristina Cacciamali - FEA-USP, Maria da Conceição Sampaio de Sousa - UnB, Maria de Lourdes Rollemberg Mollo - UnB, Maria José F. Willumsen - Flórida Int. University, Maria Helena Zockun - FIPE, Maria Lúcia Rangel Filardo - FEA-USP, Maria Sílvia C. B. Bassanezi - UNICAMP-NEPO, Milton de Abreu Campanário - FEA-USP, Nelson H. Nozoe - FEA-USP, Paulo César Milone - FEA-USP, Paulo de Tarso P. L. Soares - FEA-USP, Paulo Nogueira Batista Júnior - FGV-SP, Pedro César Dutra Fonseca - IEP-UFRGS, Raul Cristóvão dos Santos - FEA-USP, Roberto Vermulm - FEA-USP, Rodolfo Hoffmann - ESALQ, Samuel de Abreu Pessôa - FGV-RJ, Sílvia Maria Schor - FEA-USP, Simão Davi Silber - FEA-USP, Vera Lucia Fava - FEA-USP, Yony Sampaio - PIMES-UFPE, Zilda Paes de Barros Mattos - ESALQ.

Editora-Responsável:
Fabiana Rocha

Editora-Assistente e
Supervisão Gráfica:
Eny Elza Ceotto

Programação Visual e
Composição: Sandra Vilas Boas

Capa
Christof Gunkel

Secretaria: Elisabete Marques de Sena

Divulgação: Maria de Jesus
Antunes Soares, Luis Dias Pereira

Continuação, a partir de 1970,
de: *Revista de Teoria e
Pesquisa Econômica*.

Esta revista está sendo
indexada por:
Journal of Economic Literature,
versões eletrônicas on line e CD-
ROM, *Boletín de Sumarios de
Revista de Economía, Pensamiento
Iberoamericano, Literatura
Económica, Handbook of Latin
American Studies e Sumários
Correntes Brasileiros de Ciências
Sociais e Humanas.*
*Public Affairs Information Service -
PAIS International, Hispanic
American Periodical Index (HAPI).*

Produção Editorial do
Departamento de Publicação e
Divulgação da Fundação Instituto
de Pesquisas Econômicas - FIPE,
assentada no DCDP/MJ
sob nº 066-P209/73

Endereço para correspondência:
FIPE - Depto. de Publicações -
Caixa Postal 11.474 - Ag. Pinheiros
05422 - 970 - São Paulo - SP
f:3818-5867
e-mail: restecon@edu.usp.br

Assinaturas
BRASIL - 36 REAIS
EXTERIOR - US\$ 35 (simples).

estudos econômicos

06 ABR 2007

BIBLIOTECA CENTRAL
Faculdade de Economia, Administração
Contabilidade de Ribeirão Preto - USP

SUMÁRIO

Resumo dos artigos	7
Índice de Palavras-chave	137
Índice de Autores	159

Apresentação

Em 1991 foi publicado o primeiro índice remissivo da *Estudos Econômicos*. O sucesso daquela empreitada incentivou-nos a empreender um esforço de organizar um novo índice que permita uma consulta rápida e eficiente dos artigos publicados no período 1992 a 2002.

Como na edição anterior, o primeiro índice apresenta os resumos dos artigos de acordo com a ordem alfabética de sobrenome dos autores. O segundo índice traz, por palavras-chave, o número dos artigos cujos resumos e dados bibliográficos constam desta publicação. Finalmente, o terceiro índice é organizado de acordo com o sobrenome de cada um dos autores que colaboraram com a revista durante esse período.

Esperamos que, de fato, este número especial possa encurtar o esforço e o tempo de levantamento bibliográfico dos pesquisadores em Economia e traduzir a qualidade e a diversidade que sempre marcaram a *Estudos Econômicos*.

Todo o trabalho de organização do índice foi realizado por Sandra Vilas Boas e Eny Elza Ceotto. Sem a dedicação incansável delas não teria sido possível levar adiante este projeto.

Fabiana Rocha

Editora

Resumo dos Artigos Publicados em Estudos Econômicos no Período de 1992-2002

1. ABRAMOVAY, Ricardo. *A dualização como caminho para a agricultura sustentável*, v. 24, n. especial, p. 157-182, 1994.

No debate europeu sobre agricultura sustentável destacam-se hoje duas posições: por um lado, aqueles que preconizam a dualização explícita do setor agrícola e a concentração das funções produtivas entre os maiores agricultores, ficando aos outros reservado o cuidado com a preservação do espaço rural. Por outro lado, estão aqueles para os quais é na distribuição dos direitos a produzir - e dos fundos públicos a eles correspondentes - que se encontra o caminho para a sustentabilidade. Parte de um programa de pesquisa sobre as mudanças recentes na política agrícola dos países capitalistas avançados, este trabalho examina a primeira destas perspectivas. <política agrícola, liberalismo, reforma da política agrícola comum, ajudas diretas, amenidades rurais>

2. AFONSO, José Roberto Rodrigues. *Aspectos conceituais das relações financeiras intergovernamentais*, v. 22, n. 1, p. 5-34, jan-abr 1992.

Este artigo objetiva contribuir para a análise das relações entre as esferas de governo no Brasil. Para fundamentar o estudo é realizada, inicialmente, uma revisão das classificações e da estrutura analítica adotadas em trabalhos sobre a experiência de outros países. Sugere-se discriminar as relações intergovernamentais no Brasil entre as vinculadas ou não à repartição ou partilha de receitas tributárias, além das que envolvem a contratação de dívidas. Conclui-se que esse sistema de transferência teve papel crucial para a descentralização do gasto público iniciada na década de oitenta. Esta característica foi acentuada pela reforma constitucional de 1988, embora com novas

alterações na natureza das relações intergovernamentais que favorecem a autonomia dos governos estaduais e municipais. <finanças públicas, federalismo fiscal, relações intergovernamentais, descentralização fiscal>

3. AGUIRRE, Antonio; FARIA, Diomira M. C. P. de. "Avaliação contingente" de investimentos ambientais: um estudo de caso, v. 26, n. 1, p. 85-109, jan-abr 1996.

Nesse trabalho discutem-se as razões pelas quais às vezes são necessários métodos alternativos aos tradicionais para avaliar os benefícios de um projeto de investimento. A avaliação contingente é um desses métodos alternativos. Ele tenta estimar o valor que um bem coletivo tem para cada indivíduo, enfrentando-os com perguntas hipotéticas sobre sua disposição a pagar pelo bem em questão. Além de se discutir os principais aspectos metodológicos desse método de avaliação, apresentam-se, também, o correspondente marco teórico e mostram-se os resultados de uma aplicação. O método foi usado para estimar os benefícios derivados da despoluição das praias da principal área urbana do Estado de Espírito Santo como consequência da construção de um sistema de esgoto sanitário e tratamento dos efluentes. <avaliação de projetos, avaliação social de projetos, avaliação contingente>

4. ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta e. *Notas sobre os determinantes tecnológicos do catching up: uma introdução à discussão sobre o papel dos sistemas nacionais de inovação na periferia*, v. 27, n. 2, p. 221-253, maio-ago 1997.

Partindo de uma discussão dos determinantes do progresso tecnológico e de suas especificidades em países periféricos (distantes da fronteira tecnológica), este artigo sugere que processos de *catching up* são consequência do desenvolvimento de uma capacidade interna de absorção de tecnologias geradas nos países líderes. Essa capacidade de absorção se apóia na atividade das firmas (em especial, das nacionais), consideradas aqui como *locus* da acumulação tecnológica. Ino-

vações institucionais constituem-se em importante pré-requisito para essa capacitação. Ao definir os elementos constitutivos da capacidade de absorção especifica-se a singularidade do papel de um sistema nacional de inovação em um país periférico. <determinantes do progresso tecnológico, processos de *catching up*, capacidade de absorção, sistemas nacionais de inovação>

5. ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta e. *Sistemas nacionais de inovação e direitos de propriedade industrial: notas introdutórias a um debate necessário*, v. 26, n. 2, p. 171-200, maio-ago 1996.

Sistemas nacionais de inovação diferentes têm diferentes legislações de direitos de propriedade intelectual (DPIs). As conexões entre as leis de patentes e os fatores econômicos são estabelecidas. A análise da economia do sistema de patentes é o ponto de partida. Em especial, o *trade off* entre os incentivos para inovar ou para difundir inovações é discutido: diferentes *mix* desses incentivos podem criar ambientes econômicos distintos. Os países atualmente desenvolvidos construíram as suas legislações de DPI de acordo com as especificidades da construção de seus sistemas nacionais de inovação. Para analisar o Brasil, três aspectos são apresentados: 1) o papel crescente do conhecimento e da informação no processo econômico; 2) as pressões internacionais por DPIs mais rígidos; 3) o estágio de construção do sistema nacional de inovação brasileiro. <patentes, sistemas nacionais de inovação, economia da tecnologia>

6. ALDRIGHI, Dante Mendes. *A segmentação no mercado de trabalho do setor industrial de São Paulo (1889-1920)*, v. 28, n. 3, p. 491-532, jul-set 1998.

Este artigo tem como objetivo focalizar as relações entre, de um lado, as diferenças nas condições de trabalho (salário e duração de trabalho), na composição etária e por gênero, e no poder de barganha das diversas categorias de trabalhadores e, de outro, a heterogeneidade das estruturas técnicas e organizacionais dos vários ramos que compunham a indústria paulista durante o período de 1889 a 1920. Ar-

gumenta-se que a diversidade no modo de organização e no estágio técnico das empresas industriais constitui um fator importante na determinação das diferenças que se manifestaram no mercado de trabalho, sendo esta relação mediada pelo grau de qualificação do trabalhador exigido pelas características técnicas do processo de produção. <segmentação no mercado de trabalho industrial, estrutura industrial, história econômica paulista>

7. ALDRIGHI, Dante Mendes. *Corporate governance in Germany: an assessment of the convergence hypothesis*, v. 30, n. 1, p. 51-100, jan-mar 2000.

Este artigo focaliza os mecanismos de governança das empresas na Alemanha. É dada ênfase às mudanças que vêm ocorrendo no cenário financeiro e empresarial alemão desde o começo dos anos noventa. Duas questões inter-relacionadas são discutidas: 1) a extensão na qual a crescente integração dos mercados financeiros e dos produtos tem afetado o padrão de governança das empresas alemãs; 2) a hipótese de convergência desse padrão com o que prevalece nos Estados Unidos. Argumenta-se que, a despeito das profundas transformações no modo como as empresas alemãs são controladas, permanecem diferenças marcantes em relação ao modelo anglo-saxão. Assim, a evidência disponível até o momento não é suficiente para corroborar a suposição de que esteja ocorrendo uma convergência. <governança corporativa, governança financeira de empresas, Alemanha, globalização financeira>

8. ALLAIN, Marcelo Resende. *Impactos da liberalização comercial sobre preços industriais*, v. 25, n. 2, p. 151-272, maio-ago 1995.

O objetivo deste artigo é avaliar os impactos da liberalização comercial brasileira sobre a oferta industrial. Considerando a significativa mudança na política comercial no início dos anos noventa, examina-se a hipótese de a função de produção de alguns setores industriais paulistas ter sofrido uma mudança estrutural, no sentido de uma nova composição dos insumos importados, domésticos e de mão-de-obra.

<abertura comercial, estabilização econômica, preços industriais, custos de insumos, mudanças estruturais, oferta industrial>

9. AMADO, Adriana M. *A questão regional e o sistema financeiro no Brasil: uma interpretação pós-keynesiana*, v. 27, n. 3, p. 417-440, set-dez 1997.

Este artigo parte de uma abordagem pós-keynesiana de incerteza, tempo e moeda, e seguindo os modelos apresentados por Chick e Dow, que adaptam essas abordagens gerais à questão regional, procura analisar a dinâmica financeira regional no Brasil. Conclui que as diferenças estruturais profundas que se observam entre as diferentes regiões no Brasil conduzem a uma dinâmica que tende a reforçar os círculos viciosos que ampliam as desigualdades regionais, ao invés de reduzi-las, como prevêem os modelos ortodoxos. <desenvolvimento regional, sistema financeiro, pós-keynesiano>

10. AMADO, Adriana Moreira; SILVA, Luiz Afonso Simoens da. *Considerações sobre as perspectivas nacionais e regionais do processo de integração monetário-financeira do Mercosul*, v. 30, n. 4, p. 571-596, out-dez 2000.

O artigo analisa as perspectivas de integração monetária no Mercosul. Para tanto, parte de um referencial teórico pós-keynesiano, observando os problemas associados a processos de integração monetária entre economias estruturalmente muito diversas. O trabalho procura verificar se no caso do Mercosul essas diferenças são ou não relevantes. <uniões monetárias, Mercosul, teoria pós-keynesiana>

11. ANCHITE, Claudine Furtado; ISSLER, João Victor. *Racionalidade e previsibilidade no mercado brasileiro de ações: uma aplicação de modelos de valor presente*, v. 32, n. 2, p. 159-201, abr-jun 2002.

Utilizando dados financeiros brasileiros do Ibovespa, testa-se a validade dos modelos de valor presente (MVP) no mercado de ações. Estes modelos relacionam o preço de uma ação ao seu fluxo de caixa

futuro esperado (dividendos) trazido a valor presente utilizando uma taxa de desconto constante ou variante ao longo do tempo. Associada a estes modelos está a questão da previsibilidade dos retornos num contexto de expectativas racionais. Neste artigo é realizada uma análise multivariada num arcabouço de séries temporais utilizando a técnica de Auto-regressões Vetoriais. Os resultados empíricos corroboram, em grande medida, o MVP para o Ibovespa brasileiro, pois há uma igualdade estatística entre a previsão ótima do mercado para o **spread do equilíbrio de longo prazo** e seus valores observados. <dividendos, preços de ações, co-integração, modelos de valor presente>

12. ANDRADE, Mônica Viegas; LISBOA, Marcos de Barros. *Mortalidade nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais*, v. 31, n. 1, p. 5-56, jan-mar 2001.

Neste artigo sistematizamos diversos fatos estilizados sobre a qualidade do sistema de saúde brasileiro, analisando, em particular, a evolução das principais causas de mortalidade no período de 1981 a 1995 nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Três medidas foram utilizadas para mensurar a qualidade do sistema de saúde no Brasil: o cálculo dos anos de vida perdidos por cada causa específica, a distribuição das principais causas de mortalidade por grupos etários e as taxas específicas de mortalidade. O cálculo dos anos de vida perdidos parece-nos adequado do ponto de vista da análise do bem-estar, uma vez que considera não só a causa de mortalidade, mas também a estrutura etária associada à mortalidade de determinada economia. A distribuição de frequência das causas de mortalidade por grupos etários permitiu-nos analisar a evolução do padrão de mortalidade nos anos 80 e 90. Por último, a conjugação da análise das distribuições de frequência por grupos etários à das taxas de mortalidade específica permitiu-nos comparar o padrão de mortalidade dos três Estados brasileiros ao padrão americano. <mortalidade, sistema de saúde brasileiro, bem-estar>

13. ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente. *Distribuição espacial da indústria: possibilidades atuais para a sua investigação*, v. 30, n. 2, p. 207-231, abr-jun 2000.

A década de 90 foi marcada por intensas mudanças estruturais - abertura comercial, reestruturação produtiva e mudança do papel do Estado no processo de desenvolvimento econômico do País -, cada uma, ao seu modo, intervindo nas decisões locacionais dos agentes econômicos. Foi também uma década na qual a insuficiência de dados censitários combinou-se às evidências de elevação da produtividade industrial, impondo sérios limites tanto para a utilização de estimativas da evolução espacial do valor agregado pela indústria como para utilização de variáveis *proxies*, como, por exemplo, o emprego industrial. Neste trabalho são discutidas as possibilidades e limites para a mensuração dos movimentos de repartição espacial do produto industrial na década de 90, realizando-se, por fim, com base em dados do MTb (Relatórios Anuais de Informações Sociais) e da FEE (Fundação de Economia e Estatística), uma avaliação da alternativa de utilização da variável pessoal ocupado como *proxy* para interpretação dos movimentos espaciais do produto industrial à escala intra-estadual. <desconcentração industrial, produtividade industrial, métodos de análise regional>

14. ANGELO, Cláudio Felisoni de; SANVICENTE, Antonio Zoratto. *Conduta e desempenho de empresas: uma aplicação de "cluster analysis" à segmentação da indústria do cimento*, v. 22, n. 1, p. 107-128, jan-abr 1992.

O presente trabalho discute a importância de uma adequada classificação de empresas por semelhança para fins comparativos, partindo do paradigma conduta-desempenho da Teoria da Organização Industrial. Para fins ilustrativos, toma como base 36 empresas da indústria do cimento no Brasil, e aplica a metodologia de *cluster analysis* visando identificar, dentro de um subsetor tido como homogêneo, os subgrupos de empresas mais assemelhadas e que, portanto, permitiram comparações externas mais apropriadas. Com base em da-

dos relativos a cinco variáveis de desempenho e outras cinco variáveis de conduta, extraídos de demonstrações financeiras publicadas, este estudo inicialmente encontrou, usando a técnica de correlação canônica, resultados significativos e conforme as expectativas para relações entre variáveis de desempenho e conduta. Além disso, foi identificado um grande subgrupo de cerca de 2/3 de empresas homogêneas no subsetor. Entretanto, isso deixa 14 das 36 empresas como suficientemente distintas para fins de alguma comparação válida com o que seria típico na indústria do cimento. <indústria de cimento, organização industrial, classificação setorial, correlação canônica, *cluster analysis*>

15. ANJOS JR., Moacir dos. *Moeda, liquidez e experimentos cruciais*, v. 28, n. 2, p. 257-281, abr-jun 1998.

O artigo aponta incompatibilidades entre os pressupostos necessários à validação da teoria das probabilidades e seu uso para explicar a *rationalidade* na qual a detenção de determinados ativos, decorrente da liquidez a eles atribuída, está fundada. Argumenta-se que o fato de a decisão de manter um ativo em razão de sua liquidez ser um 'experimento crucial' torna aquela teoria inadequada para seu entendimento. Como alternativa à teoria das probabilidades, propõe-se a adaptação e emprego da teoria das expectativas de G.L.S. Shackle. <liquidez, probabilidade, Shackle>

16. ARAUJO, Jorge Thompson. *Modelos de crescimento de inspiração keynesiana: uma apreciação*, v. 28, n. 1, p. 5-32, jan-mar 1998.

Mesmo com o ressurgimento do interesse na condução de pesquisas teóricas e empíricas sobre crescimento econômico, as contribuições de natureza keynesiana a este tópico não têm recebido suficiente atenção. No presente artigo procuramos preencher este hiato por meio de uma avaliação crítica de tais contribuições, especialmente as geradas pela chamada "Escola de Cambridge". As principais características desta vertente são analisadas *vis-à-vis* aquelas da chamada Nova Teoria do Crescimento, proposta por Romer, Lucas, Barro e outros.

Discutem-se, então, as principais falhas atribuídas aos modelos de crescimento de inspiração keynesiana, como a ausência de fundamentos microeconômicos, tratamento inadequado das expectativas e ênfase excessiva em aspectos da demanda agregada em detrimento do âmbito da oferta. Embora a validade de algumas dessas críticas seja devidamente reconhecida, este artigo sugere que a vertente keynesiana possui contribuições o suficiente para justificar uma maior atenção por parte de pesquisadores e *policymakers*, assim como uma maior integração de sua agenda de pesquisa com as vertentes não-keynesianas. <crescimento econômico, crescimento endógeno, teoria do capital, distribuição funcional da renda, Escola de Cambridge, fundamentos microeconômicos da macroeconomia>

17. ARBEX, Marcelo A.; ROTATORI, Wilson Luiz. *Eficiência em mercados futuros, prêmio de risco e bandas de câmbio no Brasil*, v. 30, n. 4, p. 525-547, out-dez 2000.

As expectativas são substancialmente afetadas pela política econômica. Os preços futuros são eficientes quando captam todas as informações disponíveis e são estimativas não-viesadas dos preços a vista no futuro. O viés entre o preço futuro e a vista pode ser atribuído à presença de um prêmio de risco que varia no tempo e pode ser parcialmente explicado pelos valores passados dessas variáveis. A eficiência do mercado de câmbio é especialmente influenciada pela política cambial. Este trabalho investiga esta relação testando a hipótese de eficiência para o mercado de dólar futuro negociado na BM&F, no período Julho de 1994 a Abril de 2000. Os resultados indicam que o mercado de câmbio brasileiro é ineficiente para todo o período. Analisando apenas o sistema de bandas cambiais, o mercado futuro de dólar também é ineficiente. Os resultados sugerem ainda que existe um prêmio de risco no mercado brasileiro de câmbio. <eficiência, mercado futuro, prêmio de risco, bandas cambiais>

18. ARVIN-RAD, Hassan. *Finite Sample properties of the partially restricted reduced form estimator*, v. 28, n. 2, p. 225-255, abr-jun 1998.

O artigo examina a densidade exata de uma função linear do *estimator* PRRF sob o mesmo conjunto de suposições de Nagar e Sahay (1978). Obtemos a expressão geral dos momentos exatos dessa função, os quais podem ser utilizados para se chegar às expressões para momentos de ordem arbitrária. Usando este resultado, determinamos as fórmulas explícitas dos quatro primeiros momentos. Em seguida estendemos os resultados para o caso no qual apenas se assume que a matriz de variáveis exógenas tem posto igual ao número de colunas e a matriz de covariância das variáveis endógenas é positiva definida. A ferramenta analítica utilizada para obter esses resultados é a técnica de cálculo fracionário aplicada originalmente à econometria por Phillips (1984). <estimator de forma reduzido parcialmente restringido, densidade exata, momentos exatos, erro de previsão quadrático médio, cálculo fracionário>

19. ARVIN-RAD, Hassan; WILLUMSEN, Maria José; WITTE, Ann Dryden. *Industrialização e desenvolvimento no governo Vargas: uma análise empírica de mudanças estruturais*, v. 27, n. 1, p. 127-166, jan-abr 1997.

Examinamos o legado econômico de Getúlio Vargas mediante o emprego de métodos de séries de tempo para identificar rupturas estruturais. Especificamente, usamos um modelo de tendência estacionária para representar o índice total de produção manufatureira e os índices para cinco setores industriais, entre 1919 e 1968. Estes anos abrangem as quatro distintas fases do governo Vargas e o período durante o qual desenvolveram-se as indústrias básicas, como a siderurgia e a petroquímica. Concluímos que Vargas teve uma ação importante sobre o desenvolvimento econômico do Brasil. Em seu governo, o País encaminhou-se de uma sociedade marcadamente agrária, com algumas indústrias leves, para uma fortemente urbana e industrial, com importantes indústrias pesadas. (FONSECA, 1989) Verificamos ainda que a política de Vargas ensejou rupturas estruturais no

desenvolvimento das indústrias do aço e de minerais não-metálicos. Todavia, tais mudanças não se mostraram suficientes para provocar mudanças significantes no índice total de produção manufatureira. <mudanças estruturais, testes de mudanças estruturais, industrialização, políticas econômicas, Vargas>

20. AZZONI, Carlos R.; ISAI, Joao Yo. *Custo da proteção de áreas com interesse ambiental no estado de São Paulo*, v. 22, n. 2, p. 253-271, maio-ago 1992.

O trabalho discute o custo da proteção de áreas com interesse ambiental, concentrando-se em um caso específico do Estado de São Paulo, cuja Constituição prevê compensação financeira a municípios com áreas especialmente protegidas em seus territórios. Além de uma rápida discussão conceitual do problema em geral, e do caso em discussão, procura-se quantificar o montante da compensação devida a cada município, tecendo-se considerações sobre o impacto dessa compensação para as finanças do Estado e dos municípios contemplados. <proteção ambiental, planejamento, Estado de São Paulo, economia regional e urbana>

21. AZZONI, Carlos R.; CARMO, Heron E. do; MENEZES, Tatiane. Nota - *Índice de custo de vida comparativo para as principais regiões metropolitanas brasileiras: 1981-1999*, v. 30, n. 1, p. 165-186, jan-mar 2000.

O trabalho apresenta os resultados obtidos com o cálculo de um índice de preços multilateral para as regiões metropolitanas brasileiras, o qual permite realizar comparações de níveis de custo de vida entre várias regiões simultaneamente. Os resultados para o período 1981-1999 indicam uma variância muito grande de níveis de custo de vida entre as regiões durante todo o período em análise, com um diferencial entre a cidade mais cara e a mais barata de mais de 30% em 1999. A análise, no tempo, dos dados permite concluir que o alto diferencial de custo de vida entre as regiões brasileiras estudadas é significativo, devendo ser considerado nos estudos das desigualda-

des regionais, linhas de pobreza etc. <custo de vida, regiões metropolitanas, desigualdade regional, índice de preços multilateral>

22. AZZONI, Carlos Roberto. *Concentração regional e dispersão das rendas per capita estaduais: análise a partir de séries históricas estaduais de PIB, 1939-1995*, v. 27, n. 3, p. 309-335, set-dez 1997.

O trabalho tem como um de seus objetivos apresentar a metodologia desenvolvida para compatibilizar as distintas séries de PIB disponíveis e divulgar os resultados obtidos para um período de 56 anos. Algumas análises são efetuadas para caracterizar traços gerais da concentração econômica, dos componentes de crescimento dos Estados e regiões e da evolução da dispersão das rendas *per capita* estaduais ao longo desse período semi-secular, com o objetivo de registrar como a concentração e dispersão de rendas regionais evoluem ao longo do tempo. Também foram feitas associações entre crescimento econômico e desigualdade, procurando avaliar como diferentes ritmos de crescimento afetam a sua geração. <desigualdade regional, economia regional>

23. BARBOSA, Fernando de Holanda. *Taxa de câmbio e poupança: um ensaio sobre o efeito Harberger-Laursen-Metzler*, v. 29, n. 1, p. 5-21, jan-mar 1999.

Este artigo realiza uma dedução rigorosa das condições em que o efeito Harberger-Laursen-Metzler (HLM) é válido no modelo tradicional de renda-despesa das curvas IS-LM, bem como analisa o efeito HLM num modelo de otimização intertemporal, de uma economia aberta que não afeta os preços dos bens e serviços que importa, mas paga um prêmio de risco nos empréstimos que obtêm no mercado de capitais internacional. <taxa de câmbio, poupança, efeitos-renda, teoria do consumidor>

24. BARRETO, Flávio Ataliba F. D.; OLIVEIRA, Luiz Guilherme Schymura de. *Transição para regimes previdenciários de capitalização e seus efeitos macroeconômicos de longo prazo no Brasil*, v. 31, n. 1, p. 57-87, jan-mar 2001.

Reformas de sistemas previdenciários vêm sendo, ao longo desta década, uma das mais importantes preocupações governamentais na área fiscal, não só no Brasil, mas na maioria dos países na América Latina. Em nível macroeconômico, diversos efeitos são verificados quando da mudança de sistemas de repartição para sistemas capitalizados. Este artigo tem por objetivo verificar, utilizando um modelo de gerações superpostas com 55 gerações, as conseqüências, em nível macroeconômico e sobre o bem-estar dos indivíduos em estado estacionário, quando da troca dos sistemas. De uma maneira geral, os resultados das simulações indicam que os sistemas previdenciários capitalizados produzem uma economia mais capital-intensiva, com menores níveis de juros e maiores níveis de salário. No entanto, esse resultado estaria condicionado à forma de financiamento da transição. <reforma da Previdência Social, efeitos macroeconômicos, bem-estar>

25. BARROS, Ricardo Paes de; FOGEL, Miguel; MENDONÇA, Rosane. *Perspectivas para o mercado de trabalho brasileiro ao longo da próxima década*, v. 27, n. especial, p. 7-36, 1997.

Nesse estudo projetamos o desenvolvimento do mercado de trabalho do Brasil nos próximos dez anos, até o ano de 2005. Em particular, interessa-nos avaliar o que ocorrerá com o nível salarial e a taxa de desemprego para trabalhadores qualificados e não qualificados. Primeiramente, projetamos a evolução da demanda e da oferta de trabalho para os dois tipos de trabalhadores, assumindo um nível salarial constante. Em segundo lugar, dadas as estimativas de déficit ou superávit de emprego, determinamos como a taxa de desemprego e o nível salarial modificar-se-ão de modo a equilibrar o mercado, sob a hipótese de que este se manterá durante a próxima década ao longo de uma dada curva de salário. <mercado de trabalho, traba-

lhadores qualificados e não qualificados, taxa de desemprego, nível salarial>

26. BATISTA JR., Paulo Nogueira. *A armadilha da dolarização*, v. 23, n. 3, p. 357-399, set-dez 1993.

Este artigo discute reformas monetárias que envolvem algum tipo de “dolarização” da economia, examinando os elementos centrais dessa abordagem e, em especial, a possibilidade de aplicá-la ao Brasil. Argumenta-se que este tipo de programa de estabilização traz seqüelas graves no médio e longo prazo e é particularmente inadequado para uma economia com as características da brasileira. <reforma monetária, inflação, âncora cambial, conversibilidade, soberania monetária>

27. BEDÊ, Marco Aurélio. *Evolução tecnológica na indústria de autopeças: resultados de estudos de caso*, v. 22, n. 3, p. 409-428, set-dez 1992.

Este artigo é uma versão condensada da dissertação de mestrado do autor, intitulada “Autonomia e mudança tecnológica na indústria brasileira de autopeças”. O trabalho objetiva analisar a evolução do padrão tecnológico da indústria brasileira de autopeças e testar a hipótese de redução de dependência desta indústria ante as montadoras locais. O principal referencial teórico utilizado foi o dos “Complexos Industriais”. Dada a heterogeneidade da indústria de autopeças, limitou-se o estudo ao subsetor fabricante de componentes mecânicos da parte central do motor. Dentro da indústria de autopeças esse é o segmento de maior dinamismo. Os resultados alcançados mostram que a independência é maior nas grandes empresas de capital nacional do que nas multinacionais ou nas pequenas empresas de capital nacional. <mudança tecnológica, indústria de autopeças>

28. BENBROOK, Charles M. *A agricultura americana caminha para a sustentabilidade?*, v. 24, n. especial, p. 115-155, 1994.

Este artigo discute as principais dificuldades a serem enfrentadas para que a agricultura americana caminhe na direção da sustentabilidade. <sustentabilidade, agricultura, Estados Unidos, século XXI, pecuária, forragens>

29. BENDER, S. *Endogeneidade do déficit público à inflação: implicações do déficit orçamentário potencial num modelo tipo Cagan*, v. 28, n. 4, p. 619-647, out-dez 1998.

Inicialmente, com intuito de contextualizar o surgimento do conceito de “**déficit orçamentário potencial**”, discutimos, na forma de revisão sucinta, as relações existentes entre alguns dos principais conceitos de déficit público e que foram inicialmente utilizados para propósitos de estabilização, para, deste modo, caracterizar as condições para a utilização do conceito de “**déficit operacional**”. A seguir, explicitamos o novo conceito de “**déficit orçamentário potencial**” exposto em Bacha (1994) e o utilizamos para derivar as implicações num modelo tipo Cagan para economias de alta inflação. Analisamos, ainda, as suas conseqüências sobre as condições de equilíbrio e a dinâmica inflacionária quando o déficit público, em termos reais, é inversamente endógeno à inflação, tal como é sustentado pela **abordagem do déficit orçamentário potencial**. Os resultados obtidos mostram que somente com essa endogeneidade do déficit à inflação é que se obtém uma modificação substantiva dos resultados qualitativos da situação de equilíbrio e da dinâmica inflacionária em relação àqueles obtidos em modelos tipo Cagan. <déficit orçamentário potencial, déficit operacional, inflação, modelo Cagan>

30. BENDER, Siegfried. *Políticas macroeconômicas e setor informal*, v. 24, n. 2, p. 225-251, maio-ago, 1994.

Neste artigo elabora-se um modelo macroeconômico de curto prazo a três setores para estudar os efeitos qualitativos gerados por políti-

cas fiscal e monetária restritivas e políticas de aumento de salário nominal, quando consideramos a existência de um setor informal importante na economia. A conclusão geral que se obteve foi de que tais políticas reduzem o emprego e produto no setor formal, elevando-os no setor informal, e reduzem o salário real médio pago. <política fiscal, política monetária, setor informal, emprego, produto, setor formal, setor não competitivo, setor competitivo>

31. BERGARD, Laird W. *Depois do boom: aspectos demográficos e econômicos da escravidão em Mariana, 1750-1808*, v. 24, n. 3, p. 495-525, set-dez 1994.

O objetivo deste artigo é examinar a demografia da escravidão em Minas Gerais entre 1750 e 1808, salientando como a mudança demográfica pode ajudar a compreender as modificações na estrutura da força de trabalho escrava ocorrida com o declínio da mineração. A questão da reprodução escrava, central para os estudos sobre a escravidão no Brasil e em outras partes, será cuidadosamente analisada. Também será apresentado o primeiro estudo sistemático dos valores de cativos em Minas Gerais durante a segunda metade do século XVIII, ao esgotar-se o *boom* nas exportações de minério. <demografia da escravidão, Minas Gerais, mineração>

32. BIRD, G. W. ; IKERD, John. *Agricultura sustentável: um sistema do século XXI*, v. 24, n. especial, p. 99-114, 1994.

Este artigo descreve a agricultura sustentável e seu papel na criação de uma filosofia para a identificação de iniciativas nas áreas de pesquisa, educação e políticas para a agricultura americana no século XXI. <sustentabilidade, agricultura, Estados Unidos, século XXI, pesquisa>

33. BORGES, Maria Angélica. *Novo liberalismo, estado e capitalismo de estado: o debate de Eugênio Gudín com Karl Marx*, v. 26, n. especial, p. 181-208, 1996.

O artigo examina a produção teórica de Eugênio Gudín, expressando a sua postura neoliberal, principalmente no diálogo que empreendeu com Marx e seus seguidores. Reconhecia no filósofo alemão o maior inimigo do capitalismo. Atribuiu a esse pensador a criação do conceito capitalismo com conotações históricas. Negou esse conteúdo radicalmente, contrapondo a conceituação do caráter natural e eterno deste sistema. Contemplou o capitalismo como sistema de produção que se coaduna harmonicamente com a democracia. Trabalhou com o par **economia de mercado e democracia** como antítese de **planejamento e totalitarismo**, construindo um discurso que privilegia o plano geral abstrato, sem uma análise histórico-concreta para cada caso específico. Conseqüentemente, tudo o que não se encaixa naquele par é antidemocrático e intervencionista, sendo isto equivalente à negação do ideal humano, portanto, devendo ser evitado, ou melhor, destruído. <Gudín, economia brasileira, pensamento econômico brasileiro, pensamento econômico neoliberal, desenvolvimento econômico brasileiro>

34. BRAGA, José Carlos de Souza. *Economia política da dinâmica capitalista (observações para uma proposta de organização teórica)*, v. 26, n. especial, p. 83-133, 1996.

Diante das mutações estruturais do capitalismo, faz-se uma proposta de organização teórica para uma Economia Política da dinâmica contemporânea. A concorrência entre grandes corporações multissetoriais, multifuncionais e multinacionais determinam novas formas de produção e gestão da riqueza produtiva e financeira. Estas determinações interagem com as leis gerais de movimento do capital - tais como a redundância do trabalho vivo e a capacitação fictícia - compondo uma instabilidade estrutural típica do capitalismo globalizado. Nem colapso, nem desenvolvimento pleno tem sido o estigma desta dinâmica à escala mundial. Nesta abordagem lógico-histórica

estabelece-se uma periodização da dinâmica da qual surgem as características econômicas da globalização. <economia política, dinâmica capitalista, instabilidade estrutural, globalização>

35. BRAGA, Márcio Bobik; TONETO JR., Rudinei. *Conflito, incerteza e aceleração inflacionária no Brasil*, v. 25, n. especial, p. 181-207, 1995/6.

O presente artigo busca investigar algumas causas da aceleração inflacionária no Brasil no período recente, baseado no diagnóstico do conflito distributivo. Discutiremos como o conflito em um ambiente de incerteza contribui para a instabilidade do processo inflacionário. À luz dos aspectos teóricos apresentados nas duas primeiras seções, analisaremos o processo inflacionário brasileiro a partir dos anos 70, bem como os diversos planos de estabilização, incluindo o atual - o Plano Real. <inflação, distribuição de renda, políticas de estabilização>

36. BRITTO, Jorge; ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta e. *Clusters industriais na economia brasileira: uma análise exploratória a partir de dados da RAIS*, v. 32, n. 1, p. 71-102, jan-mar 2002.

A análise realizada tem como objetivo suprir a lacuna decorrente da ausência de fontes de informações sistematizadas sobre a estrutura dos *clusters* industriais na economia brasileira. Procura-se, nesse sentido, utilizar uma metodologia rigorosa para identificar a distribuição espacial-setorial desses *clusters* e para discutir suas características estruturais. O artigo estrutura-se em quatro seções. Na primeira seção é apresentado o marco analítico-conceitual que orienta a investigação. A segunda seção descreve a metodologia utilizada, a qual usa como fonte básica de informações os dados da RAIS-Ministério do Trabalho. Esta metodologia utiliza critérios específicos - baseados na focalização e superposição de atividades - para identificar esses *clusters* com um maior rigor analítico. A terceira seção apresenta os resultados da análise realizada a partir dos dados da RAIS, utilizando como ilustração empírica dois grupos de setores em relação aos quais é referenciada a discussão de *clusters* industriais: têxtil-vestuário e ele-

trônica-telecomunicação. Finalmente, uma seção conclusiva apresenta alguns possíveis desdobramentos da análise realizada. <metodologia para identificação de *clusters*, indústria brasileira, aglomeração de atividades industriais>

37. BUGARIN, Mirta N. S.; ELLERY JR., Roberto. *Liquidity constraints and the behavior of aggregate consumption over the Brazilian business cycle*, v. 32, n. 4, p. 551-576, out-dez 2002.

Uma característica marcante no ciclo econômico brasileiro é a alta volatilidade do consumo. O desvio padrão do ciclo do consumo de bens não duráveis, no período entre 1970 e 1998, é igual a 5,26%, quase igual ao do produto (5,57%). Um dos motivos pelos quais os modelos de ciclos reais de negócios não conseguem reproduzir este fato pode ser a existência de restrições ao crédito encontrada pelos consumidores. Este trabalho apresenta uma versão do modelo básico de ciclos reais onde uma fração dos agentes é restrita a consumir toda sua renda a cada período. Simulações numéricas mostram que o modelo com restrição ao crédito é capaz de reproduzir a alta volatilidade da série de consumo, porém o modelo subestima a correlação entre investimento e produto. <consumo de bens não-duráveis, modelo de ciclos reais de negócio, volatilidade>

38. CACCIAMALI, Maria Cristina. *Mudanças estruturais e o ajustamento do mercado de trabalho no Brasil na década de oitenta*, v. 22, n. especial, p. 133-150, 1992.

Este trabalho aborda as mudanças estruturais do produto entre 1980 e 1990 e os processos de ajustamento na ocupação e nos níveis de rendimento da força de trabalho nesse período. Entre os resultados apontados destacam-se, por um lado, os desempenhos positivos dos setores agropecuários e de serviços e, por outro, o aumento dos empregados à margem da regulamentação do mercado de trabalho - ou seja, contratados sem registro em carteira de trabalho - e a expansão dos trabalhadores por conta própria. <mudanças estruturais, emprego, mercado de trabalho>

39. CACCIAMALI, Maria Cristina; PIRES, Julio Manuel. *Perspectivas das micro e pequenas empresas ante o contexto atual da economia mundial e brasileira*, v. 27, n. especial, p. 85-115, 1997.

O artigo objetiva analisar as principais modificações tecnológicas, econômicas e institucionais associadas ao aumento da importância das micro e pequenas empresas nos anos 80 e 90. Também são examinados os aspectos quantitativos e qualitativos do emprego formal gerado pelas empresas com até 99 empregados, bem como as tendências de políticas públicas direcionadas para este grupo de empresas. <emprego, salário, políticas públicas, mercado de trabalho, setor formal>

40. CAMPOS, Nauro; FERRAZ, João Carlos. *Uma discussão sobre o padrão de concorrência no complexo eletrônico brasileiro*, v. 23, n. 1, p. 125-147, jan-abr 1993.

O objetivo deste trabalho é identificar as principais características do padrão de concorrência do Complexo Eletrônico brasileiro e analisar expectativas empresariais de mudanças neste padrão. O artigo é baseado em informações levantadas nas principais empresas do Complexo, mediante a aplicação de questionários e entrevistas com executivos, abrangendo: expectativas de crescimento, modernização e mudanças nos fatores-chave de sucesso competitivo. <complexo eletrônico, modernização, padrão de concorrência>

41. CAMPREGHER, Gláucia Angélica. *A centralidade do trabalho que interessa*, v. 26, n. especial, p. 165-180, 1996.

O objetivo deste artigo é resgatar a centralidade do trabalho em Marx, demonstrando que a mesma comporta, ao lado de sua dimensão positiva, uma dimensão estritamente negativa. Do nosso ponto de vista, o resgate desta ambivalência é essencial para a crítica de duas perspectivas formalmente antagônicas - a catastrofista e a ufanista - do processo contemporâneo de negação do trabalho. Apesar da aprovação que estas duas perspectivas vêm recebendo de distintos públi-

cos, elas são igualmente equivocadas e simplistas. Em particular, ambas mostram não entender que se o padrão contemporâneo de absorção e controle do trabalho debilita a organização operária, ele simultaneamente aprofunda a crise capitalista de sociabilidade. E ao subestimar este aspecto, o que ambas as perspectivas deixam de perceber é que a crise contemporânea está reatualizando a discussão em torno da possibilidade de superação da propriedade privada. <trabalho, emprego, crise, fordismo, sindicalismo, propriedade>

42. CAPORALE, Guglielmo Maria; HALL, Stephen; URGÀ, Giovanni; WILLIAMS, Geoffrey. Nota - *Aggregate money demand functions in five industrial countries: are they cointegrated?*, v. 31, n. 2, p. 395-423, abr-jun 2001.

Neste artigo discute-se o resultado obtido em alguns estudos empíricos recentes de que saldos monetários reais, renda real e taxa de juros são co-integrados ou, alternativamente, que a velocidade é uma variável estacionária, o que está em contraste com os fatos estilizados bem conhecidos sobre os agregados monetários no Reino Unido e outros países industrializados. Mostra-se que de fato este resultado surpreendente se deve a um viés estatístico. Somente porque nestes estudos inferência é baseada num VAR mal especificado é que é possível rejeitar a nula de não co-integração. O resultado padrão de que as funções de demanda por moeda exibem instabilidade e que a velocidade é uma variável não estacionária é confirmada quando a análise é feita usando-se um sistema corretamente especificado. <demanda por moeda, velocidade, co-integração>

43. CAPORALE, Guglielmo Maria; HAQ, Mohammad Fazal; PEARLMAN, Joseph. Nota: *Determinants of productivity growth: some international evidence*, v. 31, n. 3, p. 587-602, jul-set 2001.

Este artigo apresenta alguma evidência empírica sobre os determinantes do crescimento a longo prazo para um grupo de países da OCDE. Um modelo de análise de variância (ANOVA) é estimado usando-se dados de produtividade total dos fatores (PTF) a fim de avaliar a importância relativa de efeitos específicos da indústria, efei-

tos específicos do país e de choques internacionais, assim como de interações entre efeitos da indústria e efeitos do país. Conclui-se que os fatores internacionais são significativos, embora sua contribuição para o crescimento da produtividade total dos fatores seja pequena, e que interações entre efeitos do país e da indústria foram a principal força propulsora nos anos 80, quando a importância dos efeitos específicos do país relativamente ao da indústria também cresceu. Quando se considera a amostra inteira (anos 70 e 80), fatores específicos do país e da indústria têm o maior poder explicativo. <análise de variância (ANOVA), crescimento, comércio internacional, globalização>

44. CARVALHO, A. Gledson de. *Human resources management, a non-financial benefit of venture capital*, v. 29, n. 2, p. 155-187, abr-jun 1999.

Este artigo procura verificar se *venture capital* adiciona valor às empresas que financia. Proponho que *venture* capitalistas adicionam valor porque transferem informação sobre executivos seniores através das empresas em seu portfólio. Para que esta transferência ocorra em uma escala significativa é necessário que os *venture* capitalistas operem uma rede envolvida em localizar e realocar gerentes. Resultados obtidos por meio de uma pesquisa entre *venture* capitalistas dos Estados Unidos confirmam a existência da rede. A maioria dos participantes afirmam que é comum para eles 1) tomar sugestões de outros *venture* capitalistas quando contratam executivos; e 2) recomendar executivos para outros *venture* capitalistas. Uma análise econométrica mostra que entre os fatores relevantes para explicar a intensidade com a qual os *venture* capitalistas participam do *network* encontramos: 1) o valor da informação transmitida via *network*; 2) o grau de risco que os *venture* capitalistas atribuem aos seus investimentos; 3) o grau de dificuldade que os *venture* capitalistas encontram para convencer executivos a administrar suas empresas; e 4) os ganhos que os *venture* capitalistas, que recomendam executivos, podem obter ao convencer outros executivos a aceitar ofertas de trabalho. <*venture capital*, recursos humanos, *network*, benefícios não-financeiros>

45. CARVALHO, Fernando J. Cardim de. *Política de rendas: ganhos e perdas da intervenção no sistema de preços*, v. 25, n. 3, p. 297-328, set-dez 1995.

Políticas de renda foram freqüentemente propostas como forma de conciliar pleno emprego com estabilidade de preços. O debate em torno das possibilidades de implementação de políticas de renda não se restringiu ao meio acadêmico. Na verdade, o pós-guerra conheceu diversas experiências de políticas de renda, com diversos graus de ambição e sucesso. A reação ao intervencionismo, que tomou força ao final dos anos 70, trouxe consigo a convicção apriorística de que tais políticas seriam ineficientes e, em última análise, insustentáveis. Este trabalho busca recuperar o debate em torno da política de rendas, identificando os casos em que, teoricamente, ela poderia ser utilizada e as experiências efetivas de sua adoção. <política de rendas, emprego, sistema de preços, programas de estabilização>

46. CASSEB, Norma Cristina Brasil. *A distribuição de renda na esfera macroeconômica: decisões de investimento e bens de salário*, v. 26, n. 3, p. 335-379, set-dez 1996.

As decisões de investimento e o conjunto das relações econômicas internas e externas às quais elas estão submetidas têm importância decisiva na determinação do perfil de distribuição de renda de uma sociedade. Chamamos de decisão de investimento o volume do investimento e sua alocação entre os setores da economia, quais sejam: o setor de bens de capital e o setor de bens de consumo. Isto se torna, aqui, a questão crucial para o crescimento econômico com elevação ou queda de salário real porque, de um lado, tal decisão determina a distribuição da acumulação entre tais setores bem como suas capacidades de oferta e, de outro, a oferta global de bens de consumo se constitui na variável decisiva para a determinação do salário real. A questão distributiva exigiu que este estudo fosse delineado no sentido de entender como as variáveis macroeconômicas, especialmente aquelas relativas ao Setor Público e Setor Externo, atuam sobre o comportamento do salário real, já que este, medido em termos de

bens de consumo, se constitui na variável-chave para a avaliação da participação dos salários na Renda Nacional. <distribuição de renda, bens de salário, investimento>

47. CASSETTARI, Ailton. *Um estudo empírico da evolução das taxas de juros de curto prazo no Brasil desde o 'Plano Real'*, v. 32, n. 3, p. 409-440, jul-set 2002.

Neste trabalho, um estudo semi-empírico da evolução das taxas de juros no Brasil, com base no período 01/01/95-31/12/99, foi feito com o auxílio de um método desenvolvido recentemente por Apha-bai, Wilmott, Oztukel e outros. O objetivo principal foi obter uma estimativa da taxa de juros 'futura', a partir de uma taxa inicial, que fosse consistente com os dados históricos. Foram realizadas simulações via *Monte Carlo* e obtidas as trajetórias da taxa para um período de 150 dias a frente. Os resultados parecem indicar que há uma tendência da taxa em se aproximar da média histórica do período analisado. Isso possibilitou que uma estimativa preliminar da 'taxa de reversão' à média fosse também feita. Foram realizadas confrontações com outros estudos similares e com os dados do mercado, que atestam a plausibilidade e efetividade do método aqui implementado. <taxa de juros, estimação empírica, métodos estatísticos>

48. CASTIÑEIRA, Berta Rivera; NUNES, Luis Currais. *The contribution of publicly provided health to growth and productivity*, v. 30, n. 2, p. 191-206, abr-jun 2000.

Este trabalho analisa o efeito do gasto público em saúde sobre a produtividade. Para isso desenvolvemos uma extensão do modelo ampliado de Solow, considerando uma medida ampla de capital humano, que abrange tanto a educação como a saúde como determinantes do crescimento econômico e da produtividade. Estimamos diferentes regressões de convergência para os países da OCDE, objetivando verificar em que medida o gasto público em consumo e em investimento em saúde influencia a produtividade, mantendo as características neoclássicas. Os resultados revelam que o gasto de consumo em saúde apresenta efeitos positivos sobre a produtividade, enquanto o

gasto de investimento em saúde não produz o mesmo efeito positivo. <crescimento econômico, gastos públicos, capital humano, saúde>

49. COATS, A. W. *Autopoeisis, estruturas dissipativas e processos históricos em economia*, v. 22, n. 3, p. 351-373, set-dez 1992.

Novos desenvolvimentos nas ciências físicas, tais como o estudo de sistemas de autopoeisis e estruturas dissipativas, representam uma bem-vinda adição ao arsenal intelectual dos economistas. Vinculados como estão a uma tradição de pesquisa evolucionária e holística, eles podem livrar os economistas da camisa-de-força da teoria do equilíbrio geral, permitir-lhes focalizar melhor a decisão individual em condições de incerteza e constrangimento sociais. O conceito de autopoeisis e outros relacionados ao mesmo podem também lançar uma nova luz sobre o problema de coordenação de atividades individuais no mercado, constituindo, assim, artifícios importantes na construção de modelos dinâmicos. <autopoeisis, estruturas dissipativas, processos históricos, história da economia, metodologia da economia>

50. COLISTETE, Renato Perim. *Caio Prado Jr. e a análise do capital estrangeiro nos anos 50*, v. 24, n. 2, p. 347-368, maio-ago 1994.

O artigo apresenta a análise do capital estrangeiro, desenvolvida, ao longo dos anos 50, por Caio Prado Jr., um dos mais importantes e influentes historiadores brasileiros. Como é bem conhecida, a questão dos investimentos das grandes empresas internacionais correspondeu a um tema fundamental nos debates econômicos e políticos durante todo este período. Na época, desenvolvimentistas, liberais e socialistas ortodoxos (ligados ao Partido Comunista) deram suporte às concepções mais influentes acerca do papel do capital estrangeiro no desenvolvimento econômico do País. Não obstante, procura-se sustentar no texto que um ponto de vista alternativo sobre o assunto pode ser encontrado nos artigos de Caio Prado Jr., na *Revista Brasileira*, desde 1955. <Caio Prado Jr., nacionalismo, capital estrangeiro>

51. COLISTETE, Renato Perim. *Há lugar para teoria em estudos de história econômica? Uma análise das relações entre grupos de interesse, proteção comercial e desempenho econômico de longo prazo*, v. 32, n. 2, p. 297-334, abr-jun 2002.

O presente artigo trata de duas questões centrais: primeiro, do papel da teoria econômica em estudos de história econômica e, segundo, de questões teóricas e de quantificação relacionadas aos vínculos entre grupos de interesse, proteção comercial e desempenho econômico de longo prazo. O artigo sustenta que teorias e modelos, como exemplificados por contribuições recentes à análise da ação coletiva, problemas de informação, contratos, mercados imperfeitos, jogos, relações de poder e instituições podem oferecer conceitos, questões e procedimentos analíticos valiosos para o trabalho dos historiadores econômicos. Ao mesmo tempo, o artigo argumenta que, a despeito do papel central dos modelos teóricos em história econômica, estes últimos deveriam ser vistos antes como um ponto de partida para a análise das idéias, motivações e estratégias dos atores econômicos em seu contexto histórico e institucional. <modelos teóricos, história econômica, grupos de interesse, proteção comercial, desempenho econômico>

52. CORAZZA, Gentil. *Dinheiro, crédito e finanças - uma introdução à teoria monetária e financeira de Marx*, v. 32, n. 4, p. 665-688, out-dez 2002.

Este texto trata da natureza das finanças capitalistas em Marx, sob um aspecto estritamente conceitual. Seu objetivo principal é analisar os principais conceitos teóricos elaborados por Marx, como o conceito de dinheiro, o dinheiro de crédito, o capital monetário, o capital financeiro e o capital fictício, procurando realçar sua derivação lógica e sua complementaridade estrutural. Na conclusão, procura-se analisar a lógica e as contradições que movem o desenvolvimento do sistema de crédito e das instituições financeiras. <dinheiro, crédito, capital financeiro>

53. CORAZZA, Gentil. *O todo e as partes: uma introdução ao método da economia política*, v. 26, n. especial, p. 35-50, 1996.

O método da economia política se define pela natureza da realidade a ser investigada, a realidade social, que não é um aglomerado de partes isoladas, mas forma a totalidade histórico-social, contraditória e dialética. As questões centrais do método da economia política são o problema das relações entre o abstrato e o concreto, a indução e a dedução, o lógico e o histórico, o indivíduo e as relações sociais e o problema das relações entre o capital em geral e os capitais individuais. Este artigo acentua a necessidade de se superar tanto o mero conhecimento abstrato das partes como o conhecimento apenas dedutivo da realidade, a partir das leis gerais abstratas, para se atingir o conhecimento abrangente do todo concreto. Conhecer a realidade concreta é um processo que envolve três movimentos: abstrair as partes do todo, analisar suas leis e relações internas e, finalmente, reproduzir conceitualmente o todo concreto. <método, economia política, Marx>

54. COSTA, Dora Isabel Paiva da. *Demografia e economia numa região distante dos centros dinâmicos: uma contribuição ao debate sobre a escravidão em unidades exportadoras e não-exportadoras*, v. 26, n. 1, p. 111-136, jan-abr 1996.

Este artigo examina a presença da mão-de-obra escrava nas unidades exportadoras e não-exportadoras e no mercado local de compra e venda de cativos no município de Bananeiras, província da Paraíba do Norte. Nossa estratégia foi segmentar a população de proprietários e de escravos em setores econômicos e em plantéis de diversos tamanhos. Em seguida, quantificar as trocas de cativos por meio do comércio local de compra e venda com o objetivo de saber em que medida houve a transferência destes entre exportadores e não-exportadores. <escravidão, demografia escrava, história demográfica, posse de escravos>

55. COSTA, Iraci del Nero da; PIRES, Julio Manuel. *A fórmula do capital escravista-mercantil*, v. 24, n. 3, p.527-532, set-dez 1994.

Estas notas complementam o artigo intitulado "Considerações sobre o capital escravista-mercantil" (Cf. *Estudos Econômicos*, v. 24, n. 1, p. 129-143, jan/abr 1994), no qual propusemos e explicitamos esta específica forma de existência do capital. Trata-se, agora, de expor sua fórmula, definir os elementos componentes desta última, descrever seu desenvolvimento segundo estágios e evidenciar o encadeamento dos mesmos. <escravismo, capital, Brasil-Colônia, História Econômica, História do Brasil>

56. COSTA, Letícia B. *Aumento da participação feminina: uma tentativa de exploração*, v. 22, n. especial, p. 115-131, 1992.

Constata-se um aumento constante das taxas de participação feminina no Estado de São Paulo, nas duas últimas décadas, como, aliás, registrado no resto do País e do mundo. Este aumento não pode mais ser entendido em termos de fatores conjunturais, conforme até agora tem sido feito. Buscam-se explicações de mais longo prazo para o fenômeno. Uma das explicações possíveis reside nas transformações de estrutura produtiva que vêm ocorrendo no Estado a passo acelerado. <participação feminina, estrutura produtiva, São Paulo>

57. CROCCO, Marco. *Investment decision and methodology: Keynes and neoclassical*, v. 28, n. 2, p. 283-315, abr-jun 1998.

O objetivo do trabalho é mostrar, por meio do estudo da decisão de investimento, como o uso de diferentes metodologias pode determinar diferentes interpretações teóricas. Duas visões são escolhidas: Keynes e os Neoclássicos. Comparações teóricas e metodológicas são feitas, permitindo ao autor concluir que existe uma relação direta entre a metodologia utilizada por cada linha de pensamento e suas respectivas interpretações acerca do processo de decisão de investimento. O artigo está estruturado em cinco seções. Nas duas primeiras as duas teorias de investimento são brevemente apresentadas. Na

seção três é feita uma comparação teórica visando clarificar as diferenças mais importantes. Na quarta seção é demonstrado que diferenças metodológicas bem mais profundas determinam as diferenças encontradas na comparação teórica. Finalmente, algumas conclusões são tiradas, mostrando como tais diferenças metodológicas impõem às diferentes teorias conclusões distintas sobre os determinantes do investimento. <investimento, metodologia, Keynes, neoclássicos>

58. CYRILLO, Denise C.; FAVA, Vera Lucia. *Índices de preços de obras públicas e o Plano Real*, v. 25, n. especial, p. 151-180, 1995/6.

Este artigo avalia o impacto do Plano Real sobre os preços relativos de insumos empregados em obras públicas. A análise dá ênfase a um período de 3 anos, sendo um ano e meio antes e um ano e meio depois da implantação do Plano Real. A avaliação foi feita em dois níveis. Inicialmente estudou-se o comportamento de um grupo de índices de preços relacionados a obras específicas e, em seguida, de dois conjuntos de índices de preços de insumos, pertencentes às categorias de materiais e mão-de-obra. O trabalho permite obter indicações acerca das hipóteses comumente aceitas de que a inflação distorce os preços relativos em favor dos setores com maior facilidade de repasse de preços e contra a mão-de-obra. <índices de preços, obras públicas, mão-de-obra, materiais>

59. CYSNE, Rubens Penha. *A economia brasileira no período militar*, v. 23, n. 2, p. 185-226, maio-ago 1993.

Este trabalho analisa a evolução macroeconômica brasileira durante o período de governos militares, de 1964 a 1985. As críticas usuais associadas a tal período, quais sejam, a deterioração da distribuição de renda, o excesso de estatização e a não dotação do País com um Banco Central independente são citadas nas primeiras seções. Sob o ângulo positivo, apresenta-se a contenção do processo inflacionário entre 1964 e 1967, obtida por meio do PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo Castelo Branco). Outras seções sumarizam a evolução da política econômica entre 1968 e 1985, apresentando ainda

dados relativos ao imposto inflacionário e às transferências inflacionárias para os bancos comerciais entre 1964 e 1985. <economia brasileira, política econômica, período militar>

60. DEDECCA, Claudio Salvadori; BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. *Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90*, v. 27, n. especial, p. 65-84, 1997.

O ensaio analisa o aumento da informalidade no mercado de trabalho não agrícola brasileiro nas novas condições de funcionamento da economia brasileira, nos anos 90. A redução do mercado formal de trabalho tem explicado a reprodução de um desemprego significativo, o aumento da informalidade urbana tradicional, orientada para os serviços pessoais, e daquela vinculada aos processo de subcontratação das grandes e médias empresas. Esse processo reconfigura a estrutura ocupacional, aprofundando a heterogeneidade historicamente presente em nosso mercado de trabalho, bem como amplia o seu grau de precarização. <mercado urbano de trabalho, setor informal, desemprego, ocupação, precariedade>

61. DEQUECH, David. *Institutions and economic behaviour under uncertainty*, v. 29, n. 4, p. 551-573, out-dez 1999.

Este texto se propõe a estabelecer a relação entre algumas contribuições do nosso entendimento das instituições com uma discussão do comportamento econômico sob incerteza, caracterizando a realidade social como sujeita a mudanças estruturais imprevisíveis. Adotando uma definição ampla de instituições, incluindo convenções, ele discute três modos básicos pelos quais as instituições influenciam o comportamento econômico: sua função restritiva, sua função cognitiva e sua influência sobre os fins. O texto rejeita, por conseguinte, uma abordagem reducionista no que diz respeito à relação entre instituições e indivíduos. A fim de entender melhor a influência das instituições sobre o comportamento, e em particular sobre o conhecimento, o texto também faz uma distinção entre diferentes níveis de consciência e, como resultado, diferentes tipos de conhecimento. Finalmen-

te, o texto estabelece uma conexão entre a discussão precedente e a análise dos determinantes do estado de expectativa, considerando a proposta de Hodgson para uma abordagem institucionalista das expectativas. <instituições, comportamento econômico, incerteza, conhecimento, níveis de consciência>

62. DIAS, Adriano Batista; MOLDAU, Juan Hersztajn. *Implicações econômicas dos custos de descontração*, v. 22, n. 2, p. 299-319, maio-ago 1992.

Este trabalho analisa importantes efeitos econômicos da introdução e aumento dos custos de rescisão de contratos de trabalho. O estudo parte da verificação do efeito de informações incompletas nas decisões sobre contratações, num quadro de fluxo circular constante. A seguir, como uma aplicação da teoria shumpeteriana do desenvolvimento econômico, são considerados os fenômenos desenvolvimento e ciclo econômicos, além de considerações acerca dos efeitos dos custos de descontração sobre a estrutura de mercados. Aumentos dos custos de descontração, conclui o trabalho, tende a comprometer o crescimento do nível de emprego em período de expansão e aumentam a mortalidade de empresas em recessões profundas. Indenizações crescentes com o tempo de serviço, por outro lado, tendem à manutenção dos empregos mais antigos. <custo de rescisão de contratos de trabalho, nível de emprego, desenvolvimento e custos de descontração>

63. DIAS, Joilson; GUIMARÃES, Paulo. *Uma nova teoria de comportamento da agência reguladora de monopólios e oligopólios*, v. 27, n. 2, p. 177-193, maio-ago 1997

O objetivo deste artigo é apresentar uma nova teoria de comportamento da agência reguladora de mercados monopolísticos e oligolísticos. O princípio inovador deste modelo reside no fato de que a agência busca equilibrar as perdas e ganhos do excedente do produtor com as do consumidor. A atuação da agência está limitada a dois tipos de mercados: bens comercializáveis e não-comercializáveis in-

ternacionalmente. Os principais resultados encontrados são os seguintes: i) os resultados da teoria tradicional de controle de preços não se verifica sob este novo modelo de comportamento; ii) o preço a ser fixado para o bem não-comercializado internacionalmente, para que ocorra atendimento pleno da demanda, deve ser igual ao de monopólio ou o esperado pelo monopolista; iii) o preço a ser fixado para o bem comercializado internacionalmente, para que ocorra pleno atendimento da demanda, deve ser igual ao preço internacional em nível doméstico. <monopólio, oligopólio, regulação de preços>

64. DUAYER, Mário; MEDEIROS, João Leonardo; PAINCEIRA, Juan Pablo. *A miséria do instrumentalismo na tradição neoclássica*, v. 31, n. 4, p. 723-783, out-dez 2001.

O presente artigo discute algumas ressonâncias do anti-realismo e do relativismo na ciência econômica. Em particular, consiste de uma crítica da idéia atualmente em voga de que o instrumentalismo constitui um fundamento filosófico suficiente para a Economia. Uma dessombreada defesa desta posição é elaborada por Lisboa (FGV/RJ). Ao considerar que a falência do positivismo pode ser exclusivamente creditada aos trabalhos de Kuhn e Lakatos, Lisboa parece acreditar que o relativismo (ontológico) subjacente às concepções daqueles autores representa um fundamento incontroverso de todo empreendimento científico. Por isso seu esforço em demonstrar que a prática científica da tradição neoclássica sempre foi consistente com tal fundamento. Porém, uma vez que o relativismo ontológico pressupõe o caráter completamente discursivo da realidade social, deduz-se daí que qualquer discurso científico “constrói” os fins dos quais é um instrumento. Sob tal ótica, o artigo procura mostrar que a legitimação instrumentalista da tradição neoclássica tentada por Lisboa é inconsistente. <tradição neoclássica, instrumentalismo, relativismo, ontologia>

65. EHLERS, Eduardo. *A agricultura alternativa: uma visão histórica*, v. 24, n. especial, p. 231-262, 1994.

Este artigo discute a evolução da chamada agricultura alternativa nas últimas seis décadas. Procura mostrar a origem de suas principais vertentes - biodinâmica, orgânica, biológica e natural, seu fortalecimento na década de 70 como oposição à agricultura convencional e o recente interesse que suas práticas têm provocado no meio científico agrônomo, principalmente nos E.U.A. <agricultura alternativa, agricultura convencional, modernização agrícola, agricultura orgânica, agricultura biodinâmica, agricultura biológica, agricultura natural>

66. ELLERY JUNIOR, Roberto de Goes; MIRANDA, Rogério Boueri. *Um algoritmo numérico para o cálculo dos estados estacionários e da dinâmica de transição em modelos de gerações superpostas*, v. 32, n. 1, p. 5-34, jan-mar 2002.

O artigo apresenta um algoritmo para a resolução de modelos de gerações superpostas com muitas gerações. Uma particularidade do algoritmo apresentado é que este não se limita a encontrar os estados estacionários associados a determinados valores dos parâmetros ou a algumas hipóteses de política econômica. Isto faz com que este algoritmo seja de grande utilidade para estudar situações onde a trajetória para o estado estacionário possa ser determinante na adoção de uma determinada política, caso particular do problema do financiamento da previdência. Também é apresentado um exemplo de aplicação do algoritmo para simular a transição de um sistema previdenciário do tipo repartição para um do tipo capitalização. <gerações superpostas, análise numérica, finanças públicas>

67. ESPÍRITO SANTO, Evelise Nunes do. *Agricultura no Estado de Santa Catarina, período 1920-1985*, v. 28, n. 3, p. 453-473, jul-set 1998.

Este artigo analisa a agricultura do Estado de Santa Catarina utilizando a análise fatorial ponderada, o cálculo do pessoal ocupado e medidas de concentração da posse da terra em cinco cortes tempo-

rais, de 1920 a 1985. No Estado, a concentração fundiária predominou, desde 1920, na faixa de média e forte, com um aumento no período mais recente. O pessoal ocupado foi crescente no período, estando concentrado no Litoral no início do século e em 1985 na MRH Colonial do Oeste Catarinense. As transformações ocorridas desde 1920, com exceção de 1980, relacionaram-se à intensidade de exploração da terra, associada, quase sempre, ao uso da força animal, mão-de-obra familiar e pastagens plantadas. A modernização foi limitada pelas características das propriedades e dos solos predominantes, estando associada aos complexos agroindustriais de cana-de-açúcar, fumo, aves e suínos. <agricultura de Santa Catarina, desenvolvimento da agricultura, estrutura fundiária, trabalhadores rurais, modernização>

68. FARIA JR., José Carlos de. *Capital e demanda efetiva: comentários sobre a leitura neo-ricardiana da Teoria Geral de Keynes*, v. 22, n. 1, p. 63-88, jan-abr 1992.

Este artigo tem a finalidade de mostrar como a teoria geral de Keynes é vista sob o ponto de vista dos economistas neo-ricardianos. Mostramos que estes autores apontam a existência de uma contradição na obra de Keynes, interpretando o princípio da demanda efetiva como sendo independente de incerteza e expectativas. Analisamos então as implicações deste enfoque, ressaltando a necessidade de se conceber o problema da demanda efetiva em um contexto de longo prazo. <Keynes, demanda efetiva, teoria neo-ricardiana, teorias de longo prazo>

69. FARO, Clovis de; CARVALHO, José L. *Estabilização de preços agrícolas no Brasil: avaliação e perspectivas*, v. 24, n. 2, p. 203-223, maio-ago 1994.

Com a introdução, em 1988, dos chamados preços de intervenção, a Política de Garantia de Preços Mínimos veio a estabelecer, para certos produtos agrícolas, uma faixa de intervenção. Fazendo uso de duas distintas metodologias, decomposição de variância e análise

contrafactual, investiga-se a eficácia da faixa de intervenção, em termos de redução da variância da distribuição dos preços recebidos pelos produtores, para os casos do açúcar, algodão, milho, soja e trigo. <preços agrícolas, bandas de intervenção>

70. FARO, Clovis de; FARO, Paula de. *Projetos com mais de duas variações de sinal e o critério da taxa interna de retorno*, v. 30, n. 1, p. 27-49, jan-mar 2000.

Para o caso de projetos com mais de duas variações de sinal nem sempre é aplicável o critério de avaliação segundo a taxa interna de retorno (TIR). Em tais situações, é necessário assegurar a unicidade da TIR; o que pode ser feito, de uma maneira que envolve somente adições, por meio de procedimentos como o baseado nas chamadas diagonais de Vincent e nas bordas de Pratt-Hammond. No presente trabalho, apresentando uma justificativa formal para o procedimento que se fundamenta na construção da diagonal de Vincent e de suas extensões, mostra-se também como fazer uma integração com as correspondentes bordas de Pratt-Hammond. <critério da taxa interna de retorno, condições de suficiência>

71. FEIJO, Carmem Aparecida do V. Costa; MACEDO, Nilo Lopes de; CARVALHO, Paulo Gonzaga M. de. *Salários industriais em regime de alta inflação: evidências recentes do caso brasileiro*, v. 22, n. especial, p. 7-23, 1992.

O texto discute o comportamento dos salários industriais nos últimos anos. Observa-se que o salário enquanto poder de compra tem perdido valor, mas a parcela do salário enquanto custo para as empresas tem mostrado tendências à alta. Este resultado contrasta com a posição defendida recentemente por autores como Amadeo e Camargo. Atenção especial é dada à análise do comportamento dos salários durante os planos de estabilização. <salários industriais>

72. FEIJÓ, Ricardo. *O problema epistemológico fundamental em Carl Menger*, v. 30, n. 1, p. 129-163, jan-mar 2000.

A interpretação da obra de Carl Menger depara com uma dificuldade: ao mesmo tempo que o economista austríaco incorpora novos elementos na análise de fatos econômicos, tais como incerteza, conhecimento incompleto e assimetria de informação, Menger propõe a ausência de erros como um aspecto constitutivo da teoria econômica. É o que neste artigo denominamos de “o problema epistemológico fundamental”. Trata-se de um problema epistemológico porque sua solução somente pode ser encontrada considerando-se a dimensão filosófica subjacente à teoria mengeriana. O artigo examina as bases filosóficas do pensamento de Menger e intenciona, desta forma, mostrar que contradições aparentes na obra do austríaco podem ser reconciliadas quando se leva em conta suas peculiaridades filosóficas. <epistemologia, realismo filosófico, instituições, necessidades humanas, introspeção, naturalismo>

73. FERNANDES, Reynaldo; MENEZES FILHO, Naércio Aquino. *A evolução da desigualdade no Brasil metropolitano entre 1983 e 1997*, v. 30, n. 4, p. 549-569, out-dez 2000.

Este artigo avalia a evolução recente da desigualdade de rendimentos do trabalho para as principais regiões metropolitanas do País, procurando identificar em que medida tal evolução é influenciada por mudanças entre ou intra-grupos de trabalhadores com idênticas características observáveis. Utilizaram-se para isto dados das duas pesquisas domiciliares mais utilizadas para estudos desta natureza: a PNAD e a PME. Foi observado que o comportamento temporal da desigualdade foi muito similar nas duas pesquisas utilizadas. Além disto, as mudanças ocorridas na desigualdade de rendimentos entre grupos mostrou-se mais importante que as mudanças intra-grupos. O fator mais relevante para explicar a desigualdade entre grupos foi a mudança ocorrida nos retornos da educação. <desigualdade, educação>

74. FERREIRA, Afonso Henriques Borges. *Concentração regional e dispersão das rendas per capita estaduais: um comentário*, v. 29, n. 1, p. 47-63, jan-mar 1999.

Esta nota objetiva mostrar que uma relação inversa estatisticamente significativa entre as taxas de crescimento e os níveis iniciais de renda *per capita* dos estados também é observada, no caso brasileiro, quando dados para o período 1939-1995 são utilizados nos testes convencionais da hipótese de convergência. Argumenta-se que este resultado, entretanto, não implica que um processo de convergência absoluta esteja em curso. Diferentes estimativas da distribuição de longo prazo, implícita nas tendências de crescimento recentes, apontam para a possibilidade de reduções adicionais na desigualdade de renda entre os estados, mas também sugerem que as rendas *per capita* relativas de um significativo número de estados e o número de estados “muito pobres” e “pobres” encontravam-se, em 1995, bastante próximas dos seus respectivos valores de “*steady state*”. <rendas *per capita* estaduais, distribuição interestadual da renda, desigualdades regionais, convergência>

75. FERREIRA, Afonso Henriques Borges. *Testes de co-integração e um modelo de correção de erro para a balança comercial brasileira*, v. 23, n. 1, p. 35-65, jan-abr 1993.

O artigo reporta resultados de testes de co-integração e apresenta um modelo de correção de erro (MCE) para a balança comercial brasileira. As principais hipóteses do modelo teórico simples adotado foram validadas pelos testes de co-integração, os quais sugeriram que o saldo comercial está relacionado, no longo prazo, com a taxa de câmbio real e a pressão relativa da demanda, dada pela evolução da renda doméstica *vis-à-vis* a renda mundial. Os modelos de correção de erro estimados indicaram que mudanças nos níveis das rendas doméstica e mundial e desvios em relação ao equilíbrio de longo prazo observados em períodos anteriores são as principais forças determinando a dinâmica de curto prazo da balança comercial brasileira. <balança comercial, raízes unitárias, co-integração, modelo de correção de erro>

76. FIGUEIREDO, LÍZIA DE. *A questão tributária para os clássicos*, v. 28, n. 4, p. 691-712, out-dez 1998.

As inovações conceituais oriundas do advento da economia política clássica tiveram impacto sobre a análise das finanças públicas, ao aumentar o escopo das questões levantadas e ao permitir a realização de uma rica análise da incidência dos impostos, baseada na discussão dos determinantes dos rendimentos na economia. A comparação entre os estudos de finanças públicas de Petty e Smith permite verificar essa assertiva. A identificação do lucro como rendimento-chave da economia, a clareza na associação de riqueza com mercadorias e a visão liberal do comércio externo enriquecem a análise de Smith sobre a acumulação de capital, produtividade dos impostos e impacto destes sobre o comércio exterior. As divergências teóricas entre Ricardo e Smith elucidam as conclusões distintas dos autores, notadamente na discussão do impacto dos impostos sobre preços relativos, sobre a acumulação de capital e sobre o comércio exterior. <tributos, economia política clássica, finanças públicas>

77. FIORE, Eraldo Genin; ARAÚJO, Paulo Fernando Cidade de. *Relações econômicas entre educação e produto social da agricultura*, v. 32, n. 4, p. 643-663, out-dez 2002.

Dados municipais foram utilizados para calcular a contribuição da educação ao valor adicionado na agricultura. Os efeitos direto e indireto foram calculados e variáveis *dummies* utilizadas para detectar diferenças regionais. Os resultados mostraram que a educação contribui significativamente para explicar o valor adicionado da agricultura. O efeito indireto, em geral, foi mais importante do que o efeito direto. O valor do produto adicionado, nas regiões de agricultura moderna, responde melhor ao aumento da escolaridade em comparação com regiões de agricultura tradicional. <educação, produto social, valor adicionado, agricultura>

78. FONSECA, Claudia. *Trabalho e cotidiano: o que condiciona o quê?*, v. 22, n. especial, p. 25-47, 1992.

Neste artigo assumimos uma ênfase antropológica, examinando, por meio da observação etnográfica em uma vila popular de Porto Alegre, a organização social e a cultura simbólica de um determinado grupo, para assim descobrir como noções relacionadas a gênero, trabalho e tempo interagem dentro de uma lógica cultural específica. Fitamos sucessivamente três pontos de vistas deste processo - da vizinhança, dos homens, e das mulheres - sugerindo como valores oriundos do grupo (por exemplo, "olho grande" e honra familiar) influem, tanto quanto fatores estruturais ligados ao mercado de emprego, no comportamento das pessoas. <cultura popular, gênero>

79. FONSECA, Eduardo Giannetti da. *Reflexões sobre a historiografia do pensamento econômico*, v. 26, n. 2, p. 235-259, maio-ago 1996.

Como explicar a enorme diversidade na historiografia do pensamento econômico? E por que se preocupar com a história da ciência econômica? O objetivo deste artigo é tentar responder questões básicas ligadas à relação entre filosofia da ciência e história intelectual da economia. O principal argumento é o de que para se entender a razão pela qual os relatos da evolução da ciência econômica divergem tanto entre si é preciso examinar três pares de opções metodológicas fundamentais em qualquer reconstrução do passado: (i) externalismo x internalismo; (ii) relativismo x absolutismo; e (iii) antiquarianismo x anacronismo. Embora elas não expliquem tudo, estas opções parecem dar conta de uma parte significativa da diversidade observada na historiografia da ciência econômica. A história do pensamento econômico pode ser vista como um laboratório privilegiado para se estudar a mente dos economistas em ação. <filosofia da ciência, historiografia da ciência econômica, externalismo, internalismo, relativismo, absolutismo, antiquarianismo, falácia anacrônica>

80. FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *A gênese regional da "Revolução de 30"*, v. 29, n. 1, p. 113-127, jan-mar 1999.

Este ensaio procura arrolar algumas razões que contribuíram para que a "Revolução de 30" partisse do Rio Grande do Sul, ou seja, sem negar as causas nacionais da mesma, investigar que motivos econômicos e políticos contribuíram para que as elites civis gaúchas se posicionassem tão fortemente contra o situacionismo e, mesmo em sendo periféricas dentro do contexto nacional, tenham galgado a posição de líderes da Aliança Liberal e, posteriormente, do movimento armado que deu fim à República Velha. Para tanto, é dividido em três partes. A primeira discute a formação intelectual de Vargas; a segunda, as circunstâncias de natureza política; e a terceira as transformações econômicas que, associadas às anteriores, formam um conjunto de hipóteses para explicar a questão proposta. <Revolução de 1930, economia brasileira, formação econômica do Brasil>

81. FONTENELE, Ana Maria. *Das análises de Bain à teoria dos mercados contestáveis: uma inversão metodológica na construção de um modelo-síntese*, v. 26, n. 3, p. 381-409, set-dez 1996.

Este trabalho constitui-se de uma análise da evolução teórica no campo da Organização Industrial apreendido como um Programa de Pesquisa Científica. Tratamos especificamente da análise das **barreiras à entrada** em momentos teóricos distintos: em Bain e na Teoria dos Mercados Contestáveis (TMC). Esta **evolução** é analisada por meio da crítica interna. Em Bain, o estudo das barreiras à entrada é feito por intermédio do método hipotético-dedutivo, procurando explicitamente formalizar a relação causal entre uma variável indicadora de desempenho e uma indicadora de estrutura de mercado. Neste contexto, a intervenção via políticas públicas é o principal instrumento para abrandar tais barreiras, objetivando uma competição praticável. A TMC realiza a análise via relações formalizadas - retornando ao método da Microeconomia -, objetivando o fortalecimento do papel da competição potencial. Esta análise transforma em firmas competitivas aquelas estabelecidas em estruturas concentradas, inva-

lidando a necessidade da intervenção. <programa de pesquisa científica: evolução, barreiras à entrada, competição praticável, mercados contestáveis>

82. FREITAS, Maria Cristina Penido de. *A evolução dos bancos centrais e seus desafios no contexto da globalização financeira*, v. 30, n. 3, p. 397-417, jul-set 2000.

O objetivo desse artigo é analisar, a partir do referencial pós-keynesiano, a evolução histórica das funções dos bancos centrais, e ao mesmo tempo discutir os fundamentos teóricos da necessidade de um banco central e da regulamentação bancária. Procura-se mostrar que, ao invés de ser uma "invenção" estatal, o banco central é produto do desenvolvimento histórico e institucional da economia capitalista e que suas funções nascem e se desenvolvem de forma interligada. Pretende-se também discutir as contradições existentes entre duas das principais funções dos banqueiros centrais - controle da moeda e do crédito e prestamista em última instância - e os desafios atuais à atuação dos bancos centrais. <banco central, regulamentação bancária, concorrência bancária, globalização financeira, economia pós-keynesiana>

83. GARCÍA FERNÁNDEZ, Ramón. *McCloskey, Mäki e a verdade*, v. 30, n. 4, p. 597-628, out-dez 2000.

Após uma breve revisão da recente retomada do interesse na retórica, especialmente na economia, este artigo focaliza o debate entre Uskali Mäki e Deirdre McCloskey sobre a relação entre retórica e verdade. Mäki sustenta que a perspectiva retórica deveria estar vinculada a uma teoria correspondentista da verdade, mas segundo ele McCloskey propõe uma perspectiva coerentista. Sugerimos que existem outras perspectivas sobre a verdade e que a de McCloskey é diferente das duas mencionadas, sendo melhor caracterizada como pragmaticista ou experiencialista. Sugerimos, ademais, que para se entender a preocupação de Mäki com a noção de verdade é necessário compreender os aspectos performativos dessa postura. A seguir, focalizamos o va-

lor de verdade de alguns tipos de afirmações feitas freqüentemente pelos economistas, e concluímos que existem diferentes tipos de afirmações com diferentes graus de certeza. Neste caso, reduzir tudo a um contraponto entre afirmações verdadeiras e falsas parece insuficiente. <retórica, teorias da verdade, McCloskey, Mäki>

84. GARCIA, Márcio G. P. *Política monetária e cambial: algumas lições do período 1991-1994*, v. 25, n. 3, p. 329-353, set-dez 1995.

O sucesso do Plano Real em manter a inflação baixa nos próximos anos depende da obtenção de reduzidas taxas de expansão monetária. Para tanto, é necessário não só eliminar o financiamento inflacionário do déficit fiscal, como também a passividade da moeda, que foi o combustível da inflação nos anos recentes. A passividade da moeda dos últimos anos adveio do mecanismo operacional do BACEN, que praticava uma regra de taxa de juros cujo objetivo não era de reduzir significativamente a inflação, mas manter uma demanda estável pela dívida pública. Sugerem-se as seguintes medidas: prosseguir a reforma da relação entre Tesouro e o BACEN, para impedir o financiamento inflacionário do déficit público; permitir que o BACEN exerça suas funções de regulação e supervisão sobre os Bancos Estaduais e mudar o mecanismo operacional do BACEN, eliminando a zerada automática e impondo gradativamente maiores custos de iliquidez aos bancos. <política monetária, política cambial, passividade monetária, inflação, hiperinflação, políticas de estabilização, economia brasileira>

85. GERMER, Claus M. *Elementos para uma crítica marxista do conceito de padrão-ouro*, v. 29, n. 4, p. 575-600, out-dez 1999.

O objetivo deste artigo é desenvolver um elemento necessário ao aprofundamento da teoria marxista do dinheiro, que é a caracterização marxista do conceito de padrão-ouro, referente à configuração do sistema monetário internacional nas décadas que antecederam a I Guerra Mundial. Procura-se demonstrar que este conceito não possui correspondência na teoria de Marx, e conclui-se pela improprie-

dade da sua utilização no debate marxista sobre o caráter do dinheiro como mercadoria. Ao final sugere-se uma estrutura teórica marxista do sistema monetário do capitalismo. <sistema monetário internacional, padrão-ouro, economia marxista>

86. GERMER, Claus M. *'Economia monetária' ou 'economia capitalista'? Marx e Keynes: sobre a natureza do capitalismo*, v. 26, n. especial, p. 51-81, 1996.

O presente artigo aborda o processo de deformação ou neutralização de um conceito marxista fundamental, que é o de 'economia capitalista' ou 'modo de produção capitalista', e a tentativa de assimilá-lo ao conceito keynesiano de 'economia monetária'. Tornou-se habitual, tanto entre autores pós-keynesianos quanto em alguns marxistas, a noção de que as teorias de Marx e de Keynes se identificariam como 'teorias monetárias da produção', devido à relevância - supostamente idêntica - que ambas concederiam ao dinheiro. Deve-se notar que se atribui à teoria de Marx uma associação a um conceito formulado por Keynes e não o contrário, e geralmente sequer se discute se Marx possui um conceito alternativo correspondente e de que maneira este, caso a sua existência fosse mencionada, se relacionaria ao de Keynes. O mesmo processo ocorre com outros conceitos relevantes, que serão sumariamente mencionados. O objetivo do presente artigo é demonstrar a impropriedade desta suposição. <economia política, economia marxista, teoria econômica>

87. GONÇALVES, Carlos Eduardo Soares; KANCZUK, Fábio. *Prêmio de risco político*, v. 31, n. 3, p. 429-457, jul-set 2001.

O presente artigo visa fornecer um argumento de racionalidade econômica que explique os grandes diferenciais de taxas de juros e também os possíveis diferentes níveis de endividamento observados entre vários países. A idéia intuitiva é a de que países com instituições políticas mais sólidas e probas têm a possibilidade de sustentar um mesmo estoque de títulos em poder das famílias a taxas reais de juros mais baixas. O trabalho defende que a justificativa, normalmente

apresentada, de que as taxas de juros são mais elevadas em algumas economias devido à implementação de planos de estabilização ou combate a crises cambiais não é suficiente para explicar tal diferencial. <prêmio de risco, taxa de juros, dívida pública>

88. GONÇALVES, Eduardo. *Pesquisa e desenvolvimento em pequenas empresas de base tecnológica: algumas evidências reconsideradas*, v. 31, n. 4, p. 653-679, out-dez 2001.

O crescimento das incubadoras de base tecnológica no Brasil tem despertado particular interesse. Apesar disso, é limitado o conhecimento sobre o modo pelo qual as pequenas empresas de base tecnológica empreendem atividades inovadoras. Dessa forma, o artigo procura informações adicionais a respeito das restrições financeiras que afetam essas firmas, bem como as estratégias usadas para sobrevivência e desenvolvimento. Primeiro, realiza-se uma revisão da literatura sobre a relação entre tamanho de firma e atividade inovadora, enfatizando que às pequenas firmas têm um papel ativo na inovação. Segundo, apresentam-se algumas características das pequenas empresas de base tecnológica, apoiado em uma amostra de incubadoras brasileiras. São apresentadas uma alta intensidade de pesquisa e outras estatísticas descritivas. Além disso, mostra-se que os gastos de P&D crescem de maneira proporcionalmente menor que o faturamento. <pequenas firmas inovadoras, incubadoras de base tecnológica, P&D>

89. GONZALEZ, Bernardo Celso R.; MARQUES, Pedro Valentim. *A Cédula de Produto Rural-CPR e seus ambientes contratual e operacional*, v. 29, n. 1, p. 65-94, jan-mar 1999.

O objetivo deste artigo é situar a Cédula de Produto Rural-CPR dentro de seu ambiente contratual e operacional. Para tanto, são feitas considerações acerca do ambiente econômico que propiciou seu surgimento; a existência de papéis similares para o financiamento de custeio e comercialização de safras; seu papel como *hedging* de venda; a comparação entre os mercados a termo e futuro; o desenho dos

contratos e o processo de formação de preços. <CPR, mercado a termo, mercados futuros, crédito rural>

90. GORINI, Ana Paula; AFONSO, José Roberto R.; RAMUNDO, Júlio César. *Tributação indireta dos serviços: diagnósticos e propostas*, v. 23, n. especial, p. 165-208, 1993.

Este artigo quantifica os efeitos, sobre as finanças públicas brasileiras, da virtual incorporação da base do ISS (incluindo a construção civil) à do ICMS (IVA sobre bens e serviços - comunicação e transporte), eliminando, assim, o ISS. Mostra-se, por um lado, que isto traz vantagens para o processo produtivo como um todo, uma vez que o IVA elimina as distorções sobre a incidência de impostos. Contudo, se essa incorporação não for seguida por um incremento da carga fiscal, haverá uma perda de receitas, com impactos negativos especialmente sobre grandes municípios brasileiros. Assim, os resultados mostram que é necessário aprofundar as discussões sobre os assuntos operacionais e os aspectos legais relacionados à introdução do IVA no setor serviços. Além disso, tal proposta deve ser analisada considerando a reforma fiscal com um todo. <finanças públicas, reforma fiscal, tributação indireta, impostos sobre o valor adicionado, imposto sobre serviços>

91. HABER, Stephen. *The efficiency consequences of institutional change: the political economy of financial market regulation and industrial productivity growth in Brazil, 1866-1934*, v. 28, n. 3, p. 379-420, jul-set 1998.

Este texto examina uma das hipóteses centrais da nova economia de instituições ("New Institutional Economics"): a idéia de que a reforma de instituições é um elemento fundamental para o crescimento econômico. Esta hipótese é examinada por meio de estimativas a respeito dos avanços em produtividade na indústria têxtil brasileira, a partir da reforma das leis e regras que governavam o mercado de ações em 1890. O resultado da análise apóia a idéia de que a reforma das regras relativas à responsabilidade limitada dos acionistas e a di-

vulgação obrigatória de informações sobre as empresas permitiram um ampliado uso de empréstimos e ações ordinárias como meios de gerar capitais para a indústria, diminuindo, assim, as pressões por capital. O resultado foi um aumento na taxa de investimento, expansão no tamanho das indústrias e aceleradas taxas de crescimento na produtividade. <mercados de capitais, produtividade, Brasil, nova economia de instituições>

92. HADDAD, Eduardo A. ; DOMINGUES, E. P. *EFES - Um modelo aplicado de equilíbrio geral para a economia brasileira: projeções setoriais para 1999-2004*, v. 31, n. 1, p. 89-125, jan-mar 2001.

O debate acerca das perspectivas setoriais no presente contexto da economia brasileira tem, freqüentemente, carecido de um arcabouço analítico mais formal. Assim, para que a análise de políticas econômicas seja baseada em teorias e dados sólidos e consistentes, faz-se necessário o desenvolvimento de um arcabouço analítico para prover esta capacitação. Desta forma, o principal objetivo deste artigo é desenvolver um modelo de equilíbrio geral computável, determinista e em tempo discreto, para o Brasil. O modelo é utilizado para projetar um cenário consistente de médio prazo para o período 1999-2004, baseado na combinação de projeções macroeconômicas derivadas de um modelo satélite de consistência macroeconômica, projeções de exportações, mudanças tecnológicas e "expert advice". Resultados setoriais preliminares apontam para um melhor desempenho de setores relacionados ao ciclo de investimentos e produtores de bens de exportação dinâmicos. Além disso, verifica-se uma tendência em direção a uma fraca substituição de importações no período de análise. <modelos de equilíbrio geral computável, modelos de planejamento, economia brasileira>

93. HANSEN, Mark Hillary. *Religião, ética do comércio e valores pessoais: o caso de um comerciante italiano no Brasil colonial*, v. 25, n. 2, p. 271-292, maio-ago 1995.

Este artigo tem propósitos tanto científicos quanto humanísticos: procura elucidar aspectos da sociedade do passado por meio das experiências de um comerciante italiano no Brasil Colonial. Duas questões principais serão enfocadas na análise das evidências documentais: por um lado, quais eram seus valores e crenças e, por outro, quais os princípios sociais que ele tinha de acatar, ao menos exteriormente, sem levar em conta suas inclinações pessoais, para ser um membro atuante de sua comunidade e de sua classe. <religião, ética, valores pessoais>

94. HERMANN, Jennifer. *Ancoragem cambial em ambiente de elevada mobilidade internacional do capital: alcance, limites e soluções*, v. 29, n. 4, p. 475-511, out-dez 1999.

A fragilidade externa, traduzida pelo crescimento simultâneo da dívida externa e do déficit em conta corrente tornou-se uma característica comum nos países em desenvolvimento que, recentemente (anos 1980-90), passaram por experiências de estabilização baseadas em âncora cambial (nominal). O novo ambiente financeiro-institucional dos países desenvolvidos - credores desta dívida -, caracterizado pelo processo de liberalização e pela crescente mobilidade de capital, atua como uma externalidade capaz de agravar este quadro, exigindo, assim, atenção permanente. O artigo discute duas estratégias alternativas de ajuste macroeconômico para economias egressas de planos de âncora cambial: i) adaptar (subordinar) a política de curto prazo, preservando o regime de câmbio fixo; e ii) adaptar (flexibilizar) o próprio regime cambial. As dificuldades envolvidas na primeira delas aponta a segunda como a estratégia mais eficiente e de menor risco. <estabilização, regimes cambiais, mobilidade de capital>

95. HERSCOVICI, Alain. *Processo de gravitação e "revoluções do valor": algumas observações metodológicas e epistemológicas*, v. 30, n. 2, p. 301-329, abr-jun 2000.

Este trabalho propõe-se a estudar o estatuto teórico dos preços de produção a partir da análise de Marx. Após ter ressaltado as especificidades metodológicas e epistemológicas desta análise, mostraremos como, e em que medida, a estabilidade do equilíbrio macroeconômico e a validação da lei de Say constituem condições necessárias e suficientes para que haja igualação das taxas de lucro setoriais. Isto nos leva, igualmente, a questionar a natureza da concorrência capitalista. À luz desses resultados, e em função da entropia produzida pela concorrência capitalista, redefiniremos o estatuto teórico dos preços de produção mostrando que, no âmbito do universo econômico definido por Marx, esses preços não podem ser concebidos como a posição de longo prazo para a qual convergem os preços de mercado. <preços, instabilidade do equilíbrio macroeconômico, concorrência, igualação das taxas de lucro setoriais>

96. HILLBRECHT, Ronald. *Federalismo e a união monetária brasileira*, v. 27, n. 1, p. 53-67, jan-abr 1997.

A criação de riqueza depende de um sistema político que estabeleça regras apropriadas e credíveis de modo a preservar mercados. Argumenta-se neste artigo que para que o federalismo promova crescimento e desenvolvimento econômico torna-se necessária a imposição de restrições orçamentárias rígidas às unidades políticas de decisão fiscal (estados e municípios). As restrições orçamentárias tornam-se rígidas quando, além das condições do modelo de Tiebout (1956), inexistente a possibilidade de endividamento para financiar gastos em conta corrente e existe separação fiscal. Sendo satisfeitas estas duas condições, a competição entre unidades de governo sob federalismo provê estabilidade macroeconômica e melhora a alocação de recursos. Discute-se ainda se estas duas condições são satisfeitas no caso brasileiro, e apresentam-se sugestões de política para tornar rígidas as restrições orçamentárias de estados e municípios. <federalismo,

união monetária, estabilidade macroeconômica, alocação de recursos>

97. HOFFMANN, Rodolfo. *A diminuição do consumo de feijão do Brasil*, v. 25, n. 2, p. 189-201, maio-ago 1995.

Ao longo das duas últimas décadas ocorreu uma substancial diminuição do consumo de feijão *per capita* no Brasil. Grande parte dessa diminuição se deve ao processo de urbanização, mas houve redução do consumo nas áreas urbanas. São obtidas estimativas da elasticidade-renda do consumo de feijão próximas de zero. Conclui-se que a diminuição do consumo de feijão reflete mudanças nos hábitos alimentares da população. <feijão, consumo, urbanização, elasticidade-renda>

98. HOLANDA, Marcos C. *Exchange rate controls and illegal trade in Brazil: a lesson from the 80's*, v. 30, n. 3, p. 377-395, jul-set 2000.

A coexistência de controles cambiais, mercados paralelos de divisas estrangeiras e comércio ilegal tem sido uma característica comum de vários países em desenvolvimento. O artigo realiza uma investigação empírica da interação entre ágios elevados no mercado paralelo de dólar e o comércio ilegal para a economia brasileira. Ele desenvolve uma nova metodologia para medir o tamanho do comércio ilegal e mostra que durante os anos 80 ele respondeu por uma parcela significativa das transações internacionais do País. <taxa de câmbio, comércio ilegal, economia brasileira>

99. HOLLANDA FILHO, Sergio Buarque de. *A crise da indústria automobilística brasileira sob a perspectiva da evolução mundial do setor*, v. 23, n. 1, p. 67-124, jan-abr 1993.

O objetivo deste artigo é analisar o desempenho da indústria de automóveis no Brasil a partir do início dos anos 80, e discutir perspectivas da recuperação de seu crescimento. São examinados fatores relacionados com a drástica recessão do mercado interno e argumentos

que procuram explicar o relativo fracasso da solução exportadora. Dá-se ênfase, nesse estudo, à interpretação de que o presente estágio de atraso da indústria local foi provocado pelo rígido protecionismo que existiu durante longo período e pela alteração na forma de reação das multinacionais com subsidiárias no País ao avanço mundial dos japoneses. <indústria automobilística, competitividade do automóvel nacional, crise da indústria automobilística>

100. HOLLANDA FILHO, Sergio Buarque de. *Livre comércio versus protecionismo: uma antiga controvérsia e suas novas feições*, v. 28, n. 1, p. 33-75, jan-mar 1998.

Os autores do pensamento econômico dominante apresentam, desde a época de Adam Smith, um posicionamento favorável ao livre comércio. Paralelamente, entre os estudiosos da área do desenvolvimento econômico elaboraram-se argumentos em favor de medidas protecionistas inseridas em uma política de industrialização para países em desenvolvimento. A análise histórica da prática política das nações que se industrializaram parece apoiar o posicionamento do segundo grupo; isso seria explicável por argumentos não captados pelo método de abstração e natureza estática da teoria predominante. Por outro lado, medidas protecionistas são freqüentemente adotadas - em países desenvolvidos ou não - com o intuito de garantir privilégios específicos de determinados segmentos da sociedade, conforme salientado pela teoria convencional. Mesmo o forte predomínio do pensamento liberal sobre a política econômica nos últimos anos não ocorre sem uma série de contradições. Esses são os temas discutidos neste artigo. <teoria e política comercial, protecionismo, livre comércio>

101. HOMEM DE MELO, Fernando. *A agropecuária paulista e as novas tendências econômicas brasileiras*, v. 25, n. 1, p. 5-24, jan-abr 1995.

As culturas de cana-de-açúcar e de laranja passaram a ocupar, nos últimos trinta anos, um lugar de enorme destaque na agropecuária paulista. Entretanto, os últimos anos foram caracterizados por im-

portantes mudanças econômicas no Brasil. Entre as principais estão o MERCOSUL, o Plano Real, a abertura comercial e a valorização da nossa taxa de câmbio real. Este artigo analisa como a agropecuária paulista será influenciada por essas relevantes alterações do panorama econômico. <mudanças na agropecuária de São Paulo>

102. HOMEM DE MELO, Fernando. *O primeiro ano-agrícola após o Plano Real*, v. 25, n. especial, p. 25-34, 1995/6.

O setor agrícola foi um dos primeiros a sentir os pesados custos causados pela combinação de políticas macroeconômicas do Plano Real, isto é, política monetária apertada e valorização da taxa de câmbio. O primeiro semestre de 1995 foi um dos mais difíceis dos últimos vinte anos. Caso o Plano Real tivesse feito um ajuste fiscal mais forte, é provável que a dimensão desse custo tivesse sido bem menor. Entretanto, o aumento dos preços internacionais em 1996 aliviou a crise agrícola. <Plano Real, agricultura>

103. JOLLIVET, Marcel. *Agricultura e meio ambiente: reflexões sociológicas*, v. 24, n. especial, p. 183-198, 1994.

A questão do meio ambiente torna-se um componente maior do debate social. É difícil dizer, de maneira precisa, como ela se integrará e o lugar que tomará neste debate. Pode-se, entretanto, caracterizando-a de maneira geral, esboçar algumas grandes hipóteses. Quando se trata de agricultura, é importante levar em conta a situação na qual os agricultores franceses vão provavelmente se encontrar sob o ângulo sociológico - à medida que se desenvolvam as restrições ambientais. Trata-se aqui muito mais de localizar boas questões do que tentar respondê-las de maneira completa. <sociologia rural, política ambiental, solos, biodiversidade, paisagem, água>

104. KAGEYAMA, Angela; REHDER, Paulo. *Condições de trabalho e de vida nas principais atividades agrícolas no Brasil em 1990*, v. 25, n. 2, p. 173-188, maio-ago 1995.

Utilizando dados da PNAD de 1990 procurou-se medir, por meio de uma análise fatorial (componentes principais), as condições de trabalho e dos domicílios das pessoas ocupadas nas principais culturas agrícolas, silvicultura e pecuária. A análise permitiu agrupar as atividades em cinco grupos relativamente homogêneos de acordo com as condições de trabalho e bem-estar. <emprego rural, análise fatorial, Brasil>

105. KANCZUK, Fabio; FARIA JR., Francisco. *Ciclos reais para a indústria brasileira?*, v. 30, n. 3, p. 335-350, jul-set 2000.

As séries históricas da indústria brasileira são tratadas de forma que seus comportamentos cíclicos sejam estudados, e identificados alguns de seus fatos estilizados. Construímos uma economia artificial com trabalho indivisível e custos de ajustamento, calibramos seus parâmetros e confrontamos as propriedades dinâmicas das séries provenientes de suas simulações com as das séries brasileiras. A economia proposta reproduz vários dos fatos estilizados, mas apresenta flutuações para as horas trabalhadas inferiores às observadas na economia real. <ciclos reais de negócios, indústria brasileira, trabalho indivisível, custos de ajustamento>

106. KARAYALÇIN, Cem. *Capital internacional e mobilidade da mão-de-obra: vazão para o trabalho excedente?*, v. 24, n. 2, p. 183-202, maio-ago 1994.

Este artigo discute os efeitos da mobilidade do capital internacional e da mão-de-obra em um contexto norte-sul. Demonstra-se que o estoque de capital mundial e o emprego no setor moderno do Sul expandem-se em proporção à quota de imigração imposta pelo Norte. Por outro lado, a mobilidade do capital internacional resulta na contração da economia mundial, sob uma "hipótese razoável". <capital internacional, mobilidade da mão-de-obra, trabalho excedente>

107. KILSZTAJN, Samuel. *Sistema financeiro e Banco Central do Brasil: desintermediação e reforma*, v. 22, n. 1, p. 51-62, jan-abr 1992.

A partir da estrutura financeira nacional no período 1985-90, o artigo analisa a relação dos ativos financeiros com o produto interno bruto, os efeitos da desintermediação financeira nas taxas de inflação e o impacto monetário dos recursos externos do Banco Central do Brasil. <Sistema Financeiro Nacional, intermediação financeira, Banco Central do Brasil>

108. KLAGSBRUNN, Victor Hugo. *A gênese do princípio da demanda efetiva em Keynes*, v. 26, n. especial, p. 135-163, 1996.

A demanda efetiva é o conceito fundamental da Teoria Geral de Keynes, em contraste com o conceito de renda ou demanda real utilizado em seus escritos anteriores. Após tentar relacionar inúmeras vezes essas variáveis, Keynes optou por excluir qualquer agregado *ex-post*. A definição do seu modelo em termos *ex-ante* permite-lhe identificar relações causais imediatas e diretas. Mas o autor também exclui qualquer perspectiva dinâmica e, deliberadamente, descartou qualquer elemento outro que afete o produto e nível de emprego. Assim, esse nível é determinado somente pelo investimento. Qualquer tentativa de atenuar as hipóteses do modelo de Keynes, tal como proposto por Kregel, implica, entretanto, a indeterminação das relações simples existentes entre os agregados macroeconômicos relevantes, colocando em questão os objetivos do próprio modelo. <Keynes, Teoria Geral, teoria pós-keynesiana>

109. KLEIN, Herbert S. ; PAIVA, Clotilde Andrade. *Libertos em uma economia escravista: Minas Gerais em 1831*, v. 27, n. 2, p. 309-335, maio-ago 1997.

Utilizando-se de listas nominativas de habitantes de dois municípios mineiros no século XIX, este artigo procura mostrar que a população de cor livre (toda de origem escrava) pode ser encontrada em todas as ocupações exercidas pelo segmento de cor branca, e que essas pes-

soas viveram em uma organização social e demográfica muito parecida com a de seus contemporâneos de origem não escrava. Também mostra que, vivessem as pessoas de cor em meio a populações afro-brasileiras ou predominantemente entre brancos, houve para elas pouca diferença em seus padrões de trabalho e organização social em relação a seus vizinhos brancos. Por fim, mostra que os livres de cor foram importantes proprietários de escravos. Estes achados inserem-se na discussão sobre as raízes históricas das relações raciais no Brasil <demografia histórica, história de Minas Gerais, livres de cor, libertos>

110. LEAL, Carlos Ivan Simonsen; WERLANG, Sérgio Ribeiro da Costa. *Uma nota sobre a contabilidade dos agregados monetários no Brasil*, v. 22, n. 1, p. 35-50, jan-abr 1992.

Em períodos recentes, várias definições de moeda estão sendo utilizadas no Brasil. Este trabalho é uma visão das diversas definições de moeda como passivos líquidos de instituições participantes do sistema financeiro nacional. <agregados monetários, sistema financeiro, Banco Central>

111. LEITE, Elenice M. *Do operário padrão ao "polivalente": novas fronteiras da qualificação do trabalho industrial?*, v. 22, n. especial, p. 63-89, 1992.

O artigo aborda o tema da mudança tecnológica e organizacional e de seus impactos sobre o perfil de qualificação do trabalhador. Baseia-se em pesquisas do SENAI-Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, realizadas em 1990 em empresas do setor metalmeccânico paulista. Contasta-se que, embora ainda relativamente pouco difundidas, as inovações implicam novos e/ou mais elevados requisitos de qualificações do trabalhador, ligados principalmente ao desempenho polivalente ou flexível que deste é exigido. Propõe-se que, sob esse enfoque, qualificação e formação profissional tendem a se tornar, cada vez mais, exigência ou necessidade das empresas e, sobretudo, interesse dos trabalhadores. <qualificação, inovação tecnológica, inovação organizacional, formação profissional>

112. LEMOS, Augusto Jefferson. *A proposta flax tax de Hall e Rabushka*, v. 23, n. especial, p. 47-74, 1993.

Este artigo discute a proposta de R. E. Hall e A. Rabushka para simplificar a arrecadação do IR. O autor examina, do ponto de vista conceitual e prático, as vantagens e os inconvenientes da substituição do atual IR pela tributação exclusiva do fluxo de caixa, dispensando, assim, o regime de competência. <imposto de renda, base tributária>

113. LIBBY, Douglas Cole. *Notas sobre a produção têxtil brasileira no final do século XVIII: novas evidências de Minas Gerais*, v. 27, n. 1, p. 97-125, jan-abr 1997.

Baseado na análise de uma fonte inédita e em uma releitura dos relatos de viajantes estrangeiros, arguiu-se que existe evidência suficiente para sugerir que a indústria têxtil caseira era bem mais disseminada no Brasil colonial do que, até aqui, se imaginava. O Inventário dos teares existentes na Capitania de Minas Gerais, elaborado em uma tentativa de executar o famigerado Alvará de 1785, apresenta informações detalhadas sobre aquela indústria que permitem compará-la às fases iniciais da chamada proto-industrialização têxtil europeia e demonstram algumas das complexidades da economia colonial voltada para o mercado interno. <indústria têxtil caseira, estrutura ocupacional, mercado interno>

114. LIBBY, Douglas Cole. *Sociedade e cultura escravista como obstáculos ao desenvolvimento econômico: notas sobre o Brasil oitocentista*, v. 23, n. 3, p. 445-476, set-dez 1993.

É hora dos estudiosos da História Econômica do Brasil tratarem das questões culturais ligadas a mais de 300 anos de escravismo e subdesenvolvimento. Ao continuar insistindo que, antes da Abolição, a economia brasileira não conseguiu "modernizar-se" em razão de má qualidade do trabalho escravo em si, ignora-se o fato de que escravos eram perfeitamente capazes de se adaptarem aos avanços tecnológi-

cos e à complexa organização do trabalho, como se demonstrará por meio de exemplos extraídos de oitocentos brasileiros. Argumentar-se-á que certas atitudes inerentes à sociedade escravista brasileira, em particular a aversão ao trabalho enraizada entre todos os segmentos da população livre, constituíram sérios obstáculos à modernização econômica até as últimas décadas do século XIX. <sociedade e cultura escravista, subdesenvolvimento, tentativas de industrialização>

115. LIMA, Carlos A. M. *Escravos artesãos: preço e família* (Rio de Janeiro, 1789-1839), v. 30, n. 3, p. 447-484, jul-set 2000.

O presente artigo avalia preços de cativos com ofícios artesanais na cidade do Rio de Janeiro entre 1789 e 1839, tanto tendo em vista padrões inscritos em sua evolução no tempo quanto retirando conclusões a partir do perfil por idades de suas avaliações. Lida com cerca de trezentos inventários *post mortem*, contendo avaliações de mais de três mil cativos, dos quais pouco mais de mil com ofícios artesanais. Classifica os homens artesãos segundo seu grau de qualificação, diferenciando sua condição daquela das mulheres com ofícios mecânicos. A análise dos preços permite, em confronto com a avaliação da presença de laços familiares entre os mesmos, clarificar a inserção do artesanato na economia e na sociedade locais, bem como revisitar questões afetas ao patriarcalismo, à escravidão urbana e à comunidade escrava no Novo Mundo. <escravidão, artesanato, família escrava, preços>

116. LIMA, Gilberto Tadeu. *A non-linear macrodynamics of capital accumulation, distribution and conflict inflation*, v. 32, n. 1, p. 35-70, jan-mar 2002.

É elaborado um modelo pós-keynesiano de acumulação de capital, distribuição e inflação por conflito em que o investimento depende não-linearmente da distribuição: para níveis baixos (elevados) de parcela salarial, o efeito sobre o investimento de uma maior parcela de lucros é negativo (positivo). Esta especificação parece conformar-se com a evidência empírica para a ascensão e queda da Idade do

Ouro na maioria das economias avançadas. Com isso, a economia estará em um regime de acumulação comandado pelos salários ou em um regime comandado pelos lucros dependendo da distribuição prevalente. Dada essa não-linearidade, é delineada uma análise qualitativa de uma possível configuração marcada por equilíbrios múltiplos e flutuações endógenas e auto-sustentadas. Portanto, um aspecto inovador do modelo é que a mudança nos regimes de acumulação de capital e de crescimento não requer o alcance da plena utilização da capacidade. <acumulação de capital, distribuição, inflação por conflito>

117. LIMA, Gilberto Tadeu. *Sobredeterminação em uma teoria marxiana da moeda*, v. 26, n. 1, p. 63-84, jan-abr 1996.

O presente artigo focaliza a genérica e abstrata análise monetária desenvolvida por Marx no início do *Capital*. Mais precisamente, pretende-se avaliar em que medida, se alguma, alguns aspectos da análise de Marx sobre o papel bastante contraditório desempenhado pela moeda no processo de circulação simples de mercadorias suportam uma interpretação sobredeterminística do método dialético por ele empregado. Baseando-se no conceito de sobredeterminação introduzido na literatura marxiana, principalmente por Louis Althusser, o artigo conclui que o nexos real-monetário prevalente na circulação simples de mercadorias pode ser concebido como um nexos sobredeterminado, ou seja, um nexos caracterizado por incorporar um regime de constitutividade mútua entre as esferas monetária e real do referido processo. <moeda, circulação, sobredeterminação>

118. LIMA, José Luiz ; GONÇALVES, José Francisco de Lima. *Plano Real, serviços públicos e regulação*, v. 25, n. especial, p. 129-149, 1995/6.

A adoção de um programa de estabilização baseado na fixação da taxa de câmbio nominal por algum tempo e na manutenção de alguma defasagem cambial real a médio prazo tem justificado a ênfase do governo e de alguns parceiros nas chamadas reformas destinadas a reduzir o custo Brasil. Algumas dessas reformas envolvem o padrão

de financiamento, operação e expansão da infra-estrutura. Os autores tentam mostrar que, no plano da teoria micro, as inovações das últimas décadas não chegam a constituir simples negação do referencial relativo a monopólios naturais e sua regulação. Ao contrário, preocupações de ordem financeira que aparecem na teoria recente sugerem a necessidade de amplo aprofundamento nos mecanismos de regulação, com ou sem privatização dos atuais ativos da infra-estrutura no Brasil. A partir da identificação dos traços principais da evolução dos mecanismos de financiamento, expansão e regulação da infra-estrutura no Brasil, os autores sugerem a necessidade de uma estratégia de capacitação e fortalecimento dos órgãos reguladores. <infra-estrutura, monopólio natural, regulação, poder concedente>

119. LIMA, Marcos A.; RESENDE, Marcelo. *A evolução da densidade sindical no Brasil - 1992/99*, v. 31, n. 4, p. 681-693, out-dez 2001.

O artigo investiga a evolução da densidade sindical ao longo do período 1992/99. A evidência foi avaliada no nível agregado e também em termos de indicadores especificados por sexo e setor de indústria. A evidência indicou uma tendência declinante na densidade sindical ao longo do tempo. Análise Estatística Multivariada e testes não-paramétricos indicaram, respectivamente, que existe um co-movimento entre setores e que o comportamento declinante da densidade sindical no agregado reflete, em grande medida, a evolução dos trabalhadores do sexo masculino. <densidade sindical, indústria, Análise Estatística Multivariada>

120. LINS, Hoyêdo Nunes. *Clusters industriais, competitividade e desenvolvimento regional: da experiência à necessidade de promoção*, v. 30, n. 2, p. 233-265, abr-jun 2000.

Organização industrial e desenvolvimento regional são áreas que se interpenetraram consideravelmente, em boa medida devido às experiências dos *clusters* e distritos industriais europeus. Este artigo aborda a referida temática a partir de pesquisa sobre o Médio Vale do Itajaí, uma das principais áreas de produção têxtil-vestuarista do Bra-

sil. O objetivo é caracterizar a estrutura local na perspectiva do debate sobre *clusters* e distritos industriais, que enfatiza a importância das economias externas, da cooperação interfirma e das instituições, e investigar a reestruturação imposta pelas mudanças macroeconômicas testemunhadas no Brasil nos anos 1990. Após discutir algumas questões conceituais sobre o assunto, o *paper* (a) destaca aspectos de trajetória e funcionamento dos setores têxtil e vestuarista na região, (b) identifica e analisa os efeitos da abertura comercial do País, procurando captar as reações do sistema local, e (c) foca o tema da promoção de *clusters* e distritos com vistas ao desenvolvimento regional. <*clusters* e distritos industriais, produção têxtil-vestuarista, Médio Vale do Itajaí, mudanças macroeconômicas, desenvolvimento regional>

121. LISBOA, Marcos de Barros. *Linguagem, procedimentos e pragmatismo na tradição neoclássica*, v. 31, n. 4, p. 785-823, out-dez 2001.

Este artigo tem como objetivo discutir algumas críticas formuladas por Duayer, Medeiros e Paineira (2001) sobre a minha leitura de diversos aspectos metodológicos do programa de pesquisa neoclássico. Procuo argumentar que qualquer tentativa de identificação de um "núcleo duro" nesse programa apresenta diversas dificuldades dada a virtual inexistência de implicações consensuais dos diversos modelos teóricos neoclássicos existentes. No meu ponto de vista, a unidade desse programa não está na postulação das relações que devem ser observadas em uma economia de mercado, mas, sim, em um conjunto de procedimentos utilizados tanto na construção de argumentos formais quanto na proposição de modelos aplicados. Os argumentos formais são construídos de forma semelhante ao processo de desenvolvimento da matemática, como analisado por Lakatos (1976). A vasta coleção de conceitos abstratos e modelos formais resultantes desse processo, modelos estes muitas vezes com hipóteses ou resultados contraditórios, caracteriza uma linguagem com virtualmente nenhuma implicação consensual sobre as variáveis econômicas. As diversas correntes teóricas da tradição neoclássica são caracterizadas pela escolha de quais modelos formais devem ser utilizados

na análise empírica, assim como pelas hipóteses auxiliares que são consideradas aceitáveis. O artigo conclui discutindo as dificuldades inerentes a qualquer projeto realista de compreensão racional do real, assim como a tentativa pragmática, que acredito caracterizar a tradição neoclássica, de utilização possível das implicações empíricas no processo de proposição e reavaliação de crenças sobre o comportamento das variáveis socioeconômicas. <metodologia, tradição neoclássica, pragmatismo>

122. LONGO, Carlos Alberto. *A tributação da renda no sistema federativo*, v. 22, n. 2, p. 157-219, maio-ago 1992.

À medida que os países se desenvolvem, o nível e a composição dos tributos se alteram na direção de impostos não cumulativos e apoiados em capacidade individual de pagamento. Discutem-se a lógica e a prática da tributação da renda, levando-se em conta a literatura e a experiência internacional. A descrição da evolução histórica, da lei atual e das estatísticas do imposto de renda (IR) sugerem que este tributo é subexplorado no Brasil. Argumenta-se que num sistema federativo de dimensões continentais, o IR deveria ser a fonte quase exclusiva de recursos da União. Os outros fatos geradores clássicos, consumo e propriedade, seriam reservados aos Estados e municípios, respectivamente. A reforma do IR para ampliar sua base e reduzir as alíquotas nominais é uma condição necessária para substituir, no âmbito federal, inúmeros impostos de baixa eficiência e alta regressividade. O trabalho conclui com proposta para alcançar esses objetivos e estimativas do seu impacto financeiro. <política tributária, federalismo fiscal>

123. LOPES, Carlos Magno. *Novos Keynesianos: reação e método*, v. 23, n. 2, p. 297-318, maio-ago 1993.

No início da década de 80 consolidou-se uma reação keynesiana à hegemonia dos Novos Clássicos. Neste artigo exploram-se as razões que motivaram esta reação e os atributos do método dos Novos Keynesianos. Assim, conclui-se que prover a teoria de Keynes de sólidos

fundamentos microeconômicos foi objetivo central dos Novos Keynesianos. Estes, no entanto, reconheceram que tal objetivo seria alcançado se a microeconomia fosse integrada à macroeconomia, contrariamente aos Novos Clássicos que propunham o inverso. A percepção de que o equilíbrio geral é um método e não uma teoria viabilizou a construção de uma teoria macroeconômica com fundamentos microeconômicos, além de situar o equilíbrio geral walrasiano apenas como um caso particular do conceito de equilíbrio geral. <teoria econômica, novos keynesianos, método>

124. LUNA, Francisco Vidal. *Características demográficas dos escravos de São Paulo (1777-1829)*, v. 22, n. 3, p. 443-483, set-dez 1992.

A introdução e desenvolvimento da produção de açúcar e de café em São Paulo provocou profundas mudanças no perfil populacional. O ingresso de cativos em grande quantidade, particularmente homens adultos, destruiu o relativo equilíbrio existente na população, tanto na proporção entre sexo como na estrutura etária. O estudo, baseado em manuscrito conhecido como Maços de Populações, do Acervo do Estado de São Paulo, contempla vinte e cinco diferentes localidades de São Paulo, nos anos de 1777, 1804 e 1829, e nele procurou-se analisar as características demográficas dos escravos e sua relação com variáveis de natureza econômica. Mereceu especial atenção o casamento e a capacidade reprodutiva da população escrava. <escravo, demografia escrava, casamento de escravos, café>

125. LUNA, Francisco Vidal. *População e atividades econômicas em Areias (1817-1836)*, v. 24, n. 3, p. 433-463, set-dez 1994.

Analisou-se a dinâmica populacional e econômica de Areias no período 1817-1836, período de fortes transformações com a introdução da cafeicultura. Os cultivos anteriores (açúcar, aguardente e gêneros de subsistência) provavelmente serviram de base até que a maturidade da produção cafeeira permitiu gerar os recursos para sua própria expansão. A cafeicultura, inicialmente desenvolvida inclusive em fogos sem escravos, com sua consolidação transformou radicalmente a

estrutura produtiva da localidade: aumentou o peso da mão-de-obra escrava, ampliou-se o tamanho das unidades produtivas e ocorreu forte concentração na cafeicultura ou atividades relacionadas, tais como artesanato ou comércio. <escravidão, demografia escrava, proprietário de escravos, produtor de café>

126. LUNA, Francisco Vidal. *São Paulo: população, atividades e posse de escravos em vinte e cinco localidades - (1777-1829)*, v. 28, n. 1, p. 99-169, jan-mar 1998.

O estudo, baseado nos manuscritos conhecidos como Maços da População, do Acervo do Arquivo do Estado de São Paulo, contempla vinte e cinco localidades de São Paulo, nos anos de 1777, 1804 e 1829. Nele procurou-se analisar a dinâmica da população, as atividades econômicas, a estrutura da posse de escravos e as características demográficas dos respectivos proprietários. Identificou-se uma sociedade em franca expansão populacional, particularmente da população escrava, e em transição de uma economia baseada em cultivos para subsistência para outra na qual tais cultivos eram substituídos, em algumas regiões, como o Vale do Paraíba e o Oeste Paulista, por outros, destinados ao mercado externo, tais como o açúcar e o café. A transformação modificou profundamente a estrutura da posse de escravos e aprofundou relações escravistas nas áreas atingidas pelos novos cultivos. <população, escravos, atividades econômicas, posse de escravos, São Paulo>

127. MACEDO, Paulo Brígido Rocha; ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta e. *P&D e tamanho da empresa: evidência empírica sobre a indústria brasileira*, v. 29, n. 3, p. 343-365, jul-set 1999.

Este trabalho se propõe a analisar a relação entre o tamanho da firma e atividade de P&D para o caso brasileiro. A base de dados utilizada é aquela compilada para o Estudo sobre a Competitividade da Indústria Brasileira (ECIB), que coletou informações sobre faturamento de empresas e gastos com P&D para dois períodos (1987-1989 e 1992). O objetivo aqui é verificar a possível existência de singulari-

dades no caso brasileiro com respeito às regularidades empíricas entre tamanho da firma e atividade em P&D observadas em outros contextos. A pesquisa de especificidades na presente estrutura industrial brasileira se justifica dada a importância da ampliação do comprometimento do setor produtivo em atividades inovativas para uma retomada consistente do processo de desenvolvimento econômico. O trabalho é desenvolvido de forma a permitir uma comparabilidade mínima com estudos semelhantes feitos em outros países. <economia industrial, tamanho da firma e inovação, gastos com P&D, estrutura industrial brasileira>

128. MARCONDES, Renato Leite. *O evolver demográfico e econômico nos espaços fluminenses (1780-1840)*, v. 25, n. 2, p. 235-270, maio-ago 1995.

Acompanhamos o desenvolvimento demo-econômico do Rio de Janeiro entre 1780 e 1840, com base em três mapas de população, atinentes a 1780, 1821 e 1840. Utilizamos também os informes das exportações e a literatura disponível sobre a economia fluminense no período para delinear sua evolução econômica. A partir destes dados desagregados dividimos o território do Rio de Janeiro em quatro áreas: a açucareira, a cafeeira, o município do Rio de Janeiro e, a última, com as freguesias restantes. No período em estudo, o café constituiu o principal fator de transformação demográfica e econômica do Rio de Janeiro. Verificou-se a existência de movimentos migratórios favorecendo principalmente a área cafeeira do Vale do Paraíba Fluminense. Ressalta-se o dinamismo demográfico da área açucareira, ainda que menos intenso que a vinculada à rubiácea. As duas demais áreas diminuem sua participação no conjunto da população, em especial no total do contingente cativo. <demografia histórica, Rio de Janeiro, café, escravidão, açúcar>

129. MARCONDES, Renato Leite. *Padrão-ouro e estabilidade*, v. 28, n. 3, p. 533-559, jul-set 1998.

O artigo aborda a influência do padrão-ouro sobre a estabilidade monetária. Tal sistema vigorou em dois momentos históricos, antes da 1ª Guerra Mundial e no interregno das duas guerras mundiais, mas com resultados econômicos distintos. O sucesso do primeiro não se repetiu no segundo. Discutem-se os motivos de tal diferença com base na literatura recente relativa a este tema. O padrão-ouro não funcionou como pensado idealmente. Embora este sistema tivesse provido uma base para a estabilidade nominal dos preços a longo prazo, ele criou um conflito entre os objetivos domésticos e internacionais da política econômica. <padrão-ouro, política monetária, história da moeda, sistema monetário>

130. MARGARIDO, Mario Antonio; KATO, Heitor T.; UENO, Lídia Hatsue. *Aplicação da metodologia Box-Jenkins na análise da transmissão de preços de mercado de tomate no Estado de São Paulo*, v. 24, n. 3, p. 405-432, set-dez 1994.

Este trabalho procurou analisar a relação entre os preços do tomate no atacado e no varejo no Estado de São Paulo para o período de maio de 1970 a dezembro de 1992 usando o método desenvolvido por Box e Jenkins de função de transferência. Os resultados obtidos indicam que a transmissão de preço é parcialmente instantânea, com o restante da informação sendo transmitida no mês subsequente. <função de transferência, margem de comercialização, tomate, transmissão de preços>

131. MARINHO, Emerson. *O impacto dos gastos dos governos estaduais e municipais no déficit público e suas conseqüências*, v. 29, n. 2, p. 229-248, abr-jun 1999.

Este artigo analisa o impacto e suas conseqüências sobre o déficit público da economia brasileira. Mostra-se, por meio da construção de um modelo macroeconômico, que quando o governo federal não

tem controle sobre os gastos das demais esferas de governo, a economia apresenta uma trajetória de equilíbrio, com inflação sob controle mas com desemprego no caso de expectativas à Cagan. Se as expectativas são racionais, o equilíbrio se dá com pleno emprego e sem inflação. Analisam-se, também, os efeitos da "âncora cambial" sobre o déficit público e a dinâmica da dívida interna. Por último, discute-se a sugestão de política econômica de reduzir o ritmo das desvalorizações cambiais a fim de diminuir a taxa de juro para que a economia volte a crescer. <déficit público, dívida interna, desvalorização cambial, gastos públicos, desemprego e inflação>

132. MARINHO, Emerson; ATALIBA, Flávio; LIMA, Francisco. *Produtividade, variação tecnológica e variação de eficiência técnica das regiões e estados brasileiros*, v. 32, n. 3, p. 367-407, jul-set 2002.

Neste artigo estima-se uma fronteira de produção estocástica para o Brasil. A partir dela calcula-se o índice de variação da produtividade total de Malmquist para as regiões e 21 Estados brasileiros no período entre 1986 e 1998. Este índice será decomposto nos índices de variação da eficiência técnica e variação tecnológica. Adicionalmente, pretende-se verificar se existe convergência em produtividade entre as Unidades da Federação. São apresentadas evidências, para a maioria dos Estados brasileiros, de que seus ganhos de produtividade foram muito mais explicados pela variação tecnológica do que pela variação de eficiência técnica. Calculam-se também os níveis de produtividade, no início e final do período amostral, e chega-se à conclusão de que a dispersão dos níveis de produtividade aumentou entre os Estados e diminuiu entre as regiões e, com exceção da região Norte, a dispersão entre os Estados de uma mesma região aumentou. <produtividade total, variação de eficiência, variação tecnológica e convergência>

133. MARIUTTI, Eduardo Barros; NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira; DANIELI NETO, Mário. *Mercado interno colonial e grau de autonomia: críticas às propostas de João Luís Fragoso e Manolo Florentino*, v. 31, n. 2, p. 369-393, abr-jun 2001.

O presente artigo critica algumas das proposições apresentadas recentemente por dois dos mais conhecidos membros do que se tem convenido chamar Escola do Rio: João Luís Fragoso e Manolo Florentino. Com relação a elas, pomos em dúvida o seguinte: os movimentos internacionais dos preços do açúcar e do café indicando a introversão dos ritmos de crescimento econômico, a extensão ao período colonial das análises feitas pelos autores com base em documentos datados entre 1790 e 1840, a crítica ao que eles chamam de "modelos tradicionais" da historiografia brasileira e o significado das relações de troca existentes entre as economias do que hoje chamamos Regiões Sul e Sudeste do Brasil. <economia colonial, mercado interno>

134. MARQUES, Rosa Maria. *Renda mínima garantida: solução para o impasse da proteção social?*, v. 26, n. especial, p. 209-231, 1996.

O chamado novo mundo do trabalho, as dificuldades dos sistemas de proteção e o crescimento da população dependente de benefícios assistenciais têm alimentado a discussão sobre a viabilidade da manutenção dos sistemas de proteção e o retorno do debate da renda garantida. Propostas dessa natureza são defendidas por autores de todos os matizes teóricos e ideológicos. Discutir a propriedade dessa proposição é o objetivo deste artigo. Para isso, considerou-se fundamental resgatar o processo histórico de construção e desenvolvimento dos sistemas de proteção e indicar a natureza das mudanças do mundo do trabalho. Destaca-se o papel dos trabalhadores organizados na origem e na ampliação dos sistemas e evidencia-se que o novo mundo do trabalho é mais fruto da correlação de forças desfavorável para os trabalhadores do que a exigência da acumulação flexível e da globalização. Mantida a centralidade do trabalho, a renda garantida não é solução para os excluídos, posto que não integra socialmente. <renda mínima garantida, trabalho>

135. MARQUETTI, Adalmir A. *Progresso técnico, distribuição e crescimento na economia brasileira: 1955-1998*, v. 32, n. 1, p. 103-124, jan-mar 2002.

Este artigo analisa se o progresso técnico seguiu o padrão Marx-viesado, poupador de trabalho e consumidor de capital, na economia brasileira no período 1955-1998. Este padrão de progresso técnico é subjacente à concepção marxiana da tendência declinante da taxa de lucro. O padrão Marx-viesado foi predominante no período em estudo. Contudo, três fases no dinamismo do progresso técnico foram observadas. A primeira (1955-1975) caracterizou-se por um elevado dinamismo, a segunda (1975-19991) por uma forte redução no dinamismo do progresso técnico e a terceira (1991-1998) por uma certa retomada deste. A participação dos salários na renda mostrou-se relativamente constante no período em estudo. A taxa de lucro declinou entre 1955 e 1998 devido à evolução da produtividade do capital. A lucratividade teve certa recuperação nos anos 90. A taxa de acumulação de capital caiu após 1975 devido à queda na taxa de lucro, apresentando certa retomada nos anos 90. <crescimento econômico, progresso técnico, economia brasileira, economia clássica-marxiana>

136. MARTONE, Celso Luiz; LOPES, Luiz Martins. *Expansão fiscal e dívida pública: algumas medidas para o Brasil e para São Paulo*, v. 25, n. especial, p. 35-46, 1995/6.

Este artigo caracteriza a expansão fiscal que vem ocorrendo no Brasil na última década, tanto em nível federal quanto estadual e municipal. O caso do Estado de São Paulo, onde o problema atinge dimensões agudas, é examinado à parte. Em cada caso, realiza-se um teste simples de sustentação da dívida pública, no intuito de medir o tamanho do esforço fiscal necessário para estabilizar a relação dívida/receita tributária. O artigo não propõe soluções, mas apenas discute a direção geral de uma nova política fiscal capaz de equilibrar o setor público. <expansão fiscal, dívida pública, Brasil, São Paulo>

137. MATTOS, César. *Harmonização das políticas de defesa da concorrência e comercial: questões teóricas e implicações para o Mercosul, Alca e OMC*, v. 29, n. 2, p. 267-291, abr-jun 1999.

O objetivo deste artigo é examinar os principais condicionantes teóricos e práticos da harmonização das políticas de defesa da concorrência nos blocos econômicos e OMC. São avaliados os seguintes cinco pontos: a) discussões atuais do tema na OMC; b) a falta de integração da defesa da concorrência como instrumento de retomada de práticas protecionistas à margem dos acordos dentro dos blocos econômicos e OMC; c) as possibilidades de harmonização das políticas de defesa da concorrência com a defesa comercial, especialmente *anti-dumping*; d) a falta de integração e suas implicações para a ação dos cartéis internacionais; e) recomendações para uma postura brasileira no âmbito do Mercosul, Alca e OMC. <política de concorrência, defesa comercial, cartéis de exportação, protecionismo, integração econômica>

138. MATTOS, César. *Universal service in the Brazilian model of telecommunications reform*, v. 32, n. 2, p. 225-259, abr-jun 2002.

Um dos objetivos mais importantes da reforma das telecomunicações no Brasil refere-se à universalização do serviço para todos os cidadãos, independente de renda e localização. A universalização do serviço de telecomunicações é uma política social que constitui um traço comum na experiência internacional. Neste artigo introduzimos as principais justificativas teóricas relativas a este tipo de política, suas principais características nos EUA e Reino Unido e as críticas da literatura econômica corrente de forma a embasar uma avaliação da implementação da universalização na reforma das telecomunicações no Brasil. Em particular, a discussão teórica e a experiência daqueles países no que tange ao financiamento da política de universalização, suas distorções e *trade-offs* com outros objetivos da reforma, como a introdução da competição, serão enfatizadas ao longo deste trabalho. <serviço universal, telecomunicações, regulação, privatização>

139. MATTOS, Laura Valladão de. *A natureza humana e o 'homem econômico' milliano*, v. 27, n. 1, p. 69-96, jan-abr 1997.

Este artigo analisa, de forma abrangente, a concepção de Mill sobre a natureza humana. São discutidas as principais características de sua visão sobre psicologia e sobre o papel desempenhado pelas instituições na formação do caráter individual, além de alguns aspectos de seu ideal de homem. Esses elementos são essenciais para uma boa compreensão do significado do "homem econômico" milliano, abstração sobre a qual ele funda a ciência da economia política. <J. S. Mill, homem econômico, utilitarismo, natureza humana>

140. MATTOS, Laura, Valladão de. *John Stuart Mill, o socialismo e sua utopia liberal: uma aplicação de sua visão de instituições sociais*, v. 29, n. 3, p. 395-414, jul-set 1999.

Este artigo analisa do ponto de vista da teoria das instituições de Mill a sua rejeição ao socialismo e sua adesão ao que escolhemos denominar de sua 'utopia liberal'. Mill acredita que as instituições sociais, para serem adequadas, devem promover o progresso social - entendido, basicamente, como progresso individual - sem, no entanto, comprometer a ordem social. As instituições socialistas eram vistas como sendo limitadas em sua capacidade de promover alguns dos principais aspectos que Mill desejava ver cultivados na humanidade (como criatividade, originalidade, autonomia etc.) e isto explica sua rejeição a esta alternativa social. A filosofia das instituições de Mill também ajuda a esclarecer a natureza de sua 'utopia liberal'. De fato, Mill recusa-se a estabelecer, de antemão, um conjunto específico de instituições como o ideal para o futuro. O que ele indica claramente é que em cada estágio de desenvolvimento da sociedade as instituições devem ser tais que estimulem, ao máximo, o progresso dos seres humanos. Neste sentido, sustentamos que a utopia social de Mill é ancorada na sua utopia moral de aperfeiçoamento humano. <J. S. Mill, filosofia das instituições, socialismo, utopia liberal, utopia moral>

141. MEIRELLES, Antonio J. A.; LIMA, Gilberto Tadeu. *Taxa de juros, nível de atividade e distribuição: um modelo dinâmico com mark-up bancário endógeno*, v. 31, n. 2, p. 209-238, abr-jun 2001.

O artigo desenvolve um modelo macrodinâmico pós-keynesiano de utilização da capacidade produtiva e distribuição de renda em que a oferta de moeda de crédito é endógena. A taxa nominal de juros é determinada pela aplicação de um *mark-up* bancário sobre a taxa básica fixada pela autoridade monetária. Ao longo do tempo, o *mark-up* bancário responde negativamente a variações na utilização da capacidade produtiva e positivamente a variações na taxa de inflação. Dado que as firmas produzem de acordo com a demanda sob condições de excesso de capacidade, a equalização entre o investimento desejado e a poupança é viabilizada por variações no grau de utilização da capacidade. Em termos de dinâmica, observa-se que são bastante restritivas as condições de estabilidade da solução de equilíbrio do sistema formado pelas variáveis de estado salário real e juro nominal. <taxa de juros, nível de atividade, distribuição, *mark-up* bancário>

142. MELLO JR., Luiz R. de; CARNEIRO, Francisco Galvão. *Exchange rate management: the case of Brazil*, v. 29, n. 4, p. 457-474, out-dez 1999.

O artigo apresenta um problema de escolha do regime de taxa de câmbio numa estrutura geral de precificação de títulos. O governo é considerado o principal agente otimizador no modelo onde mudanças de regime podem ocorrer uma vez que o governo pode exercer poder discricionário na administração do câmbio. Estimativas empíricas para o Brasil sugerem que mudanças de regime são determinadas pelo comportamento dos salários e da inflação. De uma forma geral, os resultados sugerem que os fundamentos têm um impacto mais significativo sobre a taxa de câmbio no curto prazo. Os efeitos das variáveis de demanda agregada no processo de determinação da taxa de câmbio só se manifestam no longo prazo. <taxas de câmbio, modelos Probit, Brasil>

143. MENDONÇA, Helder Ferreira de. *A teoria da independência do Banco Central: uma interpretação crítica*, v. 30, n. 1, p. 101-127, jan-mar 2000.

A discussão que envolve a independência dos bancos centrais tem apresentado como principal argumento teórico a hipótese de que *policy-makers* são sujeitos ao viés inflacionário intrínseco à condução da política monetária. Além disso, tem sido destacado pela literatura que há um consenso entre os economistas de que bancos centrais têm a meta natural da busca da estabilidade de preços. Nesse sentido, o presente artigo faz uma análise crítica dos principais argumentos que dão suporte à proposição de independência. Os resultados obtidos indicam que a independência do banco central, sob o ponto de vista teórico, apresenta uma série de dissensões que colocam em dúvida os possíveis benefícios oriundos da adoção de um banco central independente. <independência do Banco Central, estabilidade de preços, política monetária, metas inflacionárias>

144. MENDONÇA, Mário Jorge Cardoso de; LOUREIRO, Paulo R. A.; SACHSIDA, Adolfo. *Interação social e crimes violentos: uma análise empírica a partir dos dados do presídio da Papuda*, v. 32, n. 4, p. 621-641, out-dez 2002.

Este artigo baseia-se no modelo teórico desenvolvido por Becker (1968), que mostra a relação entre interação social e comportamento ilegal. Fazendo uso de dados obtidos no presídio da Papuda, no Distrito Federal, foram estimadas relações de comportamento que mostram que variáveis de interação social, tais como o bom relacionamento familiar, têm impacto negativo sobre a criminalidade. Além disso, foi utilizado um modelo de viés de seleção de amostra (HECKMAN, 1979) que permite estimar uma função de comportamento. Com este modelo foi possível mostrar que existe diferença na regra ótima de escolha que determina o *modus operandi* entre os agentes que cometem crimes violentos e os que cometem crimes não violentos. <interação social, criminalidade, viés de seleção de amostra>

145. MENEZES, Flávio M.; RESENDE, Marcelo. *Testes de co-integração da paridade do poder de compra para a economia brasileira: 1870-1906*, v. 26, n. 1, p. 51-62, jan-abr 1996.

Este artigo pretende testar empiricamente a validade da hipótese da paridade do poder de compra (PPC) para a economia brasileira durante o período 1870-1906; neste período, a economia pode ser caracterizada por um regime de taxa de câmbio flexível e pela importância relativa do setor de bens comercializáveis internacionalmente. Contudo, os testes de integração para pequenas amostras não suportam a validade da hipótese da PPC. <co-integração, bens não comercializáveis, paridade do poder de compra>

146. MEYER, Arno; GONZALEZ, Manuel José Forero. *A capacidade de pagamento da dívida externa do setor público no Brasil*, v. 24, n. 1, p. 5-53, jan-abr 1994

Este artigo procura avaliar se os acordos da dívida externa acertados com o Clube de Paris e com os bancos comerciais estrangeiros em 1992 atenderam à capacidade de pagamento do Brasil do ponto de vista fiscal e cambial. Inicialmente, desenvolvem-se as identidades macroeconômicas relevantes para este propósito, a saber, a restrição orçamentária do setor público e a equação do balanço de pagamentos. A capacidade de pagamento é, então, estimada, para dois cenários distintos, a partir da introdução nestas identidades de restrições que expressam objetivos de política econômica, bem como de valores exogenamente determinados para outras variáveis. As estimativas indicam que o cumprimento dos acordos, sem a violação das restrições adotadas, pressupõe um quadro financeiro interno e externo favorável. <dívida externa, capacidade de pagamento, restrição orçamentária do setor público, balanço de pagamentos>

147. MEYNARD, J.-M.; GIRARDIN, Ph. *Produzir de outro modo*, v. 24, n. especial, p. 199-229, 1994.

As pesquisas em sistemas de produção contribuem para a compreensão integrada das razões econômicas e agronômicas que levam os agricultores a intensificar seus métodos produtivos com consequências nefastas para o meio ambiente. Esta é a base metodológica para a elaboração de propostas que procurem compatibilizar a produção especializada de grãos com a redução no uso de insumos, sem que os resultados econômicos para o agricultor sejam desestimulantes. <sistemas de produção, intensificação, extensificação, sistemas de produção integrados, luta biológica>

148. MILLER, Shawn W. *A madeira combustível na Bahia colonial: consequências sociais e econômicas da escassez de combustível, 1549-1820*, v. 25, n. 1, p. 115-145, jan-abr 1995.

Dentre as várias tarefas que compunham a rotina diária da economia açucareira no Brasil, a de trazer madeira das abundantes florestas da colônia era possivelmente a mais trabalhosa. Além de preparar a terra para o plantio, cortar a cana na colheita e beneficiá-la no engenho, o escravo africano teve o encargo adicional de prover o engenho com a fonte de energia crucial que foi seu combustível durante séculos. Em parte, este estudo ocupa-se do esgotamento desse recurso, do efeito prejudicial que a produção açucareira teve sobre a Mata Atlântica brasileira; porém, mais diretamente, ele é um exame do impacto que, por sua vez, o afastamento da floresta produziu sobre as fortunas da economia açucareira baiana. A crescente escassez de combustível exacerbou o conflito social da elite, elevou os custos de mão-de-obra e capital ligados ao seu fornecimento, multiplicou petições à Coroa e acabou por impor a adoção de uma tecnologia mais eficiente para a alimentação das fornalhas. Serão descritas, além disso, algumas das numerosas atividades que competiam pelo combustível com as fornalhas dos engenhos, pois elas fizeram parte da disputa, da qual participaram todos os colonos, por um recurso único amplamente utilizado. <economia açucareira, madeira combustível, Bahia colonial>

149. MOLDAU, Juan Hersztajn. *A theory of the firm allowing for multiple objectives*, v. 32, n. 4, p. 511-549, out-dez 2002.

A distinção entre os casos de objetivos múltiplos irredutíveis e de argumentos múltiplos da função utilidade é o ponto de partida da análise. Um primeiro caso é tratado empregando-se o princípio lexicográfico e mostra-se que os modelos de tipo Baumol e noções de comportamento, tais como satisfação, podem ganhar uma estrutura teórica. Mostra-se que a noção de satisfação implica a existência de equilíbrios múltiplos. No segundo caso, correspondendo às funções de utilidade da firma quando estas apresentam forma funcional, uma condição necessária implícita restritiva para a existência de uma função de utilidade específica é revelada. <teoria da firma, modelos de utilidade da firma, preferências lexicográficas, objetivos múltiplos, comportamento, satisfação, racionalidade limitada>

150. MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg. *A endogeneidade pós-keynesiana da moeda: traços ortodoxos e heterodoxos*, v. 27, n. 3, p. 395-416, set-dez 1997.

Este trabalho compara duas abordagens pós-keynesianas da endogeneidade da moeda - a horizontalista e a estruturalista - apontando razões para a superioridade analítica desta última. Como conclusão, destacam-se algumas insuficiências da abordagem estruturalista, propondo uma agenda de pesquisa baseada na noção marxista de moeda como relação social, para superá-las. <endogeneidade da moeda, teoria pós-keynesiana, abordagem horizontalista, abordagem estruturalista>

151. MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg; AMADO, Adriana M. *Globalização e blocos regionais: considerações teóricas e conclusões de política econômica*, v. 31, n. 1, p. 127-166, jan-mar 2001.

O artigo procura discutir os argumentos teóricos embutidos nas diferentes posições sobre liberalização econômica e globalização financeira, de forma a destacar, ao confrontá-las, as justificativas para as diferentes prescrições favoráveis e contrárias à sua adoção. A análise

enfatizará o lado monetário, porque um dos traços marcantes do atual processo de globalização é a liberalização financeira e a negociação livre de moedas como ativos financeiros. Esta discussão, realizada na primeira parte do trabalho, é retomada na segunda e nas conclusões, para tratar a questão da formação de blocos regionais como um processo em que a liberalização entre os países do bloco se amplia. <globalização, blocos regionais, liberalização>

152. MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg; SILVA, Maria Luiza Falcão. *A liberalização do câmbio no Brasil: revisitando a discussão dos pressupostos teóricos embutidos nas prescrições cambiais alternativas*, v. 29, n. 2, p. 189-227, abr-jun 1999.

O Brasil acaba de modificar sua política cambial, premido a isso pelos ataques especulativos. O objetivo deste artigo é pontuar os problemas envolvidos na liberalização cambial efetuada, à luz de uma revisão teórica dos diferentes regimes de câmbio. Estabeleceremos os principais pontos de discordância entre diferentes visões, de forma a discutirmos o que de fato muda na política cambial brasileira, o que podemos esperar dela e o que nos pareceria mais adequado. <regimes cambiais, liberalização cambial, moeda, Plano Real>

153. MORAES NETO, Benedito Rodrigues de. *Automação e trabalho: Marx igual a Adam Smith?*, v. 25, n. 1, p. 53-75, jan-abr 1995.

Procura-se criticar a proposição segundo a qual os requerimentos de qualificação para o trabalho nos modernos sistemas automatizados sob base microeletrônica significam a negação da colocação marxista de crescente desqualificação do trabalho ao longo do desenvolvimento tecnológico. Ao buscar a especificidade do pensamento de Marx sobre a questão, e ao trazer esse pensamento para a atualidade, chega-se à noção de que a fábrica moderna é, na verdade, reflexo da desqualificação do trabalho direto sob o conceito de Marx. A concepção mais usual de desqualificação (atribuída erroneamente a Marx) é, na realidade, de caráter smithiano; sob esse prisma, é feita uma análise crítica de Trabalho e Capital Monopolista, de Braverman, que pas-

sou a ser visto como a interpretação por excelência das idéias de Marx sobre o tema. <automação, desqualificação *versus* qualificação do trabalho, Marx *versus* Smith - Babbage - Braverman sobre divisão do trabalho, o sentido da desqualificação em Marx, automação de base microeletrônica >

154. MORAES NETO, Benedito Rodrigues de. *Eficiência produtiva e divisão do trabalho: Smith, Marx e Stephen Marglin*, v. 32, n. 2, p. 261-296, abr-jun 2002.

Procura-se inicialmente resgatar a vinculação estabelecida por Adam Smith entre divisão do trabalho e eficiência produtiva, para, em seguida, esclarecer a natureza da crítica de Stephen Marglin a essa vinculação. Para a compreensão do alcance teórico da proposição de Stephen Marglin lança-se mão da análise feita por Marx acerca da natureza conceitual da manufatura. Busca-se discutir se a crítica de Marglin a Smith pode ser estendida a Marx, verificando a partir daí a pertinência e a relevância das colocações de Stephen Marglin. Procura-se captar a proposição de Marx sobre divisão do trabalho quando da introdução da maquinaria e, em seguida, verificar se continua fazendo sentido a análise de Marglin, proposta por ele para dar conta de toda a história do processo de trabalho capitalista. Finalmente, a partir da natureza conceitual do taylorismo-fordismo, tenta-se entender a emergência histórica da proposição de Marglin no início da década de 70 do século XX e sua força. <eficiência produtiva, divisão do trabalho, manufatura, maquinaria, taylorismo-fordismo >

155. MORAES NETO, Benedito Rodrigues de. *Fordismo e ohnoísmo: trabalho e tecnologia na produção em massa*, v. 28, n. 2, p. 317-349, abr-jun 1998.

É disseminada, na literatura, a visão do fordismo e do ohnoísmo como fenômenos de caráter genérico. Todavia, caracterizam-se como formas específicas de organização do trabalho industrial, diferenciadas daquelas atividades que podem ser consideradas legítimas herdeiras da maquinaria. O fordismo trouxe para a História a produção

em massa lastreada no trabalho vivo, ao mesmo tempo que minimizava o papel dos recursos humanos por ser extremamente poupador de qualificação e de envolvimento. O ohnoísmo representou ante o fordismo uma mudança estritamente organizacional, significando a manutenção da característica da produção em massa alicerçada no trabalho vivo, agora dependente ao extremo do envolvimento dos trabalhadores. A automação de base microeletrônica significará o fim histórico do fordismo e do ohnoísmo e levará, portanto, a uma unificação do conceito de produção industrial, que se constituirá, em todos os seus segmentos, numa “aplicação tecnológica da ciência”. <fordismo, ohnoísmo, produção em massa, trabalho vivo, automação >

156. MORAES NETO, Benedito Rodrigues de; CARVALHO, Enéas Gonçalves de. *Elementos para uma história econômica da rigidez e da flexibilidade na produção em massa*, v. 27, n. 2, p. 271-307, maio-ago 1997.

De maneira aparentemente paradoxal, o ohnoísmo representa uma forma de produção antagônica à produção em massa convencional (fordista), e é, ao mesmo tempo, um desdobramento dela. Isto pode ser visualizado dividindo a produção fordista em duas fases. A primeira, de 1913 até o imediato pós-2ª Guerra, caracteriza-se pela produção de forma padronizada lastreada numa estrutura técnica potencialmente flexível (etapa da “rigidificação”). A fase seguinte, a partir do pós-guerra, caracteriza-se pela incorporação do princípio da rigidez ao sistema de máquinas (etapa da rigidez). A forma de produção desenvolvida no Japão (produção flexível em massa) tem a “rigidificação” como condição histórica indispensável. Ohno teria conseguido tornar efetiva a flexibilidade potencial: um verdadeiro “Ovo de Colombo”. A idéia de uma bifurcação após a “rigidificação” fordista - rigidez *versus* produção flexível em massa - pode contribuir para o debate sobre a natureza do ohnoísmo. <produção em massa, fordismo, “rigidificação”/rigidez, flexibilidade, ohnoísmo >

157. MORAIS, Igor A. C. de; PORTUGAL, Marcelo S. *Modelagem e previsão de volatilidade determinística e estocástica para a série do Ibovespa*, v. 29, n. 3, p. 303-341, jul-set 1999.

A variância de um ativo é uma das informações mais importantes para quem opera no mercado financeiro. A determinação desta volatilidade pode ser feita com base no conhecimento da variância passada (processo determinístico), ou ainda quando esta variância não é conhecida (processo estocástico). Estes modelos apresentam diversas formulações que captam diferentes efeitos observados em séries financeiras, tais como a aglomeração da variância, o efeito "leverage" e a persistência na volatilidade. Neste trabalho é comparada a estimativa da volatilidade do Índice Bovespa obtida por processos determinísticos e estocásticos, abrangendo 3 períodos relativamente conturbados: a crise do México, a crise asiática e a moratória russa. A conclusão básica é de que ambos os processos conseguem prever muito bem a volatilidade. <modelos GARCH, volatilidade, filtro de Kalman>

158. MOTTA, João Ricardo S. T. da. *O imposto sobre ativos*, v. 23, n. especial, p. 75-110, 1993.

O artigo visa mostrar que a introdução de um imposto sobre ativos das empresas e indivíduos, no Brasil, em um contexto de ampla reforma da estrutura tributária, permite a redução da atual tributação indireta em cascata, amplia a base de arrecadação direta, permitindo, se desejável, um corte nas alíquotas de impostos, sem perda expressiva na arrecadação. <imposto sobre ativos, imposto de renda, carga tributária>

159. MOTTA, José Flávio; COSTA, Iraci del Nero da. *Vila Rica: inconfidência e crise demográfica*, v. 22, n. 2, p. 321-346, maio-ago 1992.

Neste artigo é analisada a crise demográfica vivenciada por Vila Rica a partir dos anos sessenta do século dezoito e que se tornou mais aguda nas décadas seguintes, assumindo feição dramática nos anos

que antecedem imediatamente a Inconfidência. Nesse contexto, pretende-se identificar tal crise, que se desenvolveu na esteira do esgotamento da produção mineratória, como um dos elementos a condicionar a conformação de um cenário marcado pela disseminação da pobreza, no qual aflorará o movimento da Conjuração Mineira. Para a consecução deste objetivo recorreu-se a relatos de viajantes, a interpretações constantes de nossa historiografia e, sobretudo, às fontes primárias representadas pelo registro de casamento, nascimento e óbitos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Antonio Dias (uma das duas então existentes em Vila Rica) concernentes ao período 1740-1800. <inconfidência mineira, crise demográfica, Vila Rica, mineração, demografia histórica, história demográfica, história econômica>

160. MOTTA, José Flávio; MARCONDES, Renato Leite. *O comércio de escravos no Vale do Paraíba Paulista, Guaratinguetá e Silveiras na década de 1870*, v. 30, n. 2, p. 267-299, abr-jun 2000.

Estudamos o tráfico interno de escravos com base em escrituras de compra e venda de cativos registradas na década de 1870 em Guaratinguetá e Silveiras (Vale do Paraíba - SP). Em ambas, a principal atividade econômica era a cafeicultura. Entre os escravos transacionados predominaram os homens em Guaratinguetá e as mulheres em Silveiras. Nos dois casos, a maior parte dos cativos tinha entre 15 e 34 anos, sendo a maioria dos homens roceiros e a das escravas utilizada em serviços domésticos. Evidenciou-se certa correspondência entre sexo e atividade produtiva. Os preços elevaram-se entre 1871-4 e 1875-9. As mulheres eram, em média, mais baratas que os homens. Eram mais caros os cativos pertencentes às faixas etárias dos 15-24, 25-34 e 10-14 anos, e mais baratos os escravos alocados na lavoura. Intensificou-se o tráfico interprovincial a partir de 1875, em especial em Guaratinguetá. Quanto aos efeitos do tráfico sobre as relações familiares entre os cativos, identificamos indícios tanto de ruptura como de preservação da família escrava. <preços dos escravos, tráfico interprovincial de cativos, cafeicultura, família escrava, economia da escravidão, demografia escrava, história de São Paulo>

161. MOTTA, José Flávio; NOZOE, Nelson. *Cafeicultura e acumulação*, v. 24, n. 2, p. 253-320, maio-ago 1994.

Estudam-se os primórdios da acumulação fundada na atividade cafeeira em São Paulo, mediante o acompanhamento exaustivo, nas diversas listas nominativas de Bananal preservadas para o período de 1799 a 1829, dos domicílios dos moradores da localidade que eram produtores de café em 1829. O processo acumulativo foi avaliado com base no evoluir do montante da escravaria possuída. Os domicílios em questão foram rastreados até o primeiro ano em que passaram a constar dos recenseamentos ou até 1799. Verificou-se a existência de ritmos diferenciados de acumulação. Num primeiro momento, anterior à difusão da rubiácea, tal diferenciação punha-se entre partícipes e não-partícipes do mercado. Em seguida, essa distinção reafirmou-se, sob novas formas, entre cafeeiros e não-cafeeiros. Por fim, a acumulação mostrou-se divergente segundo o porte econômico dos cafeeiros. <acumulação, cafeicultura, demografia histórica, economia cafeeira, escravismo, economia da escravidão, história demográfica e econômica>

162. MUELLER, Charles C. *Economia e meio ambiente na perspectiva do mundo industrializado: uma avaliação da economia ambiental neoclássica*, v. 26, n. 2, p. 261-304, maio-ago 1996.

Partindo de versão estilizada do conceito de desenvolvimento sustentável, apresenta-se uma avaliação de corrente de pensamento que prioriza os problemas ambientais do Primeiro Mundo - a economia ambiental neoclássica. A análise neoclássica se volta à determinação das condições para que, mediante o funcionamento de mercados livres, a economia atinja a eficiência na alocação de recursos escassos; e quando isso não acontece, sugere políticas para aproximar a economia ao estado de ótimo de Pareto. E suas teorias teriam validade para toda as economias de mercado, independentemente do nível de renda *per capita*. O trabalho argumenta que, do ponto de vista do conceito de desenvolvimento sustentável, a economia ambiental neoclássica vem, de forma crescente, se concentrando em problemas

ambientais típicos das economias industrializadas. É no entorno destes que se desenvolveram e se consolidaram os seus principais modelos, ficando em segundo plano elementos importantes do conceito de sustentabilidade. <desenvolvimento sustentável, economia ambiental neoclássica, meio ambiente>

163. MUELLER, Charles C. *Economia, entropia e sustentabilidade: abordagem e visões de futuro da economia da sobrevivência*, v. 29, n. 4, p. 513-550, out-dez 1999.

O artigo avalia corrente de pensamento - a da **economia da sobrevivência** - que se caracteriza por forte compromisso com a preservação das oportunidades das gerações futuras, numa perspectiva temporal muito extensa. Inicia examinando o seu tratamento das inter-relações entre a economia e o meio ambiente, bem como os seus conceitos básicos, com ênfase para o de entropia. Mostra que a preocupação dos fundadores dessa corrente era principalmente com o esgotamento de recursos naturais, especialmente os do capital energético do nosso globo. Variantes recentes, entretanto, enfatizam problemas decorrentes da fragilidade do ecossistema global diante das crescentes perturbações antrópicas. Essas variantes consideram explicitamente funções ambientais vitais, notadamente a de preservar a resiliência de ecossistemas. Mostram que os danos ambientais causados por contínua expansão da escala do sistema econômico podem provocar alterações irreversíveis dessas funções. <sistema econômico e meio ambiente, entropia e sustentabilidade, resiliência, estabilidade do sistema global, capital energético>

164. NAKANE, Márcio I. *A test of competition in brazilian banking*, v. 32, n. 2, p. 203-224, abr-jun 2002.

Este artigo implementa um teste empírico de poder de mercado baseado em Bresnahan (1982) e Lau (1982) para o setor bancário brasileiro. Uma versão dinâmica do teste é aplicada. Os resultados mostram que a indústria bancária no Brasil é altamente competitiva, ainda que a hipótese de concorrência perfeita seja rejeitada. A hipótese de

que os bancos brasileiros comportam-se de forma cartelizada também é rejeitada. <concorrência bancária, bancos brasileiros>

165. NERI, Marcelo; COELHO, Danilo; ANCORA, Milene; PINTO, Alexandre. *Aspectos dinâmicos do desemprego e da posição na ocupação*, v. 27, n. especial, p. 137-159, 1997.

Este artigo objetiva divulgar algumas estatísticas sobre mobilidade ocupacional no Brasil. O trabalho quantifica alguns aspectos dinâmicos do desemprego e da posição na ocupação. Uma especial ênfase é dada às diferenças observadas entre segmentos de trabalhadores com carteira e sem carteira de trabalho. É utilizada uma base de dados longitudinal, construída a partir da Pesquisa Mensal do Emprego (PME), coletada nas seis principais regiões metropolitanas brasileiras no período 1982-1996. A fim de testar a natureza markoviana do processo de mobilidade entre posições na ocupação e na desocupação (com carteira, sem carteira, conta própria, setor público, empregador, desempregado, inativo e não-remunerado) foram estimadas probabilidades de transições entre estes diferentes estados a partir de diferentes horizontes de permanência. <desemprego, mobilidade ocupacional, posição na ocupação>

166. NISHIDA, Mieko. *As alforrias e o papel da etnia na escravidão urbana: Salvador, Brasil, 1808-1888*, v. 23, n. 2, p. 227-265, maio-ago 1993.

O objetivo deste trabalho é estudar a alforria de escravos em um dos principais portos brasileiros ao longo de oitenta anos, desde fins do período colonial (1808) até a abolição da escravidão em 1888, dando seqüência e suplementando os estudos sobre alforrias na Bahia já publicados por Stuart B. Schwartz (para o período 1684-1745) e Kátia M. de Queirós Mattoso (para 1779-1850). Adicionalmente, pretende-se contribuir para os estudos sobre as alforrias em geral, enfocando o papel da etnia na comunidade cativa do Novo Mundo. <demografia histórica, alforria, etnia, escravidão urbana, Salvador>

167. NUNES, Edson de Oliveira; BRAKARZ, José. *Política social e a reforma fiscal: as áreas de educação e saúde*, v. 23, n. especial, p. 255-294, 1993.

O objetivo do trabalho é efetuar uma revisão das questões críticas referentes à ação do setor público nos setores de educação e saúde, buscando identificar as medidas de ordem institucional e financeira a serem incluídas numa proposta de reforma fiscal, de iniciativa do governo federal. Procura-se ainda avaliar o papel institucional dos agentes públicos e privados nas áreas sociais. <política educacional e de saúde pública, reforma fiscal>

168. OLIVEIRA, Antônio Donizette de; SILVA, Orlando Monteiro da; REZENDE, José Luiz Pereira de. *Mudanças comerciais e estruturais no mercado internacional de celulose - efeitos nos fluxos e preços*, v. 27, n. 2, p. 195-219, maio-ago 1997.

Este estudo analisa a evolução dos preços e dos fluxos da celulose no mercado internacional, considerando os principais países exportadores e importadores. Formulou-se um modelo de comércio internacional de celulose, sob o pressuposto de que os bens originados em países diferentes são não-homogêneos do ponto de vista dos consumidores. O modelo é simulado para diversos choques em variáveis exógenas, como mudanças nos deslocadores de demanda e oferta de celulose e cobrança de tarifas na importação. Os resultados sugerem que mudanças exógenas que estimulam o crescimento da demanda de celulose no Japão e Europa beneficiam todos os países exportadores, com mais vantagem para o Canadá e os Estados Unidos. A taxa de celulose no mercado europeu é prejudicial a todos os países exportadores, em razão da redução nos preços e nos fluxos comerciais com aquele mercado. Aumentos na produção de celulose canadense e brasileira resultam em quedas mais acentuadas nos preços brasileiros do que nos dos outros países exportadores. A disponibilidade de celulose brasileira mais barata no mercado aumenta seu consumo em todos os países exportadores. <celulose, mercado internacional de celulose, demanda, oferta>

169. OLIVEIRA, Carlos Wagner de Albuquerque; GUIMARÃES NETO, Leonardo. *Emprego organizado e regiões nos anos 90: quem perdeu mais?*, v. 27, n. especial, p. 37-64, 1997.

O artigo constitui parte e os primeiros resultados de um estudo mais amplo, que tem como objetivo o exame do mercado organizado de trabalho nas regiões e sub-regiões brasileiras visando identificar a influência de determinantes nacionais, regionais e setoriais nos diferentes espaços nacionais. O que se pretende, de início, é explorar, em período recente, o declínio generalizado do nível de emprego organizado no País, quais as regiões e sub-regiões que mais perderam, em que momento ocorreram essas perdas e, por meio do estudo de alguns casos exemplares, identificar as razões da redução, do aumento ou da manutenção do nível de emprego organizado. Para isto examinam-se, recentemente, o movimento cíclico da economia nacional e a evolução da distribuição da atividade produtiva nas regiões brasileiras. Na busca das explicações para os casos considerados relevantes, são analisados os processos de reestruturação produtiva, de realocação industrial e de abertura econômica e é feito um mapeamento sumário do impacto das transformações sobre os níveis de emprego organizado nas economias regionais. O trabalho conclui que existem determinantes nacionais relevantes, mas reconhece casos nos quais aspectos regionais e setoriais, muito específicos, têm grande significação. <crescimento econômico, ciclos econômicos, desenvolvimento regional, economia regional, emprego, mercado de trabalho, produtividade>

170. OLIVEIRA, José Teófilo. *O imposto sobre a propriedade territorial rural 1964-1992*, v. 23, n. especial, p. 209-224, 1993.

Este artigo apresenta evidências acerca do estado deplorável em que se encontra a administração, pela União, do Imposto Territorial Rural e de sua incapacidade para promover alterações na estrutura fundiária brasileira. Os problemas administrativos não decorrem de falta de "vontade política" para implantar os objetivos do Estatuto da Terra, mas das dificuldades estruturais do governo federal para administrar, à distância, cinco milhões de imóveis rurais. Em vista dis-

to, recomenda-se a transferência do ITR para os governos locais. <imposto territorial rural, valor da terra nua>

171. OLIVEIRA, Roberto Guena de. *Marx: contradição e metafísica*, v. 27, n. 2, p. 255-270, maio-ago 1997.

Os críticos de Marx costumam ressaltar a presença de proposições contraditórias e conceitos metafísicos em sua obra. Contrariamente ao que pensam esses críticos, argumenta-se nesse artigo que essa presença não constitui, necessariamente, uma falha de pensamento. Argumenta-se também que conceitos metafísicos e a noção de contradição real podem vir a ser úteis para a compreensão de alguns problemas em ciências sociais. <Marx, contradição, metafísica, dialética, lógica>

172. OREIRO, José Luís. *Acumulação de capital, equilíbrios múltiplos e path-dependence: uma análise a partir de um modelo pós-keynesiano de crescimento endógeno*, v. 31, n. 1, p. 167-203, jan-mar 2001.

Este artigo apresenta um modelo pós-keynesiano de crescimento endógeno no qual a economia pode apresentar duas trajetórias de crescimento no longo prazo, a saber: uma trajetória caracterizada por baixo crescimento do estoque de capital e uma baixa taxa de lucro e outra caracterizada por um elevado crescimento do estoque de capital e alta taxa de lucro. Esse resultado é obtido por intermédio da introdução de uma não-linearidade na função poupança agregada, a qual é quadrática na taxa corrente de lucro. A determinação de qual dessas trajetórias a economia irá trilhar no longo prazo é condicional à convenção prevalecente entre os agentes econômicos a respeito da rentabilidade futura dos bens de capital. Nesse contexto, supomos que existem apenas duas convenções possíveis: uma convenção otimista e uma convenção pessimista; e que existem externalidades de rede associadas à escolha entre as diferentes convenções. Dessa forma, o processo de emergência de convenções será *path-dependent*. <equilíbrios múltiplos, não-linearidades e externalidades de rede>

173. OREIRO, José Luís. *Equilíbrio temporário, taxa de juros e o motivo finanças de demanda de moeda: uma reavaliação da teoria da preferência pela liquidez*, v. 28, n. 4, p. 579-600, out-dez 1998.

Este artigo procura apresentar um modelo de equilíbrio geral temporário compatível com a teoria da preferência pela liquidez de Keynes, com o objetivo de analisar a proposição desse autor de que as decisões de poupança e investimento não teriam influência direta sobre o nível da taxa de juros, caracterizando-a como um fenômeno estritamente monetário. Nesse contexto, demonstra-se que a incorporação do motivo finanças de demanda de moeda ao referido modelo invalida essa proposição para o caso em que o investimento agregado cresce continuamente ao longo do tempo. Em **estado-estacionário**, contudo, os planos de poupança e investimento possuem influência apenas indireta sobre a taxa de juros. <taxa de juros, preferência pela liquidez, motivo finanças>

174. OREIRO, José Luís. *Fragilidade financeira, equilíbrios múltiplos e flutuações endógenas - um modelo pós-keynesiano não-linear de ciclos econômicos*, v. 32, n. 3, p. 465-504, jul-set 2002.

Este artigo tem por objetivo apresentar uma versão não-linear do modelo Taylor e O'Connell de crises financeiras à la Minsky. Para tanto, introduzem-se algumas modificações na estrutura básica do referido modelo, a saber: (i) o financiamento do investimento, tanto por meio da emissão de ações como via crédito bancário; (ii) baixa sensibilidade da demanda de ações com respeito a variações da taxa de juros. Essas hipóteses são suficientes para produzir um *locus* de equilíbrio nos mercados financeiros que apresenta um formato *backward bending* no plano taxa de lucro - taxa de juros; e garantir que o efeito de um aumento do **estado de confiança** sobre os valores de equilíbrio da taxa de juros e da taxa de lucro seja condicional ao valor **inicial** do estado de confiança. Nesse contexto, demonstra-se a existência de uma relação não-linear em formato de U entre o estado de confiança e o nível de fragilidade financeira. Tal relação é suficiente para produzir (i) dois valores de *steady-state* para o estado

de confiança e (ii) um ciclo endógeno de periodicidade igual a dois para essa variável em torno de uma das posições de *steady-state*. <estado de confiança, fragilidade financeira e ciclos econômicos>

175. PAIVA, Clotilde Andrade; KLEIN, Herbert S. *Escravos e livres nas Minas Gerais do século XIX: Campanha em 1831*, v. 22, n. 1, p. 129-151, jan-abr 1992.

O presente estudo examina a natureza, idade, sexo, origem e estrutura ocupacional da população escrava, bem como sua distribuição entre os senhores, a partir de dados extraídos de listas nominativas inéditas. Além destes aspectos, são enfocadas as características sociais e econômicas da população livre que convivia com esses escravos. Seleccionamos para análise um dos maiores e mais urbanizados municípios da província: Campanha em 1831. Dentre outras conclusões, o exame dos dados sugere que a taxa de crescimento natural dos escravos nativos poderia ser positiva e que, apesar da presença significativa de africanos na nossa massa escrava, havia condições favoráveis para a procriação. <demografia histórica, listas nominativas, escravidão, história de Minas Gerais>

176. PAIVA, Clotilde Andrade; LIBBY, Douglas Cole. *Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX*, v. 25, n. 2, p. 203-233, maio-ago 1995.

Entre os fatores que influenciaram a demografia escrava talvez o mais importante tenha sido o grau de envolvimento na tradicional economia colonial de exportação. Até o final do século XVIII o mercado interno brasileiro havia se consolidado e as atividades produtivas correspondentes demandavam uma força de trabalho escrava considerável. Em períodos e regiões diferentes, várias populações cativas engajadas na produção de gêneros alimentícios, destinados ao consumo interno, se comprovaram capazes de reprodução natural. Após o ciclo aurífero, Minas Gerais constitui a maior e mais expressiva região dedicada ao mercado interno. Baseado em novas evidências, demonstrar-se-á que, a despeito das enormes pressões do tráfico ne-

greiro internacional, a população escrava mineira da década de 1830 se sustentava, em parte, por meio da reprodução natural e que uma geração após o término do tráfico encontrava-se plenamente reprodutiva. <demografia escrava, mercado interno, reprodução natural>

177. PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos. *Desagregação do escravismo para o trabalho livre na Província de Sergipe*, v. 24, n. 3, p. 465-493, set-dez 1994.

Neste artigo estuda-se a transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Nordeste Açucareiro a partir de duas premissas comumente apresentadas pela historiografia: a monopolização das terras agriculturáveis pelos senhores de engenho e a crescente oferta de força de trabalho livre que teriam levado, na segunda metade do século XIX, a um processo contínuo de desagregação do escravismo nesta região do Brasil. Utilizando-se, principalmente, de dados referentes à Província de Sergipe questiona-se as citadas premissas e conclusões derivadas das mesmas de automática transição do trabalho escravo para o livre. <escravismo, estrutura fundiária, agroindústria açucareira, transição do trabalho escravo para o trabalho livre, nordeste brasileiro, Sergipe>

178. PASTORE, Affonso Celso; PINOTTI, Maria Cristina. *Globalização, fluxos de capitais e regimes cambiais: reflexões sobre o Brasil*, v. 30, n. 1, p. 5-26, jan-mar 2000.

O artigo procura discutir três questões. Primeiro, os efeitos da combinação de regimes de câmbio fixo com movimentos de capitais. Segundo, os argumentos a favor e contra à adoção de uma moeda única no Mercosul. Terceiro, as vantagens dos fluxos de capitais para o financiamento e para suavizar os ciclos econômicos. Conclui-se pela inconveniência dos regimes de câmbio fixo, pela não adoção da moeda única e pelo uso de fluxos de capitais desde que o regime cambial seja flexível. <fluxos de capitais, regimes cambiais, Brasil>

179. PAULA, João Antônio de; CERQUEIRA, Hugo E. A. da Gama; ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta e. *Trabalho e conhecimento: lições de clássicos para a análise do capitalismo contemporâneo*, v. 30, n. 3, p. 419-445, jul-set 2000.

Este texto discute os impactos da presente revolução tecnológica, avaliando a emergência de uma economia baseada no conhecimento. O papel do trabalho na sociedade contemporânea é discutido a partir das lições de clássicos da economia (Adam Smith e Karl Marx) e das pesquisas recentes da corrente neo-schumpeteriana. O diagnóstico de Offe sobre a perda da centralidade do trabalho é avaliado e criticado, e uma alternativa de interpretação é sugerida à luz da compreensão do trabalhador coletivo e das suas metamorfoses, que originam um processo de reposicionamento do trabalho. Esse processo expressa o crescimento do peso do trabalho intelectual no interior do trabalhador coletivo. <trabalho, conhecimento, Adam Smith, Karl Marx, economia neo-schumpeteriana>

180. PAULA, Luiz Fernando Rodrigues de. *Liquidez e zeragem automática: crítica da crítica*, v. 26, n. 3, p. 411-439, set-dez 1996.

Este artigo retoma o debate sobre a “zeragem automática” e o controle monetário no Brasil, iniciado com o artigo de Affonso Celso Pastore, “A reforma monetária do Plano Collor”. Para tanto, realiza uma crítica, a partir de uma perspectiva pós-keynesiana, aos argumentos desenvolvidos nesta Revista por Valdir Ramalho, em sua crítica à Pastore, em dois aspectos: (1) a abordagem horizontalista implícita em sua análise e (2) os equívocos derivados de confundir o mecanismo de zeragem automática com operações normais de política monetária em condições de baixa inflação. O artigo discute a relação entre zeragem automática e controle monetário no contexto do debate **verticalismo versus horizontalismo** e mostra que tal mecanismo não é um instrumento moderno de política monetária dos Bancos Centrais, mas sim o resultado de uma circunstância específica de gestão monetária em condições de alta inflação no Brasil. <política monetária, operações de mercado aberto, passividade monetária, economia brasileira>

181. PAULA, Luiz Fernando Rodrigues de. *Liquidez e "zeragem automática": uma tréplica a Ramalho*, v. 27, n. 3, p. 527-530, set-dez 1997.

Este artigo comenta a resposta de Valdir Ramalho ao meu artigo "Liquidez e zeragem automática: crítica da crítica", procurando mostrar que: (i) a oposição "críticos" e "não-críticos" à zeragem automática não parece ser a forma adequada (e relevante) de examinar a questão e sim a análise de suas implicações; (ii) permanecem algumas discordâncias quanto à interpretação deste mecanismo na operação da política monetária no Brasil. <política monetária, operações de mercado aberto, economia brasileira>

182. PAULA, Luiz Fernando Rodrigues de; ALVES JÚNIOR, Antonio José; MARQUES, Maria Beatriz Leme. *Ajuste patrimonial e padrão de rentabilidade dos bancos privados no Brasil durante o Plano Real (1994/98)*, v. 31, n. 2, p. 209-238, abr-jun 2001.

Este artigo analisa as principais mudanças ocorridas na estrutura patrimonial do setor bancário privado brasileiro no período 1994/98, à luz do referencial teórico pós-keynesiano. Este referencial enfatiza que os bancos apresentam preferência pela liquidez determinada por suas expectativas formadas sob condições de incerteza, conformando seu portfólio de acordo com o *trade-off* liquidez e rentabilidade. O artigo apresenta evidências de que o comportamento dos bancos durante o Plano Real seguiu um ciclo explicável a partir deste marco teórico: no primeiro momento do Real os bancos compensaram as perdas das receitas inflacionárias expandindo crédito e adotando uma postura financeira mais ousada; no segundo momento, a partir da crise bancária de 1995, passaram a adotar uma postura mais defensiva, expressão de sua maior preferência pela liquidez e aversão ao risco. Conclui-se que o setor bancário revelou grande capacidade de adaptação às mudanças no contexto macroeconômico do País, o que só foi possível devido às necessidades e condições de financiamento da dívida pública. <setor bancário brasileiro, sistema financeiro, crédito, teoria pós-keynesiana>

183. PAULANI, Leda Maria. *O papel da força viva de trabalho no processo capitalista de produção - uma análise dos dilemas contemporâneos*, v. 31, n. 4, p. 695-721, out-dez 2001.

Marx explicou, nos capítulos 11-13 do primeiro volume de *O Capital*, a natureza das mudanças que o progresso da divisão do trabalho impôs ao papel da força de trabalho. Ele concluiu que, com a maquinaria, o trabalho estava finalmente submetido ao capital. Mas muitas coisas mudaram desde então. Os trabalhadores tiveram de se adaptar ao taylorismo e ao fordismo, introduzidos no início do século XX. Mais recentemente, os trabalhadores tiveram de se adaptar ao toyotismo e suas drásticas demandas. Qual é o significado dessas novas transformações? O artigo procura discutir essas questões. A principal idéia é que, com as mudanças mais recentes, particularmente com o toyotismo, a força viva de trabalho foi colocada em sua adequada posição, como sujeito negado. Portanto, podemos olhar para a história dessas transformações como um processo do tipo "*learning by doing*", por meio do qual a lógica do capital pôde obter este resultado funcional. <taylorismo, fordismo, toyotismo, lógica do capital, análise dialética>

184. PELLEGRINI, Josué Alfredo. *As funções do Banco Central do Brasil e o controle monetário*, v. 22, n. 2, p. 221-252, maio-ago 1992.

O objetivo deste trabalho é analisar como se evitou um descontrole monetário ainda maior nos anos que antecederam o Plano Collor I, utilizando-se a perspectiva do Banco Central do Brasil e de quatro das suas funções: autoridade monetária, autoridade fiscal, banco dos bancos e banqueiro do setor público. Assim, são analisadas as relações entre estas três últimas funções e a autoridade monetária cujo objetivo é manter o controle monetário. O banqueiro do setor público tem sido tradicionalmente o principal obstáculo para que a autoridade monetária cumpra a sua função. Não obstante, o acirramento das dificuldades em 1989 parece ter sido causado pela autoridade cambial e pelo banco dos bancos. <controle monetário, Banco Central do Brasil, autoridade monetária e cambial, setor público, dívida pública, reforma patrimonial>

185. PELLEGRINI, Josué Alfredo. *Sistema BNDES - atuação recente, diagnóstico da situação atual e perspectivas*, v. 23, n. 3, p. 401-444, set-dez 1993.

O objetivo do artigo é investigar a situação atual e perspectivas futuras do Sistema BNDES, precedida de um rápido histórico sobre a atuação da instituição. Na segunda metade da década de oitenta, sem as prioridades estabelecidas por instâncias de governo hierarquicamente superiores, constata-se que o Sistema BNDES embarcou em uma estratégia de saneamento. A estratégia sancionadora, a despeito de correta, não pode ser entendida como um fim em si mesma, mas, sim, como um passo para servir futuramente de instrumento financeiro a um Estado saneado e com um papel definido na economia. Neste contexto, investiga-se uma série de providências a serem tomadas pela instituição, com vistas, principalmente, a capacitar as empresas nacionais a enfrentar a renovada, competitiva e dinâmica economia mundial. <sistema BNDES, governo, desenvolvimento, saneamento, nova atuação>

186. PEREIRA, Laércio Barbosa. *Consolidação e perspectivas da agroindústria paranaense ante o mercado externo*, v. 26, n. 2, p. 141-169, maio-ago 1996.

Contextualizam-se as exportações paranaenses e brasileiras dentro das transformações das duas últimas décadas. Ambas passaram por significativas alterações, refletidas na mudança do perfil exportador em direção a produtos com maior densidade de capital e na diversificação de produtos e mercados de destino; porém, o desempenho das exportações paranaenses foi bem inferior ao das brasileiras e mundiais. As causas fundamentais foram: a) mudança no perfil exportador rumo a produtos industriais de origem agropecuária, que tiveram fraco desempenho de preços; b) na década de 80, os produtos industrializados ditaram a dinâmica exportadora; c) concentração das exportações por mercado de destino, especialmente nos países da CEE; e d) aumento no protecionismo, principalmente destes países, sobre estes produtos. Ao delinear perspectivas de inserção das expor-

tações paranaenses no mercado mundial, observam-se condições desfavoráveis, devido à formação de blocos, ao neoprotecionismo, ao aumento no grau de concorrência, em nível de subsídios, e à saturação dos mercados. <exportações paranaenses, desempenho e perspectivas das exportações>

187. PEZZIN, Liliana E. *Incentivos de mercado e comportamento criminoso: uma análise econômica dinâmica*, v. 24, n. 3, p. 373-404, set-dez 1994.

Este artigo formaliza e estima um modelo econômico de otimização dinâmica aplicado ao comportamento criminoso. O objetivo principal do artigo é determinar a extensão pela qual incentivos de mercado, em contraste com fatores relacionados à família e outras formas de controle social, influenciam a dinâmica das carreiras criminais. O argumento chave do estudo enfatiza que o processo decisório relativo à escolha tanto do padrão da carreira criminal quanto do momento de seu término depende criticamente de fatores gerais e específicos que afetam o ciclo-vital do retorno líquido associado com as duas opções de atividade: a legal constituída e a delinqüencial. A análise dos dados coletados ao nível individual pelo "National Longitudinal Survey of Youth" confirma a hipótese central resultante do modelo teórico. <modelos dinâmicos, comportamento criminoso, escolha racional>

188. PINHO, Diva Benevides. *O Real e as cooperativas*, v. 25, n. especial, p. 47-71, 1995/6.

A mais visível conseqüência do Real sobre as atividades cooperativistas é o aumento acelerado da descapitalização e, conseqüentemente, a diminuição do capital de giro, dos investimentos em ampliação e/ou novas instalações, máquinas e equipamentos, bem como em treinamento de pessoal. A incidência de tais problemas, entretanto, é mais grave nas categorias de cooperativas que já apresentavam sérios problemas, especialmente as agrícolas e as de consumo. Já as cooperativas de crédito-mútuo e o emergente setor cooperativista de crédito agrícola encontram no Plano Real a possibilidade de conseguir

185. PELLEGRINI, Josué Alfredo. *Sistema BNDES - atuação recente, diagnóstico da situação atual e perspectivas*, v. 23, n. 3, p. 401-444, set-dez 1993.

O objetivo do artigo é investigar a situação atual e perspectivas futuras do Sistema BNDES, precedida de um rápido histórico sobre a atuação da instituição. Na segunda metade da década de oitenta, sem as prioridades estabelecidas por instâncias de governo hierarquicamente superiores, constata-se que o Sistema BNDES embarcou em uma estratégia de saneamento. A estratégia saneadora, a despeito de correta, não pode ser entendida como um fim em si mesma, mas, sim, como um passo para servir futuramente de instrumento financeiro a um Estado saneado e com um papel definido na economia. Neste contexto, investiga-se uma série de providências a serem tomadas pela instituição, com vistas, principalmente, a capacitar as empresas nacionais a enfrentar a renovada, competitiva e dinâmica economia mundial. <sistema BNDES, governo, desenvolvimento, saneamento, nova atuação>

186. PEREIRA, Laércio Barbosa. *Consolidação e perspectivas da agroindústria paranaense ante o mercado externo*, v. 26, n. 2, p. 141-169, maio-ago 1996.

Contextualizam-se as exportações paranaenses e brasileiras dentro das transformações das duas últimas décadas. Ambas passaram por significativas alterações, refletidas na mudança do perfil exportador em direção a produtos com maior densidade de capital e na diversificação de produtos e mercados de destino; porém, o desempenho das exportações paranaenses foi bem inferior ao das brasileiras e mundiais. As causas fundamentais foram: a) mudança no perfil exportador rumo a produtos industriais de origem agropecuária, que tiveram fraco desempenho de preços; b) na década de 80, os produtos industrializados ditaram a dinâmica exportadora; c) concentração das exportações por mercado de destino, especialmente nos países da CEE; e d) aumento no protecionismo, principalmente destes países, sobre estes produtos. Ao delinear perspectivas de inserção das expor-

tações paranaenses no mercado mundial, observam-se condições desfavoráveis, devido à formação de blocos, ao neoprotecionismo, ao aumento no grau de concorrência, em nível de subsídios, e à saturação dos mercados. <exportações paranaenses, desempenho e perspectivas das exportações>

187. PEZZIN, Liliana E. *Incentivos de mercado e comportamento criminoso: uma análise econômica dinâmica*, v. 24, n. 3, p. 373-404, set-dez 1994.

Este artigo formaliza e estima um modelo econômico de otimização dinâmica aplicado ao comportamento criminoso. O objetivo principal do artigo é determinar a extensão pela qual incentivos de mercado, em contraste com fatores relacionados à família e outras formas de controle social, influenciam a dinâmica das carreiras criminais. O argumento chave do estudo enfatiza que o processo decisório relativo à escolha tanto do padrão da carreira criminal quanto do momento de seu término depende criticamente de fatores gerais e específicos que afetam o ciclo-vital do retorno líquido associado com as duas opções de atividade: a legal constituída e a delinqüencial. A análise dos dados coletados ao nível individual pelo "National Longitudinal Survey of Youth" confirma a hipótese central resultante do modelo teórico. <modelos dinâmicos, comportamento criminoso, escolha racional>

188. PINHO, Diva Benevides. *O Real e as cooperativas*, v. 25, n. especial, p. 47-71, 1995/6.

A mais visível conseqüência do Real sobre as atividades cooperativistas é o aumento acelerado da descapitalização e, conseqüentemente, a diminuição do capital de giro, dos investimentos em ampliação e/ou novas instalações, máquinas e equipamentos, bem como em treinamento de pessoal. A incidência de tais problemas, entretanto, é mais grave nas categorias de cooperativas que já apresentavam sérios problemas, especialmente as agrícolas e as de consumo. Já as cooperativas de crédito-mútuo e o emergente setor cooperativista de crédito agrícola encontram no Plano Real a possibilidade de conseguir

recompor seus planos de empréstimos aos associados a juros módicos - o que era impossível em economia corroída por inflação galopante. Por outro lado, o extraordinário crescimento atual das **cooperativas urbanas de trabalho e de prestação de serviços** resulta, sobretudo, da intensa necessidade de busca de novas formas organizatórias da mão-de-obra gerada pela aceleração do desemprego e pelas "demissões voluntárias" em empresas privadas e públicas. <Brasil, Plano Real, cooperativas, desemprego, inflação>

189. PIRES, Julio Manuel. *Finanças públicas municipais na República Velha: o caso de Ribeirão Preto*, v. 27, n. 3, p. 481-518, set-dez 1997.

Este artigo procura analisar a estrutura tributária municipal de uma das cidades brasileiras mais importantes durante a República Velha, Ribeirão Preto, Estado de São Paulo. Buscou-se descrever e relacionar a estrutura de receitas e despesas municipais, nos anos circundantes ao início do século XX, com o rápido crescimento econômico que caracteriza esta região cafeeira nesse período. <história econômica, finanças públicas, impostos municipais, café, orçamento público>

190. PIRES, Julio Manuel; COSTA, Iraci del Nero da. Considerações sobre o capital escravista-mercantil, v. 24, n. 1, p. 129-143, jan-abr 1994.

Propõe-se a existência de uma específica forma de capital, ainda não contemplada pela literatura especializada: a forma escravista-mercantil. Explicitam-se, ademais, suas limitações lógicas e históricas, seus pressupostos e os resultados de sua ação. <escravismo, capital, Brasil-colônia, história econômica, história do Brasil>

191. PORTELLA FILHO, Petrônio. *Plano Brady - da retórica à realidade*, v. 24, n. 1, p. 55-105, jan-abr 1994.

Neste artigo apresentamos uma avaliação do chamado "Plano Brady", a estratégia americana para o problema da dívida dos países severamente endividados de renda média. Procuramos dar ênfase espe-

cial às operações de redução da dívida externa realizadas por países latino-americanos no âmbito desse plano. Durante os primeiros cinco anos, alguns importantes devedores latino-americanos reescalonaram suas dívidas no âmbito do Plano Brady: México, Costa Rica, Venezuela, Uruguai, Argentina e Brasil. Após avaliar o alívio financeiro captado por cada um dos pacotes de redução da dívida, procuramos analisar os possíveis efeitos das renegociações na restauração da confiança dos credores. <Plano Brady, Plano Baker, FMI, Brasil, Argentina, México, Costa Rica, Venezuela, Uruguai, mercado secundário, moratória>

192. PORTUGAL, Cristiano O.; PORTUGAL, Marcelo S. *Os efeitos da inflação sobre o orçamento do governo: uma análise empírica*, v. 31, n. 2, p. 239-283, abr-jun 2001.

Este trabalho tem como objetivo investigar o efeito da inflação sobre o orçamento do governo. Para tanto, parte-se do modelo desenvolvido por Barbosa (1987), aplicando, porém, uma metodologia de estimação diferente, baseada em modelos com parâmetros variáveis. Os resultados mostram que todos os tributos e a arrecadação total do Tesouro Nacional são totalmente indexados em relação ao nível de preços e sensíveis ao problema da defasagem entre o fato gerador e a coleta do imposto (efeito Tanzi). Pelo lado das despesas, os resultados mostram que os gastos com pessoal são afetados pela inflação, via componente transitório. Além disso, nossas estimativas mostram também que a elasticidade-renda da arrecadação e da despesa total vem crescendo durante toda a década de noventa, sendo que a elasticidade da última se mostra bem maior do que a da primeira a partir do Real, indicando um grave problema fiscal. <efeito Tanzi, elasticidades de arrecadação, finanças públicas>

193. PRADO, Eleutério F. S. *Ação e ordem social em Locke e Smith*, v. 22, n. 3, p. 375-391, set-dez 1992.

Investiga-se, no texto, se a perspectiva individualista que busca explicar todos os fenômenos econômicos a partir dos comportamentos

individuais pode vir a ser consistente. Para tanto, examina-se como Locke e Smith respondem à questão formulada por Hobbes quanto às condições de possibilidade de uma ordem social concebida de modo atomista. Procura-se mostrar que esta perspectiva é autocontraditória e que ela se interverte, no curso da argumentação, em funcionalismo. <individualismo metodológico, Adam Smith, funcionalismo>

194. PRADO, Eleutério F. S. *Dilema do prisioneiro e dinâmicas evolucionárias*, v. 29, n. 2, p. 249-266, abr-jun 1999.

Para discutir jogos evolucionários baseados no dilema do prisioneiro apresentam-se, de início, as conclusões bem conhecidas do teorema popular no contexto de jogos repetidos. Em seqüência, mencionam-se as premissas e os resultados mais importantes do estudo pioneiro de Axelrod sobre a evolução da cooperação. Exploram-se, depois, três modelos evolucionários que consideram estratégias mais complicadas do que a simples repetição da ação de cooperação ou de defecção. Os indivíduos que as adotam são tirados de uma população homogênea para participar de competições bilaterais. A seqüência de modelos busca encontrar aquelas estratégias que apresentam maior capacidade de sobrevivência. O objetivo, entretanto, não é confirmar as principais conclusões de Axelrod, mas mostrar que elas não se sustentam. <jogo evolucionário, dilema do prisioneiro, evolução da cooperação, estratégia de retaliação>

195. PRADO, Eleutério F. S. *O caráter monológico da racionalidade neoclássica*, v. 26, n. especial, p. 7-34, 1996.

Este artigo atenta para o caráter demonstrativo do conceito neoclássico de racionalidade, questionando a sua aparente trivialidade. Nele, examinam-se textos de Jevons, Walras, Marshall e Robbins, os quais são vistos como representativos da teoria neoclássica. A fim de chamar a atenção para as suas características salientes, compara-se esta noção com o conceito aristotélico de racionalidade. Enquanto o primeiro é visto como instrumental, apodítico e monológico, o último é visto como expressivo, prudente e dialógico. Enquanto que este

último conceito emerge na vida política e ética da cidade-estado, o outro emerge na vida sistêmica e individualista inerente aos mercados e às organizações. Deste ponto de vista, a ciência moderna e a filosofia antiga somente lhes deram forma no tempo devido, tornando-os visíveis e rigorosos. A fim de explicar estas ocorrências históricas, o artigo confia na teoria evolutiva da sociedade de Habermas. <racionalidade, teoria neoclássica, sistema econômico, mundo da vida>

196. PRADO, Eleutério F. S. *O sistema econômico e os meios de comunicação sistêmicos*, v. 26, n. 2, p. 201-234, maio-ago 1996.

Neste artigo discute-se a idéia de sistema econômico. Depois de examinar como tal idéia aparece em Smith, Marx e na teoria do equilíbrio geral, busca-se apresentar um outro conceito de sistema econômico com base no conceito de sociedade, como mundo da vida e como sistema, de Habermas. Nesta perspectiva, o sistema econômico é entendido como uma combinação institucionalizada de dois tipos de conjuntos altamente complexos de interações sociais, denominados de mercados e de organizações, cada um dos quais encontra-se ligado a um meio de comunicação específico, respectivamente, o dinheiro e o poder. Finalmente, procura-se integrar à análise do sistema econômico assim concebido certos resultados encontrados na economia dos custos de transação e na teoria da troca contenciosa. <dinheiro, sistema econômico, poder, meios de comunicação sistêmicos>

197. RAMALHO, Valdir. *O déficit público ajustado da inflação e o argumento da reaplicação garantida*, v. 22, n. 3, p. 393-408, set-dez 1992.

Conforme alega-se com base em um conhecido argumento, gastos do governo com o componente inflacionário dos juros nominais têm refinanciamento "assegurado". Mostra-se aqui que o argumento de fato provê razões erradas ou duvidosas em favor do déficit público ajustado por conta da inflação, especialmente porque a visão do comportamento do investidor adotada no argumento não reflete os ensi-

namentos de teoria econômica e financeira das aplicações. <déficit público, correção monetária, despesas de juros, crises financeiras>

198. RAMALHO, Valdir. *Alemanha, anos quarenta: antecedentes do confisco monetário*, v. 23, n. 2, p. 267-296, maio-ago. 1993.

Este trabalho revê alguns dos fatores sócio-políticos e econômicos envolvendo a crise monetária na Alemanha entre 1945 e 1948, tais como regime político, a atitude e as políticas da administração militar, a destruição física do país, o mercado negro e o escambo, e outros. <política monetária, inflação reprimida, mercado negro, escambo>

199. RAMALHO, Valdir. "Zeragem automática" no mercado aberto e controle monetário, v. 25, n. 1, p. 25-52, jan-abr 1995.

No fim do dia, o Banco Central do Brasil prontifica-se a preencher as necessidades de bancos que tenham excesso ou deficiência de financiamento para suas carteiras de títulos públicos. Conforme Pastore, tal procedimento torna o Banco Central incapaz de manter a base monetária sob controle. Este artigo coloca em questão a validade de seu argumento e a verdade de sua conclusão. Ademais, tece diversas considerações visando colocar os procedimentos operacionais em perspectiva adequada. <política monetária, dinheiro passivo, reservas bancárias, procedimentos operacionais>

200. RAMALHO, Valdir. *Liquidez e "zeragem automática": resposta*, v. 27, n. 3, p. 519-525, set-dez 1997.

Em resposta a uma crítica de um artigo anterior sobre *zeragem automática*, este artigo argumenta que: (i) a oposição entre verticalismo e horizontalismo não é o que está em questão; (ii) os críticos da *zeragem automática* não conseguiram mostrar que os vazamentos de reservas resultantes do procedimento são bastante importantes para embarçar o controle monetário; (iii) o uso do procedimento é compatível com o controle de reservas nos intervalos de tempo relevan-

tes; (iv) aquele procedimento cumpre uma função comum ao redesconto, mas de um modo mais efetivo e ágil; (v) antes de julho de 1994, o Banco Central do Brasil procurava controlar a taxa de juros do mercado de reservas bancárias, mas não torná-la constante independentemente das condições macroeconômicas. <política monetária, reservas bancárias, procedimentos operacionais, economia brasileira>

201. RAMALHO, Valdir. *Liquidez e "zeragem automática": nota final*, v. 27, n. 3, p. 531-534, set-dez 1997.

Esta nota final ao debate sobre *zeragem automática* e a política monetária no Brasil dos anos quase hiperinflacionários argumenta que: (i) o procedimento operacional empregando uma taxa de juros de curto prazo, a *zeragem automática* e a política de taxa de câmbio contribuiriam pouco ou nada para tornar a política monetária passiva; (ii) os principais fatores responsáveis pela passividade foram o déficit público alto a preços correntes e a dívida pública alta. <política monetária, procedimentos operacionais, economia brasileira>

202. RAMALHO, Valdir. *O déficit público ajustado da inflação e a alegação de consistência*, v. 28, n. 4, p. 649-664, out-dez 1998.

Somente o orçamento público ajustado por conta da inflação é uma medida consistente de déficit público. Com base nesta asserção, alguns economistas sugerem que nos descartemos das outras medidas de déficit. Contra esta visão, este artigo mostra que o critério de consistência empregado por eles é especialmente estreito, talhado para que somente aquela medida de déficit o satisfaça. Uma noção mais corriqueira e mais razoável de consistência nos levaria a pensar que as demais medidas de déficit são também consistentes. Portanto, a alegação de consistência é irrelevante para a questão de superioridade de uma das medidas de déficit. <déficit público, dívida pública, despesa de juros, inflação>

203. RANGEL, Armênio de Souza. *A economia do município de Taubaté: 1798 a 1835*, v. 23, n. 1, p. 149-179, jan-abr 1993.

O artigo analisa a economia do município de Taubaté do final do século XVIII a meados do século XIX. A análise das vendas de produtos agrícolas e pastoris permitiu mostrar a integração de uma economia - inicialmente voltada para o mercado interno - ao comércio exterior. Em particular, procurou-se mostrar o papel desempenhado pela elevação dos preços do café nas duas primeiras décadas do século XIX - no estabelecimento da cafeicultura no município. Mesmo com o declínio posterior dos preços, o café seguiu atraindo novos investimentos, pois sua rentabilidade ainda se mantinha elevada diante de outras culturas agrícolas. A consolidação da cafeicultura no município, bem como em outras regiões da Província de São Paulo, só se efetivaria em meados do século XIX com a explosão dos preços do café. Em meados do século XIX, a *plantation* cafeeira havia transformado a economia do município. <história econômica, café, açúcar, fumo, preços, escravidão, pecuária, comércio, *plantation*, Taubaté>

204. RANGEL, Armênio de Souza. *Dilemas da historiografia paulista: a repartição da riqueza no município de Taubaté no início do século XIX*, v. 28, n. 2, p. 351-368, abr-jun 1998.

O artigo analisa o perfil da repartição da riqueza no município de Taubaté no início do século XIX. Apesar da fraca integração da economia do município ao comércio exterior, ele exibia os mesmos padrões de repartição da riqueza das áreas fortemente integradas ao sentido da colonização moderna. Isso decorria do fato da interligação da economia do município com a economia exportadora. Por muito tempo a economia do município funcionou como um centro de abastecimento das regiões exportadoras. No município de Taubaté, ao lado dos grandes proprietários de terra e escravos, que controlavam grande parte da renda e da riqueza, encontramos uma parcela significativa da população, os agregados, destituída de bens e que "vivia a favor" em terras alheias. Mesmo entre os proprietários de terra havia uma camada de pequenos proprietários de poucos recursos, que não possuíam escravos e que desenvolviam uma agricultura

de auto-subsistência. <repartição da riqueza, terra, escravidão, atividades econômicas, *plantation*, moderna colonização>

205. RESENDE, Marcelo; HASENCLEVER, Lia. *Intensidade em pesquisa e desenvolvimento e tamanho da firma: uma análise exploratória do caso brasileiro*, v. 28, n. 4, p. 601-618, out-dez 1998.

O objetivo deste estudo é fazer uma análise exploratória da relação entre intensidade de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e tamanho da empresa para um conjunto de empresas brasileiras nos anos de 1993 e 1994, bem como para os setores industriais mais representativos deste conjunto, utilizando-se a metodologia de transformação do *ranking* proposta por Holmes *et alii* (1991). Os resultados são compatíveis com aqueles encontrados para as empresas americanas no ano de 1985, sugerindo que a intensidade de P&D é negativamente correlacionada com o tamanho da firma. Já para a análise dos setores selecionados, verificaram-se algumas diferenças que podem ser atribuídas às distintas metodologias de segmentação da indústria utilizadas ou às características estruturais específicas destes setores industriais brasileiros. <pesquisa e desenvolvimento, tamanho da firma>

206. REZENDE, Fernando. *A moderna tributação do consumo*, v. 23, n. especial, p. 111-148, 1993.

O objetivo central deste trabalho é mostrar as vantagens e as consequências da transformação do atual ICMS em autêntico IVA-consumo, na linha das recomendações teóricas e da experiência acumulada nos países da Comunidade Européia. <imposto sobre valor adicionado, federalismo fiscal>

207. RIBEIRO, Carlos A. C. *A eficiência técnica de empresas e o paradoxo do desempenho*, v. 23, n. 3, p. 477-493, set-dez 1993.

O artigo discute um problema relacionado aos métodos de mensuração da eficiência em nível da firma: o paradoxo de desempenho. Este fenômeno caracteriza-se pela proliferação dos métodos de mensura-

ção e não correlação entre as múltiplas medidas de eficiência. A discussão sobre as características do fenômeno é realizada a partir de modelos de função de produção de fronteira. Ilustra-se o problema com o uso de dois estudos empíricos realizados para o Brasil e Argentina. Por fim discutem-se as implicações que o surgimento do problema traz para a escolha do método de cálculo da eficiência da empresa. <eficiência, métodos de mensuração, modelos de fronteira de produção, paradoxo de desempenho>

208. RIZZIERI, Juarez A. B. *Inflação e preços relativos*, v. 25, n. especial, p. 73-100, 1995/6.

Este texto tenta averiguar como as expectativas inflacionárias atuam na formação dos preços nominais e relativos entre os setores competitivos e não-competitivos da economia. Por meio de um teste empírico fica confirmado o efeito positivo da maior dispersão dos preços relativos sobre a variância da taxa de inflação. Mostra também como essa variância cresce com o nível da inflação e vice-versa. A hipótese central consiste em mostrar como a maior variância dos preços do setor competitivo *vis-à-vis* à do setor não-competitivo provoca um acréscimo na variância da taxa de inflação e sobre a própria taxa de inflação. Isso decorre da dificuldade de previsão dos preços nominais do setor competitivo ante as flutuações da renda nominal e dos custos de produção. A menor variabilidade dos preços do setor de preços rígidos prende-se ao maior controle que os empresários possuem de seus preços, mesmo diante da possibilidade de repassar qualquer aumento de custos. <preços relativos, taxa de inflação, setores competitivos e não-competitivos>

209. ROCHA, Fabiana. *Um teste dos limites do poder da política monetária*, v. 26, n. 3, p. 309-333, set-dez 1996.

O objetivo deste artigo é discutir os limites da política monetária no Brasil nos anos 80 e começo dos anos 90, ou, mais precisamente, demonstrar que durante esse período a escolha entre uma política monetária apertada ou frouxa era, em grande medida, ilusória (arit-

mética desagradável de Sargent e Wallace). O artigo tenta ainda verificar quão ilusória era essa escolha, determinado o *timing* da receita inflacionária. Os resultados indicam uma elasticidade da demanda por encaixes reais com respeito à inflação esperada próxima de zero. Assim, a equação da demanda expectacional se torna uma versão simples da teoria quantitativa. Neste caso, dadas as hipóteses sobre o regime monetário e a taxa de retorno dos títulos do governo, o poder de uma política monetária restritiva para combater a inflação fica bastante reduzido. Uma política monetária apertada pode, no máximo, rearranjar o *timing* do imposto inflacionário, resultando numa inflação mais baixa, hoje, à custa de uma inflação mais alta no futuro. <política monetária restritiva, aritmética desagradável de Sargent e Wallace, *timing* do imposto inflacionário>

210. ROCHA, Fabiana. *Monetary reform credibility: some evidence for Brazil*, v. 27, n. 3, p. 441-459, set-dez 1997.

O objetivo deste artigo é discutir a credibilidade de duas reformas de combate à inflação adotadas no Brasil: os Planos Cruzado e Collor. Assume-se que a origem do problema de credibilidade vem da interação entre as autoridades monetária e fiscal estabelecida pela restrição orçamentária intertemporal. Credibilidade é definida como a probabilidade subjetiva de que o governo está seguindo as políticas por ele anunciadas. Os resultados obtidos indicam que ambas as reformas monetárias encorajaram uma política para a autoridade monetária, que seria apropriada para um regime ricardiano, mas estabeleceram planos de impostos e gastos que seriam factíveis somente num regime de dominância fiscal. Tais políticas monetária e fiscal são, contudo, incompatíveis. Não é factível levar adiante ambas ao mesmo tempo e isso explica a baixa credibilidade global e, em última instância, o fracasso das duas reformas econômicas. <credibilidade, restrição orçamentária do governo, probabilidade subjetiva, Planos Cruzado e Collor>

211. RODRIGUES, Iram Jácome. *O emprego como tema central na agenda sindical*, v. 27, n. especial, p. 117-136, 1997.

O artigo discute os dilemas vividos pelo sindicalismo, em especial o chamado novo sindicalismo, em decorrência das mudanças mais gerais trazidas pelo processo de reestruturação industrial. Procura mostrar, ainda, a importância que o tema do emprego tem assumido para a estratégia dos sindicatos. <sindicalismo no Brasil, emprego, trabalho, novo sindicalismo>

212. ROLIM, Cássio Frederico C.; MACHADO, Claudio C.; LAVINAS, Lena; LEMOS, Maurício B.; MAGINA, Manoel; RIOS NETO, Eduardo. *Saldo comercial, transferências governamentais e movimento de capitais inter-regional*, v. 26, n. 1, p. 5-19, jan-abr 1996.

Este trabalho apresenta um esquema interpretativo dos fluxos inter-regionais, com base nas estatísticas disponíveis sobre balança comercial, receitas e despesas governamentais, investimentos do setor público e poupança. O artigo focaliza o ano de 1985, por ser o único para o qual se dispõe de informações completas e fidedignas. O principal argumento que deriva dessa análise diz respeito às relações econômicas sobre as quais se assenta o federalismo brasileiro. Sob o ponto de vista dos capitais privados, reforça-se a idéia de que o Sudeste é a região que mais se beneficia das trocas inter-regionais em detrimento das regiões mais pobres (Norte e Nordeste). Os investimentos governamentais, que compensam os desequilíbrios existentes nas trocas de capitais privados, acabam por manter o processo de acumulação no centro, posto que os recursos públicos, ao assegurar o poder de compra das regiões mais pobres, retornam às regiões mais desenvolvidas sob a forma de consumo. <contas regionais, federalismo, desequilíbrios regionais>

213. ROMEIRO, Ademar Ribeiro; SILVEIRA, José Maria J. da. *A teoria da regulação e o enfoque setorial: o papel de destaque da agricultura*, v. 27, n. 3, p. 461-479, set-dez 1997.

O objetivo principal do trabalho é fazer uma análise crítica sucinta da chamada Escola Francesa de Regulação (EFR) e analisar seu desdobramento setorial no caso do setor agrícola. Não há intenção de tratar de todos aspectos invocados por uma teoria que se pretenda tão abrangente quanto a EFR, mas apenas levantar seus elementos básicos. Procura-se mostrar as razões da sua persistência como alternativa ao campo de discussão econômico. São também analisadas, brevemente, as principais formas de aproximação da EFR à questão setorial, para se concentrar na crítica à construção teórica proposta principalmente por Lacroix e Mollard (1994), que se baseia no conceito de **relação salarial**, e que conduziu, entre outras coisas, a analogias forçadas com o setor industrial no que se refere à evolução do processo de trabalho. Forçadas porque as especificidades naturais do setor mantêm de modo geral seu processo de trabalho irreduzível à decomposição alienante, tal como ocorreu em inúmeros setores industriais. <teoria da regulação, setor agrícola, progresso técnico e processo de trabalho>

214. ROSA, Antonio Lisboa T. da. *Fatores estruturais e desempenho industrial: as regiões Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil em comparação*, v. 25, n. 3, p. 389-414, set-dez 1995.

Neste trabalho o autor analisa, comparativamente, a indústria das principais regiões brasileiras, por meio da estimativa de uma função excedente, permitindo-se identificar particularidades estruturais regionais, além de serem fornecidos elementos explicativos sobre o diferencial de desempenho. Suas conclusões apontam para uma tendência à convergência regional da produtividade e dos salários, e um melhor desempenho do Sul e do Nordeste, tendência esta associada à tecnologia, à escala de produção e às economias de aglomeração. No entanto, a recente reestruturação da indústria brasileira, tendo em vista tornar-se mais competitiva em nível internacional, vem dan-

do sinais de uma possível reconcentração espacial, com retorno à divergência dos indicadores econômicos em questão. <industrialização regional, desempenho industrial, tecnologia e convergência>

215. SÁ PORTO, Paulo C. de. *Mercosul and regional development in Brazil: a gravity model approach*, v. 32, n. 1, p. 125-153, jan-mar 2002.

O artigo avalia os impactos do Mercosul nas regiões brasileiras utilizando-se de um Modelo Gravitacional estendido, que inclui variáveis “dummy” para o Mercosul e para uma região brasileira. Os resultados mostram que os impactos mais significativos do Mercosul se deram nas regiões Sul e Sudeste, enquanto que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste se beneficiaram bem menos do Mercosul no período de 1990 a 1998. Estes resultados sugerem que o Mercosul pode estar contribuindo para o agravamento das disparidades regionais no Brasil. <Mercosul, desenvolvimento regional e modelo gravitacional>

216. SAAD FILHO, Alfredo. *Interpretações da teoria marxista do valor: uma revisão da literatura*, v. 31, n. 3, p. 495-527, jul-set 2001.

Esse artigo analisa criticamente duas interpretações da teoria marxista do valor, as abordagens do ‘trabalho incorporado’, incluindo o ‘marxismo tradicional’ e as análises srafiianas, e as teorias da forma do valor, incluindo aquelas associadas com Rubín e a ‘nova interpretação’. Essas análises contribuíram para a melhor compreensão do capitalismo a partir do prisma marxista. Entretanto, elas são deficientes, por várias razões. As insuficiências do marxismo tradicional levaram à sua estagnação e fragmentação. As análises srafiianas representam incorretamente tanto o valor como o capital, e são incapazes de explicar satisfatoriamente a moeda e a dinâmica econômica. A tradição baseada em Rubín transformou positivamente o debate sobre o valor; entretanto, ela freqüentemente negligencia a análise do capital e do capitalismo. Por fim, a ‘nova interpretação’ oferece uma contribuição valiosa para o desenvolvimento de uma crítica radical das políticas macroeconômicas. Entretanto, ela tende a confundir fenômenos em níveis diferentes de abstração e a ignorar as mediações

que estruturam a teoria do valor. <teoria marxista do valor, valor-trabalho, Marx>

217. SAAD-FILHO, Alfredo; LAPAVITSAS, Costas. *A teoria horizontalista da moeda e do crédito: uma análise crítica*, v. 29, n. 1, p. 23-45, jan-mar 1999.

Este artigo discute, sistematicamente, a teoria pós-keynesiana da moeda e do crédito, usando-a como base para o desenvolvimento de uma teoria monetária pós-clássica. Os fundamentos desta última são apresentados com base numa crítica marxista das teorias pós-keynesianas horizontalistas. A alternativa aqui proposta parte das relações entre a moeda, o crédito e o circuito do capital. <teoria pós-keynesiana, moeda, crédito, teoria monetária pós-clássica>

218. SALM, Cláudio. *As relações entre capitalismo e educação: prolegômenos*, v. 22, n. especial, p. 49-61, 1992.

O artigo busca mostrar como que o entendimento das relações econômicas entre a educação e mercado de trabalho poderia ser enriquecido por meio de uma abordagem histórica, indo bem além dos limites estreitos dos enfoques neoclássicos, como o da Teoria do Capital Humano. Sugere que a importância atribuída à educação básica (ou à educação vocacional) muda conforme os requerimentos impostos pelas grandes mudanças na base técnica. Aqueles requerimentos são bastante diferentes em abrangência e conteúdos e não cabe pensar numa evolução linear, mas em “altos e baixos”. Se esses movimentos possuem, além da forma, também uma natureza cíclica e ocorrem em torno de uma tendência qualquer de longuíssimo prazo, é uma questão fascinante, mas não abordada aqui com propriedade. <educação, mudança tecnológica>

219. Santana, Edvaldo Alves de; Oliveira, Carlos Augusto C.N.V. de. *A economia dos custos de transação e a reforma na indústria de energia elétrica do Brasil*, v. 29, n. 3, p. 367-393, jul-set 1999.

Este trabalho é uma contribuição para o estudo da reforma que está em curso na indústria de energia elétrica do Brasil. A economia dos custos de transação é o referencial teórico utilizado para explicar as mudanças na estrutura de governança vigente e para avaliar os possíveis efeitos da nova governança no desempenho da indústria. Conclui-se que apesar dos mecanismos de incentivo à competição, como a desverticalização, as restrições às participações cruzadas (*crossownership*) e os limites de auto-suprimento (*self-dealing*), a especificidade dos ativos envolvidos, a volatilidade dos custos marginais de curto prazo, a necessidade de coordenação central e as exigências de incentivos à expansão da capacidade instalada induzirão a indústria a uma governança híbrida, abrangendo a competição e cooperação, mais esta do que aquela. <custo de transação, contratos, governança, eletricidade>

220. SANTIAGO, Maura M. D.; CAMARGO, Maria de Lourdes B.; MARGARIDO, Mario Antonio. *Deteção e análise de outliers na série temporal de índice de preços recebidos pelos agricultores no Estado de São Paulo*, v. 27, n. 1, p. 29-51, jan-abr 1997.

Este trabalho identificou e analisou a presença de *outliers* na série de índices de preços recebidos pelos agricultores no Estado de São Paulo para o período de janeiro de 1966 a dezembro de 1994 utilizando o método desenvolvido por Box e Jenkins de modelos Auto-regressivos Integrados de Médias Móveis (ARIMA), de função de transferência e de análise de intervenção. Os resultados obtidos indicam que houve mudanças no comportamento de transmissão de preços no período 1980-94 comparativamente a 1966-79, decorrentes da própria estrutura de composição do índice em termos de produtos e seus respectivos pesos e do acirramento do processo inflacionário. <índice de preço, modelos ARIMA, função de transferência, análise de intervenção>

221. SANTOS, Raul Cristovão dos. *O conceito de inflação na teoria geral*, v. 32, n. 3, p. 441-464, jul-set 2002.

O artigo discute o conceito particular de inflação na *Teoria Geral*. Nessa obra, Keynes introduz uma diferenciação conceitual do fenômeno inflacionário entre inflação verdadeira e semi-inflação. Em contraste com seus outros escritos, nos quais a inflação causa efeitos redistributivos, na *Teoria Geral* este é o caso da semi-inflação, mas não da inflação verdadeira. Argumenta-se que essa diferenciação auxilia Keynes na proposição de que, numa economia capitalista, reduções dos salários reais devem ser provocadas pelo aumento do nível de preços, e não pela redução dos salários nominais. <Keynes, inflação verdadeira, semi-inflação>

222. SANTOS, Raul Cristovão dos. *O papel da teoria de preços na análise da riqueza de Quesnay*, v. 26, n. 3, p. 441-464, set-dez 1996.

Este artigo argumenta que a teoria de preços de Quesnay é parte integrante da sua análise da riqueza. As relações entre preço corrente, preço fundamental e preço próprio delineiam o conteúdo teórico dos conceitos de capital como adiantamentos, trabalho produtivo e produto líquido. Deste ponto de vista, assinala-se que, diferentemente das interpretações habituais, estes conceitos estão teoricamente construídos em termos de valor (monetário) e não em quantidades físicas de produtos. <Quesnay, teoria de preços fisiocrática, preços fundamental e corrente, preço próprio (*bon prix*), capital como adiantamentos, trabalho produtivo e produto líquido>

223. SANTOS, Raul, Cristovão dos. *Smith's Glasgow lectures: a foundation or an obstacle for the wealth of nations?*, v. 28, n. 3, p. 475-489, jul-set 1998.

O artigo procura mostrar que o argumento econômico das Aulas de Glasgow de Smith está permeado por uma concepção da organização social da produção baseada na figura do produtor independente. Essa concepção dá um conteúdo teórico específico às idéias de preço

natural, salário, lucro e estoque distinto daquele presente na *Riqueza das Nações*. Em decorrência, essa concepção torna-se um obstáculo no desenvolvimento do argumento econômico de Smith na direção da *Riqueza das Nações*. <Adam Smith, aulas de Glasgow, preço natural e estoques>

224. SANVICENTE, Antonio Zoratto; DUARTE, Adriano Romariz. *Avaliação de empresas estatais com o uso de dados do mercado de ações*, v. 22, n. 1, p. 89-105, jan-abr 1992.

No âmbito do programa de privatização de empresas ora em andamento no Brasil, um dos problemas fundamentais é a obtenção de estimativas do valor justo das ações para fins de fixação de preço mínimo nos leilões. O presente trabalho utiliza conceitos e modelos da moderna teoria de Finanças (valor presente líquido, eficiência de mercado, *capital asset pricing model* e risco sistemático), bem como dados do mercado de ações da Bolsa de Valores de São Paulo e informações contábeis das empresas com títulos aí negociados, para obter estimativas de um dado crucial ao cálculo de valores em Finanças: a taxa de desconto apropriada ao nível de risco existente. Para esse fim, o trabalho utiliza uma metodologia, apoiada em análise de regressão linear simples e múltipla, com dois objetivos: 1) estimar o prêmio de mercado por unidade de risco sistemático existente na data de avaliação da empresa, e 2) determinar os coeficientes de risco sistemático ("betas") requeridos pelo CAPM para gerar, por sua vez, os retornos exigidos. Este procedimento foi aplicado à avaliação das ações ordinárias da USIMINAS, a primeira empresa estatal brasileira a ser privatizada. <privatização, avaliação de empresa, *capital asset pricing model*, coeficiente beta, taxa de retorno exigida ajustada pelo risco>

225. SARETTA, Fausto. *Crescimento e política econômicos no governo Dutra*, v. 25, n. 3, p. 415-431, set-dez 1995

As políticas econômicas no Brasil, durante o período 1946-1950, foram profundamente influenciadas pela situação econômica internacional após a Segunda Guerra Mundial. A despeito do projeto li-

beral inicialmente formulado no início da administração do presidente Dutra, as autoridades brasileiras logo se deram conta dos problemas resultantes da escassez de capital estrangeiro. Não obstante, a industrialização prosseguiu estimulada pela política de câmbio fixo, o que beneficiou as importações de bens de capital, juntamente com uma política de déficit público. O texto também sustenta que na política econômica do período houve mais continuidade do que ruptura diante do governo anterior do presidente Vargas. <liberalismo, governo Dutra; política econômica e crescimento>

226. SAYAD, João. *Observações sobre o Plano Real*, v. 25, n. especial, p. 7-24, 1995/6.

Este artigo apresenta algumas observações sobre o Plano Real, que estabilizou a inflação brasileira desde julho de 1994. O artigo tem duas seções. Na primeira, apresentamos algumas observações teóricas sobre a natureza da inflação brasileira e os conceitos básicos que orientam a análise da segunda seção e os comentários sobre o plano e as estratégias que foram adotadas. <inflação brasileira, Plano Real, indexação>

227. SEABRA, Fernando. *O modelo de bandas cambiais e a variabilidade da taxa de câmbio*, v. 28, n. 2, p. 199-224, abr-jun 1998.

O objetivo deste estudo é discutir teoricamente e estabelecer formalmente o impacto de diferentes graus de flexibilidade do câmbio sobre a variabilidade cambial. Após uma revisão sobre a controvérsia entre câmbio fixo e flexível e as principais características de um regime de bandas, desenvolve-se um modelo simples de bandas cambiais. A partir de uma extensão do modelo de Krugman, enfatiza-se a relação com o modelo monetário com preços flexíveis, os procedimentos de solução e - especialmente - o impacto de diferentes regimes cambiais sobre a variabilidade da taxa de câmbio. O principal resultado, obtido da análise gráfica da trajetória da taxa de câmbio e de simulações numéricas, é que a variabilidade cambial é inversa-

mente relacionada com o grau de rigidez do câmbio. <bandas cambiais, variabilidade cambial, modelos de taxa de câmbio>

228. SENNA, Fernanda Assed de A.; ISSLER, João Victor. *Mobilidade de capitais e movimentos da conta corrente do Brasil: 1947-1997*, v. 30, n. 4, p. 493-523, out-dez 2000.

Com base na análise histórica da economia brasileira nas últimas décadas, poder-se-ia supor serem expressivas aqui as restrições aos movimentos internacionais de capitais. Para quantificar essas restrições, usa-se o modelo intertemporal da conta corrente, testando as suas proposições básicas com dados econômicos brasileiros (perfeita mobilidade de capitais sob a Teoria da Renda Permanente). Para testar o modelo, trabalha-se com a técnica econométrica desenvolvida por Campbell (1987) e Campbell e Shiller (1987), aplicáveis a teorias de valor presente, onde a conta corrente é vista como o valor presente das mudanças futuras do produto líquido. Os resultados encontrados revelam que o modelo é rejeitado para os dados brasileiros, uma vez que nem todas as suas proposições testáveis são confirmadas. Isto mostra a inexistência de plena mobilidade de capitais, o que corrobora as suspeitas levantadas a partir da análise histórica. No entanto, foram constatados elevado grau de mobilidade de capitais e significativo fluxo de capitais especulativos, pois a série de conta corrente estimada de acordo com o modelo mostra-se menos volátil que a série observada na economia brasileira. <mobilidade de capitais, conta corrente, suavização do consumo, co-integração, modelos VAR>

229. SHIKIDA, Pery Francisco de Assis; BACHA, Carlos José Caetano. *A evolução da agroindústria canavieira em Minas Gerais de 1705 a 1955*, v. 24, n. 1, p. 145-173, jan-abr 1994.

Na primeira metade da década de 1930, Minas Gerais teve uma posição de destaque na agroindústria canavieira nacional. Não obstante, este Estado passou a ter uma posição intermediária na agroindústria em questão quando das mudanças que esta sofreu a partir da segunda metade da década de 30. Diante deste fato, o objetivo do presente

trabalho é analisar a evolução da agroindústria canavieira em Minas Gerais desde a sua gênese no Estado até 1955. Procura-se evidenciar quais foram os entraves responsáveis pelo não avanço das forças produtivas da agroindústria mineira, tomando como base de comparação a evolução da agroindústria canavieira paulista. Conclui-se que a agroindústria canavieira de Minas Gerais se defasou em relação à de São Paulo devido às características naturais e econômicas pertencentes especificamente a essa última região. <cana-de-açúcar, agroindústria, Minas Gerais>

230. SICSÚ, João. *A tese da independência do Banco Central e a estabilidade de preços: uma aplicação do método-Cukierman à história do FED*, v. 26, n. 1, p. 21-49, jan-abr 1996.

O objetivo do texto é discutir a tese que propõe a independência dos bancos centrais (IBC). Para tanto, aplica-se o método de avaliação do grau de autonomia dos bancos centrais - elaborado por Alex Cukierman - ao *Federal Reserve System* em alguns importantes eventos da história monetária americana. Verifica-se se o grau de autonomia das autoridades monetárias nos Estados Unidos está relacionado com as taxas de inflação do país. A partir dos resultados alcançados, o artigo efetua uma discussão sobre a validade da tese da IBC. <independência dos bancos centrais, *Federal Reserve System*, política monetária>

231. SICSÚ, João. *Reputação das autoridades monetárias e credibilidade das suas políticas: uma abordagem pós-keynesiana*, v. 27, n. 1, p. 5-27, jan-abr 1997.

Para Keynes e os pós-keynesianos, a política monetária é capaz de realizar duas importantes tarefas: combater a inflação e reduzir o desemprego. Faltam, contudo, ao arcabouço teórico pós-keynesiano de intervenção monetária, desenvolvimentos a respeito das expectativas dos agentes em relação, **especificamente**, às políticas monetárias. O artigo apresenta uma série de situações em que tais expectativas alteram os resultados esperados das políticas monetárias ou, até mesmo, anulam sua eficácia. O que se pretende incorporar são lições ex-

traídas dos conceitos de **reputação e credibilidade** cujos conteúdos têm sido desenvolvidos pelo *mainstream* da ciência econômica representado pela teoria novo-clássica. <Keynes e pós-keynesianos, política monetária, credibilidade e reputação>

232. SILVA NETO, Alfredo Lopes. *Aplicação da metodologia de Little-Mirrlees à avaliação econômica do projeto Ferro Carajás*, v. 24, n. 1, p. 107-128, jan-abr 1994.

Por meio da abordagem de estudo de caso procura-se, neste artigo, analisar a contribuição da avaliação econômica de projetos para a identificação e quantificação dos efeitos que os projetos de investimento geram para a economia do País onde estão localizados. Entre os efeitos indiretos que estes projetos podem criar, foram avaliados os custos representados por danos causados ao meio ambiente. O problema das externalidades que é inerente à análise destes efeitos externos foi contornado graças à adoção da técnica de projetos compensatórios. A metodologia de Little-Mirrlees foi aplicada neste estudo de caso porque foi possível estimar vários fatores de conversão utilizados na derivação de preços-sombra. Finalmente as estimativas obtidas devido à aplicação desta metodologia foram comparadas com os resultados da avaliação financeira. <avaliação de projetos, efeitos indiretos, efeitos ambientais, fatores de conversão>

233. SILVA, Josué Pereira da. *Renda mínima, trabalho e cidadania: o projeto Suplicy em debate*, v. 28, n. 4, p. 713-725, out-dez 1998.

O artigo analisa o Programa de Garantia de Renda Mínima proposto pelo senador Eduardo Suplicy, destacando sua importância para se repensar a noção de cidadania num contexto de desemprego e crise social. A principal tese do artigo é que, num tal contexto, se quisermos evitar a desintegração social, precisamos considerar seriamente esse tipo de proposta que aponta para a separação entre renda e trabalho. <cidadania, renda mínima, trabalho, desemprego, política social>

234. SILVA, Márcio Lopes da; REZENDE, José Luiz Pereira de; SILVA, Orlando Monteiro da; OLIVEIRA, Antônio Donizete de. *Análise do mercado brasileiro de papel e papelão*, v. 28, n. 1, p. 77-97, jan-mar 1998.

Dada à importância do setor de celulose e papel na economia brasileira, a significativa participação do Brasil no mercado mundial de papel e papelão e a carência de estudos de mercado destes produtos, este estudo procurou especificar e estimar as relações estruturais do mercado brasileiro de papel e papelão. Foram estimados modelos dinâmicos de oferta total, demanda interna e demanda de exportação. Na oferta de papel e papelão, as elasticidades-preço foram de 0,75 e 3,06, a curto e longo prazos, respectivamente. Na demanda interna de papel e papelão, as elasticidades-preço foram de -0,58 e -1,12 e as elasticidades-renda foram de 1,19 e 2,31, a curto e longo prazos, respectivamente. Na demanda de exportação de papel e papelão, as elasticidades-preço foram de -0,69 e -1,04 e as elasticidades-renda foram de 1,67 e 2,51, a curto e longo prazos, respectivamente. Observou-se que tanto a demanda interna como a demanda de exportação são mais sensíveis às variações na renda do que às variações no preço do produto. Concluiu-se que a oferta, a demanda interna e a demanda de exportação de papel e papelão são preço-inelásticas a curto prazo e preço-elásticas a longo prazo. Tais resultados são coerentes com trabalhos anteriores. <papel e papelão, mercado, modelos econométricos, oferta e procura>

235. SILVA, Marcos Fernandes Gonçalves da. *Sobre a noção schumpeteriana de progresso na ciência econômica*, v. 28, n. 4, p. 665-690, out-dez 1998.

O objetivo deste artigo é mostrar que a noção schumpeteriana do progresso da ciência econômica é instrumentalista. Shionoya (1990) estabelece as ligações básicas entre o instrumentalismo de Mach e o instrumentalismo epistemológico de Shumpeter. Todavia, o autor sugere que deveria ser estudada a relação entre o instrumentalismo e o progresso da ciência em Shumpeter. Ele sugere ainda que se busque

nova luz a respeito do tema nos trabalhos posteriores do economista em história da ciência econômica. Este artigo tentará avançar a fronteira do conhecimento (em História do Pensamento Econômico e Metodologia) neste sentido, isto é, procurando explicitar a natureza do progresso da economia para Shumpeter. Em primeiro lugar, será abordada a distinção shumpteriana entre visão e análise e o papel negativo da ideologia dentro da ciência e de seu progresso. Posteriormente, será examinada, basicamente, a primeira parte da *Análise da História da Economia*, onde será apontada a forte influência de Mach sobre a noção da economia de Shumpeter. <Schumpeter, progresso da economia, instrumentalismo epistemológico, história da ciência econômica>

236. SILVA, Tarcio Lopes da; JORGE NETO, Paulo de Melo. *Economia de escala e eficiência nos bancos brasileiros após o Plano Real*, v. 32, n. 4, p. 577-619, out-dez 2002.

Este estudo evidencia que houve um incentivo para a ocorrência das fusões e incorporações de bancos brasileiros no período após a implantação do Real. Este resultado refere-se à constatação de que existem economias de escalas nos bancos brasileiros com ativos acima de um bilhão de reais. Tal conclusão é obtida estimando-se uma fronteira estocástica de custo translog por máxima verossimilhança e considerando-se a possibilidade de ineficiências dependerem de algumas variáveis relacionadas com o problema de *moral hazard*. <bancos, sistema financeiro brasileiro, economia de escala>

237. SILVA, Vera Martins da. *A distribuição dos recursos para os municípios paulistas: uma abordagem de análise multivariada*, v. 25, n. 3, p. 355-388, set-dez 1995.

A reforma fiscal de 1966/67 é a base do atual sistema federativo, em que os impostos mais dinâmicos pertencem à União e aos Estados e a função alocativa é amplamente descentralizada. Para que os níveis de governo subnacionais pudessem realizar suas tarefas foi estruturado um sistema de transferências de receitas tributárias, que ampliou

significativamente os recursos à disposição dos municípios. A receita transferida para os municípios dobrou ao longo da década dos oitenta, colocando em evidência a adequação ou não dos critérios de distribuição dos recursos. Este trabalho analisa a questão da distribuição do Fundo de Participação dos Municípios - FPM e da Quota-parte dos Municípios no ICMS - QPM-ICMS para os municípios paulistas em 1990, utilizando modelos de análise multivariada. <Fundo de Participação dos Municípios - FPM, Quota-parte dos Municípios no ICMS, análise multivariada, tipologia municipal>

238. SILVEIRA, Antonio Maria da. *Wagner e Schmoller sob a luz da indeterminação de Senior*, v. 23, n. 2, p. 319-345, maio-ago 1993.

As proposições da economia pura, não importando a generalidade ou verdade que encerrem, não autorizam conclusões normativas, mas não podem ser ignoradas. A economia social positiva pressupõe as teorias da economia pura e, com relevância variável, as teorias de todas as ciências. Conclusões normativas - sob a forma do que não deve ser feito - são deriváveis das proposições da economia social, mas são ainda qualificáveis pelas especificidades do caso em questão. Trata-se do que denominei Indeterminação de Senior; o hábito de ignorá-la é o chamado Vício Ricardiano. Faço aqui uma primeira incursão na história do pensamento econômico alemão. Wagner estava bem consciente da Indeterminação. O Vício dos economistas puros pode ter sido a motivação da luta de Schmoller. A Contenda do Método foi o primeiro grande conflito paradigmático entre economistas puros e sociais. <realismo, aplicabilidade de teorias, vício ricardiano, socioeconomia, contenda do método>

239. SIMONSEN, Mario Henrique. *O imposto de renda e os conceitos econômicos*, v. 23, n. especial, p. 35-45, 1993.

O objetivo do trabalho é apresentar uma proposta de imposto de renda simplificado, mostrando que este tem a vantagem de minimizar o custo de arrecadação, reduzindo dramaticamente o número de

responsáveis pelo recolhimento do imposto e, portanto, a burocracia declaratória. <imposto de renda, administração tributária>

240. SIMONSEN, Mario Henrique. *O princípio federativo no Brasil*, v. 23, n. especial, p. 7-15, 1993.

O artigo tem como principal objetivo examinar a divisão das tarefas de Estado entre União e Unidades da Federação e suas implicações políticas e econômicas. <federalismo fiscal, repartição de gastos entre níveis de governo>

241. SOARES, Maria Isabel T. R. *A tecnologia na Europa comunitária: coesão ou diferenciação?*, v. 22, n. 3, p. 429-441, set-dez 1992.

Não é possível ignorar a existência de diversos processos locais de transformação técnica que se processam simultaneamente. A diversidade não existe apenas em nível de produtos, de processos de produção, de formas de organização e de características do cliente. A diversidade existe também na inovação. Neste artigo faz-se uma incursão na teoria econômica relativamente à relevância da diversidade, passando-se em seguida à análise da diversidade da inovação. Propõe-se uma aplicação ao caso da Europa Comunitária e, em particular, à análise das tecnologias computadorizadas da produção. <tecnologia, inovação, CEE, CNC>

242. SOARES, Paulo de Tarso P. L.; CARMO, Heron Carlos E. do; BUENO, Rodrigo De Losso S. *Movimentos de preços por faixas de renda: uma nota*, v. 25, n. especial, p. 101-128, 1995/6.

O tratamento dos dados da Pesquisa de Orçamento Familiar, de onde é extraído o Índice de Custo de Vida calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, apontou um aumento na dispersão dos reajustes de preços de acordo com as faixas de renda consideradas. Os reajustes, desde a substituição do cruzeiro pelo real, são menores para as faixas de zero a cinco e de vinte a quarenta salários mínimos de renda mensal familiar. Isso indica que a própria estraté-

gia de estabilização de preços pode estar gerando conflitos distributivos não desprezíveis. Os reduzidos níveis de inflação trimestral, portanto, não devem ser vistos como uma indicação de que o processo inflacionário está sob controle. <conflito distributivo, distribuição de renda, choques inflacionários, mecanismos de propagação, preços relativos, inflação, Plano Real>

243. SOROMENHO, Jorge E. de Castro; KADOTA, Décio K.; PRADO, Eleutério F. da S. *Scale and externalities in an evolutionary game model*, v. 31, n. 3, p. 529-550, jul-set 2001.

Este artigo discute o processo de seleção de escalas de produção em um modelo de jogo evolucionário no qual os requisitos de racionalidade são muito limitados. Supõe-se, apenas, que os agentes seguem um processo simples de imitação. Examina-se, então, o processo de seleção de equilíbrios sob duas hipóteses: a presença ou não de externalidades associadas a específicas escalas de produção. Em ambos os casos discutem-se: a viabilidade de equilíbrios com heterogeneidade de escalas, a possibilidade de *lock-in* e as implicações de política econômica. <competição evolucionária, retornos de escala e seleção, racionalidade limitada>

244. SOROMENHO, Jorge Eduardo de Castro. *Wicksell e a teoria austríaca dos ciclos*, v. 25, n. 1, p. 77-113, jan-abr 1995.

Hayek considera que Wicksell proveu os fundamentos teóricos para a explicação dos ciclos econômicos. No entanto, este teria sido um resultado não intencional de sua teoria monetária. Como isto pôde ter ocorrido? E quais foram as possibilidades teóricas abertas mas não desenvolvidas por Wicksell que seriam trilhadas por Hayek? O objetivo deste artigo é responder a essas questões por meio de uma reconstrução da teoria monetária de Wicksell. <Wicksell, Hayek, teoria dos ciclos econômicos, teoria do processo cumulativo, história do pensamento econômico>

245. TEIXEIRA, Joanílio Rodolpho; GRASSO, Carla. *Flutuações endógenas e a dinâmica kaleckiana*, v. 23, n. 1, p. 5-34, jan-abr 1993.

O objetivo deste trabalho é retomar o modelo de ciclo econômico de Kalecki, apresentado na Teoria da Dinâmica Econômica, a fim de superar algumas de suas limitações por meio do desenvolvimento de formulação analítica alternativa, que permite tanto a identificação dos fatores motivadores das flutuações endógenas como a interpretação do mecanismo do ciclo econômico. <ciclo de negócios, dinâmica, flutuações endógenas>

246. TEIXEIRA, Luciana; MAC DOWELL, Maria Cristina; BUGARIN, Maurício. *Incentivos em consórcios intermunicipais de saúde: uma abordagem da teoria dos contratos*, v. 32, n. 3, p. 339-365, jul-set 2002.

O presente estudo analisa três diferentes mecanismos que podem ser utilizados pelo Estado (governo federal e/ou estadual) para garantir a formação e a sustentabilidade dos Consórcios Intermunicipais de Saúde. Após mostrar como transferências financeiras diretas aos municípios membros podem compatibilizar os incentivos nos consórcios, apresenta um mecanismo baseado no papel do Estado como regulador, o qual garante a sustentabilidade dos consórcios sem que sejam necessárias transferências onerosas. Por fim, propõe um mecanismo híbrido em que o Estado assume, simultaneamente, os papéis de regulador e de financiador apenas de investimentos para aquisição de tecnologias mais eficientes que aumentam a produtividade da associação. Esse último modelo garante tanto a formação quanto a sustentabilidade dos consórcios. <economia da saúde, incentivos, regulação, consórcios de saúde, federalismo fiscal>

247. TEJADA, César A. O.; PORTUGAL, Marcelo Savino. *Credibilidade e inércia inflacionária no Brasil: 1986-1998*, v. 31, n. 3, p. 459-494, jul-set 2001.

O objetivo deste artigo é realizar uma análise econométrica dos efeitos da credibilidade dos principais planos de estabilização implemen-

tados no Brasil a partir de 1986 sobre o comportamento da taxa de inflação. Inicialmente, apresentam-se alguns modelos teóricos que relacionam credibilidade e inércia inflacionária, demonstrando que quanto maior for a credibilidade do plano, menor será a inércia inflacionária. Apresenta-se o procedimento econométrico a ser utilizado para testar o modelo teórico, empregando um método em dois estágios, baseado no trabalho de Agénor e Taylor (1992, 1993). No primeiro estágio, cria-se uma variável *proxy* da credibilidade; no segundo, usa-se o filtro de Kalman para estimar o grau de inércia da inflação, incluindo-se na estimação a *proxy* da credibilidade do primeiro estágio. Após a estimação do modelo, relaciona-se este com as medidas e políticas implementadas durante os planos de estabilização no período de análise. Verificou-se uma relação negativa entre credibilidade e inércia inflacionária. Mostra-se que, dos três planos analisados, o Plano Real é o único que tem conseguido reduzir consistentemente o grau de inércia inflacionária da economia. <credibilidade, inércia inflacionária, planos de estabilização, filtro de Kalman>

248. TONOOKA, Eduardo Kyoshi. *Política nacional de informática: vinte anos de intervenção governamental*, v. 22, n. 2, p. 273-297, maio-ago 1992.

O principal expediente da Política Nacional de Informática foi a instituição da reserva de mercado para o setor, cujo término é aguardado para outubro deste ano. A sustentação desta política protecionista requereu articulações no interior do aparelho estatal e fora deste que não apresentam paralelo no processo de industrialização brasileira. Neste sentido, o objetivo central deste trabalho é exatamente apresentar a evolução das decisões governamentais referentes à informática no País durante as duas últimas décadas, enfatizando seus aspectos políticos e institucionais e o posicionamento assumido pelos grupos de interesse envolvidos no setor. <informática, reserva de mercado, computadores, *software*, política nacional de informática, grupos de interesse, nacionalismo>

249. TORRAS, Mariano. *Sustainability or natural capital disinvestment? A retrospective on Brazilian economic growth, 1965-1993*, v. 30, n. 3, p. 351-375, jul-set 2000.

Este trabalho avalia as conseqüências do 'milagre econômico' dos anos sessenta e setenta sobre o meio ambiente, com particular atenção a duas questões. Primeiro, em que medida o esgotamento dos recursos naturais depois do milagre - especialmente o desflorestamento no interior do País - afetou adversamente a possibilidade de melhoria continuada no bem-estar social brasileiro? Segundo, teria sido sustentável, no longo prazo, a política de dirigir os incentivos econômicos para investimentos nas regiões Norte e Centro-Oeste? Para responder à primeira pergunta, utilizo um método de 'contabilidade verde', que corrige o crescimento de PIB pelo valor dos recursos naturais exauridos - minerais, madeira, e solo, neste caso - e aplico a dados das contas nacionais de 1965 a 1993. Quanto à segunda pergunta, baseio a noção de sustentabilidade na possibilidade de a formação bruta de capital fixo exceder o valor total dos recursos exauridos, e comparo os resultados para o mesmo período com dois indicadores alternativos. Os resultados finais são geralmente desfavoráveis, especialmente após 1980, e lançam considerável dúvida sobre a eficácia da política dos anos anteriores. <contabilidade da renda nacional, esgotamento de recursos naturais, sustentabilidade>

250. TORRES, Ivo. *IVA - simulações sobre a adoção da base consumo*, v. 23, n. especial, p. 149-164, 1993.

O objetivo do artigo é efetuar uma simulação sobre as alíquotas necessárias para a implantação do IVA-consumo, sem perda de arrecadação dos Estados brasileiros, discutindo, a seguir, a viabilidade de arrecadação desse imposto. Para realizar tal simulação é desenvolvida uma metodologia na qual são identificadas as variáveis mais importantes para um estudo dessa natureza. <imposto sobre valor adicionado, base tributária, alíquotas, princípio de origem e destino>

251. TOYOSHIMA, Silvia Harumi. *Instituições e desenvolvimento econômico - uma análise crítica das idéias de Douglass North*, v. 29, n. 1, p. 95-112, jan-mar 1999.

O objetivo desse artigo é avaliar em que medida o "novo institucionalismo" pode ser classificado como neoclássico, a partir especificamente da análise do trabalho de Douglass North. O modelo institucional do autor, ao enfatizar a importância das instituições e de processos históricos nas análises de desenvolvimento econômico e ao introduzir conceitos como racionalidade limitada, mercados imperfeitos e retornos crescentes, dentre outros, parece aproximá-lo das teorias mais heterodoxas. Parece importante, portanto, entender, de forma precisa, se esse arcabouço teórico deriva do paradigma neoclássico - principalmente devido às implicações consideráveis sobre as políticas públicas que esse tipo de abordagem acarreta - ou alinha-se aos modelos econômicos de orientação heterodoxa. A conclusão geral é que o modelo institucional de Douglass North é neoclássico, uma vez que mantém todos os pressupostos básicos dessa escola. <novo institucionalismo, Douglass North, desenvolvimento econômico>

252. TRIGO, Eduardo; KAIMOWITZ, David; FLORES, Roberto. *Bases para uma agenda de trabalho visando ao desenvolvimento agropecuário sustentável*, v. 24, n. especial, p. 31-97, 1994.

A sustentabilidade a longo prazo constitui o maior desafio da agenda internacional na década de 90. Este artigo traz uma reflexão sobre as dimensões envolvidas no caminho que leva a uma agricultura sustentável a partir de uma perspectiva latino-americana. <sustentabilidade, agricultura, América Latina, políticas públicas, desenvolvimento, recursos naturais>

253. VALENTIN, Agnaldo. *Ouro paulista: estrutura domiciliar e posse de escravos em Apiaí (1732 a 1798)*, v. 31, n. 3, p. 551-585, jul-set 2001.

Este estudo acompanha, ao longo de cerca de sete décadas, a composição domiciliar e a estrutura de posse de escravos de Apiaí, período de ocorrência de dois episódios de exploração aurífera. Os resultados evidenciam que a primeira fase foi marcada pelo predomínio de fogos singulares e pela expressiva presença de escravistas. No segundo período notou-se a convivência de mineradores e moradores, já arraigados na região, estabelecendo um perfil peculiar: de um lado, apiaienses não-escravistas compondo unidades domiciliares simples, em especial casais com filhos; de outro, mesclavam-se escravistas coevos da fundação da vila e novos proprietários, atraídos pela ocorrência do "Morro do Ouro", com posse escrava mais concentrada que a verificada anteriormente. A comparação da dinâmica observada em Apiaí com diversas localidades mineiras, tanto no auge da atividade mineratória como em sua decadência, indica semelhanças em ambos os estágios, ressaltando as particularidades destas localidades. <Apiaí, demografia histórica, estrutura de posse de escravos, estrutura domiciliar>

254. VASCONCELOS, Claudio R. Fóffano. *Análise do padrão do fluxo de comércio externo brasileiro sob a ótica do teorema de Heckscher-Ohlin: o caso do MERCOSUL e do comércio com o resto do mundo*, v. 31, n. 4, p. 615-651, out-dez 2001.

No presente trabalho objetivou-se analisar as características do fluxo comercial brasileiro, em termos de intensidades fatoriais, tanto em relação ao MERCOSUL quanto em relação ao resto do mundo. A conclusão do trabalho foi a de que a implantação do MERCOSUL não implicou modificação do padrão do fluxo de comércio brasileiro em relação aos demais países integrantes deste acordo de comércio, bem como com relação ao resto do mundo. Isto porque as exportações brasileiras com destino ao MERCOSUL revelaram-se relativamente mais intensivas em capital do que as importações, tanto para o período pré-integração (nos anos de 1982 e 1990) quanto para o

pós-integração (ano de 1996). <comércio externo, intensidade fatorial, Mercosul>

255. VASCONCELOS, Marcos Roberto; STRACHMAN, Eduardo; FUCIDJI, José Ricardo. *O realismo crítico e as controvérsias metodológicas contemporâneas em economia*, v. 29, n. 3, p. 415-445, jul-set 1999.

O presente texto tem como objetivo discutir a possibilidade de conhecimento científico em economia, a partir de autores de metodologia econômica. Nota-se como a metodologia prescritiva de Popper cedeu lugar a uma metodologia crescentemente descritiva. O ponto máximo e paradoxal desta tendência foi o surgimento de posições nihilistas quanto ao caráter científico da investigação econômica, sendo a Retórica da Economia de McCloskey a mais recente representante desta corrente. Argumenta-se que o Realismo Crítico, como apresentado nos trabalhos de Roy Bhakar, tem como base de sua epistemologia uma visão mais coerente sobre o trabalho científico (sua ontologia da ciência) e, portanto, fornece uma alternativa ao positivismo estrito, bem como uma possibilidade de rejeição do nihilismo mccloskiano. <metodologia econômica, realismo crítico, retórica da economia>

256. VEIGA, José Eli da. *Problemas da transição à agricultura sustentável*, v. 24, n. especial, p. 9-29, 1994.

Este artigo discute os grandes obstáculos a serem ultrapassados na transição à agricultura sustentável. <agricultura, sustentabilidade, agroecologia, segurança alimentar, pesquisa>

257. VELLOSO, Raul Wagner dos Reis. *Origem e dimensões da crise fiscal brasileira*, v. 23, n. especial, p. 17-34, 1993.

O objetivo básico do trabalho é apresentar as principais estatísticas que retratam a crise fiscal brasileira, identificando os desequilíbrios existentes nas diferentes esferas de governo, analisando suas principais causas e apontando as dificuldades para alterar o *statu quo*. <crise fiscal, déficit público>

258. VICENTE, José Roberto. *Determinantes da adoção de tecnologia na agricultura paulista*, v. 28, n. 3, p. 421-451, jul-set 1998.

Neste estudo procurou-se analisar os fatores que contribuíram para o processo de modernização da agricultura, com dados seccionais dos anos agrícolas 1973/74 e 1988/89. Foram utilizados modelos de variáveis dependentes qualitativas e limitadas (análises de probit e tobit). Os resultados mostraram que as variáveis estruturais postuladas como determinantes do processo de modernização - escolaridade, experiência, disponibilidade de pesquisa agrícola, trabalho residente e não residente, escala do imóvel e das explorações - influenciaram a adoção e a intensidade de uso de tecnologia. Quanto aos fatores conjunturais, pôde-se concluir que o acesso ao crédito rural promoveu a modernização da agricultura. Os fatores ambientais analisados - deficiência hídrica, valor e qualidade das terras - também condicionaram esse processo. <adoção de tecnologia, variáveis qualitativas, variáveis dependentes limitadas>

259. VILLELA, André. *Brazil in mid-empire: the council of state and the banking question, 1850-1870*, v. 30, n. 4, p. 629-651, out-dez 2000.

O artigo examina em detalhe parte dos debates travados na Seção de Fazenda do Conselho de Estado entre 1850 e 1870. Em particular, focaliza as resoluções tomadas a partir de pedidos nas áreas monetária e bancária. A evidência mostra que, conforme o padrão observado por autores que estudaram o Conselho de Estado, a Seção de Fazenda quase sempre baseava as suas resoluções em critérios estritamente técnicos, ao mesmo tempo que procurava preservar o que julgava ser os interesses do Estado imperial. <Brasil Império, História Bancária, Conselho de Estado>

260. VILLELA, Luiz Arruda. *Revisão dos critérios de rateio dos fundos de participação*, v. 23, n. especial, p. 225-254, 1993.

Este artigo descreve os critérios de rateio dos Fundos de Participação (FPE e FPM) e avalia suas distorções. Além disto, apresenta propos-

ta de novos procedimentos na distribuição desses fundos objetivando a simplificação das práticas atuais e melhor adaptação ao princípio constitucional de promoção do equilíbrio socioeconômico de arrecadação, sem desestimular o esforço próprio. <distribuição de receita entre níveis de governo, reforma tributária>

261. WEBER, Beatriz Teixeira. *Hierarquizar e regulamentar: a organização do mercado de trabalho no Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX*, v. 24, n. 2, p. 321-346, maio-ago 1994.

A partir da legislação municipal, dos registros policiais e da correspondência da Câmara de Porto Alegre, analisamos a organização gradual do mercado de trabalho na segunda metade do século XIX na cidade de Porto Alegre, capital da Província do Rio Grande do Sul. Procurou-se verificar como condições restritivas foram empregadas para organizar a mão-de-obra que devia estar à disposição do mercado, de acordo com uma ética do trabalho e características que foram impostas sobre a população em termos de atividade, esforço, submissão, sobriedade, moralidade e obediência às leis. <trabalho, história, transição>

262. YOON, Taek Dong; SOUZA, Nali de Jesus de. *Uma análise empírica sobre os fatores do desenvolvimento econômico da Coreia do Sul: 1961-1990*, v. 31, n. 2, p. 321-367, abr-jun 2001.

Este artigo analisa a experiência do desenvolvimento econômico da Coreia do Sul, de 1961 ao início dos anos 90, salientando os principais fatores e características específicas. Apesar de se incluir na análise apenas fatores econômicos, conclui-se que o desenvolvimento econômico coreano tem sido influenciado também por fatores políticos, sociais, institucionais e culturais, apoiando a idéia de que o desenvolvimento econômico é um fenômeno complexo. Os principais fatores foram alta taxa de poupança, existência de planejamento estatal, continuidade das políticas econômicas, cooperação entre governo e setor privado, distribuição de renda relativamente homogênea, altos investimentos em educação, exportações de produtos in-

tensivos em tecnologia e capital humano e aperfeiçoamentos institucionais constantes. <desenvolvimento econômico, crescimento econômico, Coréia do Sul>

263. ZINI JR., Álvaro Antônio. *O acordo sobre compras governamentais da organização mundial do comércio e a economia brasileira*, v. 28, n. 2, p. 181-198, abr-jun 1998.

Este trabalho analisa as implicações econômicas da adesão do Brasil ao Acordo sobre Compras Governamentais (GPA). Primeiro, faz-se um resumo do significado e da dimensão econômica do acordo. Segundo, apresentam-se dados agregados acerca do tamanho do setor governo na economia brasileira. Em seguida, analisam-se os aspectos econômicos da adesão ao acordo, ponderando o raciocínio com informações relativas ao valor dos contratos públicos dos países membros do GPA e ao valor efetivamente contratado de fornecedores externos. Finalmente, faz-se um balanço das implicações potenciais da adesão ao acordo. <Acordo sobre Compras Governamentais, economia brasileira, setor público>

264. ZYLBERSTAJN, Hélio. *Contrato coletivo e aprimoramento das relações de trabalho: para onde vamos?* v. 22, n. especial, p. 91-113, 1992.

O artigo desenvolve o argumento de que, para o aprimoramento da negociação coletiva no Brasil, é necessário estabilizar a economia e tornar seus mercados mais competitivos. Em seguida, examina as grandes questões que precisarão ser solucionadas para a construção do novo modelo de relações de trabalho: a estrutura sindical, as garantias sindicais, a representação dos trabalhadores no local de trabalho, a estrutura e as garantias da negociação coletiva e os mecanismos de resolução de impasse, o controle de emprego e a demissão, a negociação e a flexibilização e a negociação coletiva no setor público. O artigo termina com uma avaliação das dificuldades para a transição do velho sistema para o novo modelo e conclui especulando sobre a possibilidade do surgimento de um mercado de trabalho frag-

mentado, onde ambos os sistemas coexistiram. <sindicalismo, negociação coletiva, relações de trabalho, contrato coletivo>

265. ZYLBERSTAJN, Hélio; BALBINOTTO NETO, Giacomo. *As teorias de desemprego e as políticas públicas de emprego*, v. 29, n. 1, p. 129-149, jan-mar 1999.

Este é um artigo teórico sobre o desemprego. Os autores começam com uma série de conceitos e definições relacionados com a situação de desemprego. Em seguida, fazem uma revisão das principais teorias microeconômicas sobre o desemprego, que inclui os modelos do "job search", da substituição intertemporal, da sinalização, do salário-eficiência, dos deslocamentos setoriais e da histerese. Finalmente, comentam as implicações das teorias para as políticas públicas de combate ao desemprego e concluem que as políticas ativas parecem ser melhores do que políticas passivas. <desemprego, políticas de emprego, mercado de trabalho>

Índice de Palavras-chave

Palavra-chave	Número do Resumo
Abertura comercial	8
Abordagem estruturalista	150
Abordagem horizontalista	150
Absolutismo	79
Acordo sobre compras governamentais	263
Açúcar	128, 203
Acumulação	161
Acumulação de capital	116
Adam Smith	179, 193, 223
Administração tributária	239
Adoção de tecnologia	258
Aglomeração de atividades industriais	36
Agregados monetários	110
Agricultura	28, 32, 77, 102, 252, 256
Agricultura alternativa	65
Agricultura biodinâmica	65
Agricultura biológica	65
Agricultura convencional	65
Agricultura de Santa Catarina	67
Agricultura natural	65
Agricultura orgânica	65
Agroecologia	256
Agroindústria	229
Agroindústria açucareira	177
Água	103
Ajudas diretas	1
Alemanha	7
Alforria	166
Alíquotas	250
Alocação de recursos	96
Amenidades rurais	1
América Latina	252
Análise de intervenção	220
Análise de variância (ANOVA)	43

Palavra-chave	Número do Resumo
Análise dialética	183
Análise estatística multivariada	119
Análise fatorial	104
Análise multivariada	237
Análise numérica	66
Âncora cambial	26
Antiquarianismo	79
Apiáí	253
Aplicabilidade de teorias	238
Argentina	191
Aritmética desagradável de Sargent e Wallace	209
Artesanato	115
Atividades econômicas	126, 204
Aulas de Glasgow	223
Automação	153, 155
Automação de base microeletrônica	153
Autopoeisis	49
Autoridade monetária e cambial	184
Avaliação contingente	3
Avaliação de empresa	224
Avaliação de projetos	3, 232
Avaliação social de projetos	3
Bahia colonial	148
Balança comercial	75
Balanço de pagamentos	146
Banco Central	82, 110
Banco Central do Brasil	107, 184
Bancos	236
Bancos brasileiros	164
Bandas cambiais	17, 227
Bandas de intervenção	69
Barreiras à entrada	81
Base tributária	112, 250
Bem-estar	12, 24
Benefícios não-financeiros	44
Bens de salário	46
Bens não comercializáveis	145
Biodiversidade	103

Palavra-chave	Número do Resumo
Blocos regionais	151
Brasil	91, 104, 136, 142, 178, 188, 191
Brasil império	259
Brasil-colônia	55, 190
Café	124, 128, 189, 203
Cafeicultura	160, 161
Caio Prado Jr.	50
Cálculo fracionário	18
Cana-de-açúcar	229
Capacidade de absorção	4
Capacidade de pagamento	146
Capital	55, 190
Capital asset pricing model	224
Capital como adiantamentos	222
Capital energético	163
Capital estrangeiro	50
Capital financeiro	52
Capital humano	48
Capital internacional	106
Carga tributária	158
Cartéis de exportação	137
Casamento de escravos	124
CEE	241
Celulose	168
Choques inflacionários	242
Ciclo de negócios	245
Ciclos econômicos	169
Ciclos reais de negócios	105
Cidadania	233
Circulação	117
Classificação setorial	14
Cluster analysis	14
Clusters e distritos industriais	120
CNC	241
Coefficiente beta	224
Co-integração	11, 42, 75, 145, 228
Comércio	203
Comércio externo	254

Palavra-chave	Número do Resumo
Comércio ilegal	98
Comércio internacional	43
Competição evolucionária	243
Competição praticável	81
Competitividade do automóvel nacional	99
Complexo eletrônico	40
Comportamento	149
Comportamento criminoso	187
Comportamento econômico	61
Computadores	248
Concorrência	95
Concorrência bancária	82, 164
Condições de suficiência	70
Conflito distributivo	242
Conhecimento	61, 179
Conselho de Estado	259
Consórcios de saúde	246
Consumo	97
Consumo de bens não-duráveis	37
Conta corrente	228
Contabilidade da renda nacional	249
Contas regionais	212
Contenda do método	238
Contradição	171
Contrato coletivo	264
Contratos	219
Controle monetário	184
Convergência	74
Conversibilidade	26
Cooperativas	188
Coréia do Sul	262
Correção monetária	197
Correlação canônica	14
Costa Rica	191
CPR	89
Credibilidade	210, 247
Credibilidade e reputação	231
Crédito	52, 182, 217
Crédito rural	89

Palavra-chave	Número do Resumo
Crescimento	43
Crescimento econômico	16, 48, 135, 169, 262
Crescimento endógeno	16
Criminalidade	144
Crise	41
Crise da indústria automobilística	99
Crise demográfica	159
Crise fiscal	257
Crises financeiras	197
Critério da taxa interna de retorno	70
Cultura popular	78
Custo de rescisão de contratos de trabalho	62
Custo de transação	219
Custo de vida	21
Custos de ajustamento	105
Custos de insumos	8
Defesa comercial	137
Déficit operacional	29
Déficit orçamentário potencial	29
Déficit público	131, 197, 202, 257
Demanda	168
Demanda efetiva	68
Demanda por moeda	42
Demografia da escravidão	31
Demografia escrava	54, 124, 125, 160, 176
Demografia histórica	109, 128, 159, 161, 166, 175, 253
Densidade exata	18
Densidade sindical	119
Descentralização fiscal	2
Desconcentração industrial	13
Desempenho e perspectivas das exportações	186
Desempenho econômico	51
Desempenho industrial	214
Desemprego	60, 165, 188, 233, 265
Desemprego e inflação	131
Desenvolvimento	185, 252
Desenvolvimento da agricultura	67
Desenvolvimento e custos de desconstrução	62

Palavra-chave	Número do Resumo
Desenvolvimento econômico	251, 262
Desenvolvimento econômico brasileiro	33
Desenvolvimento regional	9, 120, 169
Desenvolvimento regional e modelo gravitacional	215
Desenvolvimento sustentável	162
Desequilíbrios regionais	212
Desigualdade	73
Desigualdade(s) regional(ais)	21, 22, 74
Despesa de juros	197, 202
Desqualificação versus qualificação do trabalho	153
Desvalorização cambial	131
Determinantes do progresso tecnológico	4
Dialética	171
Dilema do prisioneiro	194
Dinâmica	245
Dinâmica capitalista	34
Dinheiro	52, 196
Dinheiro passivo	199
Distribuição	116, 141
Distribuição de receita entre níveis de governo	260
Distribuição de renda	35, 46, 242
Distribuição funcional da renda	16
Distribuição interestadual da renda	74
Dívida externa	146
Dívida interna	131
Dívida pública	87, 136, 184, 202
Dividendos	11
Divisão do trabalho	154
Douglas North	251
Economia açucareira	148
Economia ambiental neoclássica	162
Economia brasileira	33, 59, 80, 84, 92, 98, 135, 180, 181, 200, 201, 263
Economia cafeeira	161
Economia clássica-marxiana	135
Economia colonial	133

Palavra-chave	Número do Resumo
Economia da escravidão	160, 161
Economia da saúde	246
Economia da tecnologia	5
Economia de escala	236
Economia industrial	127
Economia marxista	85, 86
Economia neo-schumpeteriana	179
Economia política	34, 53, 86
Economia política clássica	76
Economia pós-keynesiana	82
Economia regional	22, 169
Economia regional e urbana	20
Educação	73, 77, 218
Efeito Tanzi	192
Efeitos ambientais	232
Efeitos indiretos	232
Efeitos macroeconômicos	24
Efeitos-renda	23
Eficiência	17, 207
Eficiência produtiva	154
Elasticidade-renda	97
Elasticidades de arrecadação	192
Eletricidade	219
Emprego	30, 38, 39, 41, 45, 169, 211
Emprego rural	104
Endogeneidade da moeda	150
Entropia e sustentabilidade	163
Epistemologia	72
Equilíbrios múltiplos	172
Erro de previsão quadrático médio	18
Escambo	198
Escola de Cambridge	16
Escolha racional	187
Escravidão	54, 115, 125, 128, 175, 204
Escravidão urbana	166
Escravidão	55, 161, 177, 190, 203
Escravo(s)	124, 126

Palavra-chave	Número do Resumo
Esgotamento de recursos naturais	249
Estabilidade de preços	143
Estabilidade do sistema global	163
Estabilidade macroeconômica	96
Estabilização	94
Estabilização econômica	8
Estado de confiança	174
Estado de São Paulo	20
Estados Unidos	28, 32
Estimação empírica	47
<i>Estimator</i> de forma reduzido parcialmente restringido	18
Estratégia de retaliação	194
Estrutura de posse de escravos	253
Estrutura domiciliar	253
Estrutura fundiária	67, 177
Estrutura industrial	6
Estrutura industrial brasileira	127
Estrutura ocupacional	113
Estrutura produtiva	56
Estruturas dissipativas	49
Ética	93
Etnia	166
Evolução da cooperação	194
Expansão fiscal	136
Exportações paranaenses	186
Extensificação	147
Externalismo	79
Falácia anacrônica	79
Família escrava	115, 160
Fatores de conversão	232
<i>Federal Reserve System</i>	230
Federalismo	96, 212
Federalismo fiscal	2, 122, 206, 240, 246
Feijão	97
Filosofia da ciência	79
Filosofia das instituições	140
Filtro de Kalman	157, 247
Finanças públicas	2, 66, 76, 90, 189, 192

Palavra-chave	Número do Resumo
Flexibilidade	156
Flutuações endógenas	245
Fluxos de capitais	178
FMI	191
Fordismo	41, 155, 156, 183
Formação econômica do Brasil	80
Formação profissional	111
Forragens	28
Fragilidade financeira e ciclos econômicos	174
Fumo	203
Função de transferência	130, 220
Funcionalismo	193
Fundamentos microeconômicos da macroeconomia	16
Fundo de participação dos municípios - FPM	237
Gastos com P&D	127
Gasto(s) público(s)	48, 131
Gênero	78
Gerações superpostas	66
Globalização	34, 43, 151
Globalização financeira	7, 82
Governança	219
Governança corporativa	7
Governança financeira de empresas	7
Governo	185
Governo Dutra	225
Grupos de interesse	51, 248
Gudin	33
Hayek	244
Hiperinflação	84
História	261
História bancária	259
História da ciência econômica	235
História da economia	49
História da moeda	129
História de Minas Gerais	109, 175
História de São Paulo	160
História demográfica	54, 159

Palavra-chave	Número do Resumo
História demográfica e econômica	161
História do Brasil	55, 190
História do pensamento econômico	244
História econômica	51, 55, 159, 189, 190, 203
História econômica paulista	6
Historiografia da ciência econômica	79
Homem econômico	139
Igualação das taxas de lucro setoriais	95
Imposto de renda	112, 158, 239
Imposto sobre ativos	158
Imposto sobre serviços	90
Imposto sobre valor adicionado	206, 250
Imposto territorial rural	170
Impostos municipais	189
Impostos sobre o valor adicionado	90
Incentivos	246
Incerteza	61
Inconfidência mineira	159
Incubadoras de base tecnológica	88
Independência do Banco Central	143
Independência dos bancos centrais	230
Indexação	226
Índice de preços multilateral	21
Índice(s) de preço(s)	58, 220
Individualismo metodológico	193
Indústria	119
Indústria automobilística	99
Indústria brasileira	36, 105
Indústria de autopeças	27
Indústria de cimento	14
Indústria têxtil caseira	113
Industrialização	19
Industrialização regional	214
Inércia inflacionária	247
Inflação	26, 29, 35, 84, 188, 202, 242
Inflação brasileira	226
Inflação por conflito	116

Palavra-chave	Número do Resumo
Inflação reprimida	198
Inflação verdadeira	221
Informática	248
Infra-estrutura	118
Inovação	241
Inovação organizacional	111
Inovação tecnológica	111
Instabilidade do equilíbrio macroeconômico	95
Instabilidade estrutural	34
Instituições	61, 72
Instrumentalismo	64
Instrumentalismo epistemológico	235
Integração econômica	137
Intensidade fatorial	254
Intensificação	147
Interação social	144
Intermediação financeira	107
Internalismo	79
Introspeção	72
Investimento	46, 57
J. S. Mill	139, 140
Jogo evolucionário	194
Karl Marx / Marx	53, 171, 179, 216
Keynes	57, 68, 108, 221
Keynes e pós-keynesianos	231
Liberalismo	1, 225
Liberalização	151
Liberalização cambial	152
Libertos	109
Liquidez	15
Listas nominativas	175
Livre comércio	100
Livres de cor	109
Lógica	171
Lógica do capital	183
Luta biológica	147
Madeira combustível	148
Mäki	83

Palavra-chave	Número do Resumo
Manufatura	154
Mão-de-obra	58
Maquinaria	154
Margem de comercialização	130
Mark-up bancário	141
Marx versus Smith-Babbage-Braverman sobre divisão do trabalho	153
Materiais	58
McCloskey	83
Mecanismos de propagação	242
Médio Vale do Itajaí	120
Meio ambiente	162
Meios de comunicação sistêmicos	196
Mercado	234
Mercado a termo	89
Mercado de trabalho	25, 38, 39, 169, 89, 265
Mercado(s) futuro(s)	17, 89
Mercado internacional de celulose	168
Mercado interno	113, 133, 176
Mercado negro	198
Mercado secundário	191
Mercado urbano de trabalho	60
Mercados contestáveis	81
Mercados de capitais	91
Mercosul	10, 215, 254
Metafísica	171
Metas inflacionárias	143
Método	53, 123
Metodologia	57, 121
Metodologia da economia	49
Metodologia econômica	255
Metodologia para identificação de clusters	36
Métodos de análise regional	13
Métodos de mensuração	207
Métodos estatísticos	47
México	191
Minas Gerais	31, 229

Palavra-chave	Número do Resumo
Mineração	31, 159
Mobilidade da mão-de-obra	106
Mobilidade de capital(is)	94, 228
Mobilidade ocupacional	165
Modelo Cagan	29
Modelo de ciclos reais de negócio	37
Modelo de correção de erro	75
Modelos ARIMA	220
Modelos de equilíbrio geral computável	92
Modelos de fronteira de produção	207
Modelos de planejamento	92
Modelos de taxa de câmbio	227
Modelos de utilidade da firma	149
Modelos de valor presente	11
Modelos dinâmicos	187
Modelos econométricos	234
Modelos GARCH	157
Modelos Probit	142
Modelos teóricos	51
Modelos VAR	228
Moderna colonização	204
Modernização	40, 67
Modernização agrícola	65
Moeda	117, 152, 217
Momentos exatos	18
Monopólio	63
Monopólio natural	118
Moratória	191
Mortalidade	12
Motivo finanças	173
Mudança tecnológica	27, 218
Mudanças estruturais	8, 19, 38
Mudanças macroeconômicas	120
Mudanças na agropecuária de São Paulo	101
Mundo da vida	195
Nacionalismo	50, 248
Não-linearidades e externalidades de rede	172

Palavra-chave	Número do Resumo
Naturalismo	72
Natureza humana	139
Necessidades humanas	72
Negociação coletiva	264
Neoclássicos	57
Network	44
Níveis de consciência	61
Nível de atividade	141
Nível de emprego	62
Nível salarial	25
Nordeste brasileiro	177
Nova atuação	185
Nova economia de instituições	91
Novo institucionalismo	251
Novo sindicalismo	211
Novos keynesianos	123
O sentido da desqualificação em Marx	153
Objetivos múltiplos	149
Obras públicas	58
Ocupação	60
Oferta	168
Oferta e procura	234
Oferta industrial	8
Ohnoísmo	155, 156
Oligopólio	63
Ontologia	64
Operações de mercado aberto	180, 181
Orçamento público	189
Organização industrial	14
P&D	88
Padrão de concorrência	40
Padrão-ouro	85, 129
Paisagem	103
Papel e papelão	234
Paradoxo de desempenho	207
Paridade do poder de compra	145
Participação feminina	56

Palavra-chave	Número do Resumo
Passividade monetária	84, 180
Patentes	5
Pecuária	28, 203
Pensamento econômico brasileiro	33
Pensamento econômico neoliberal	33
Pequenas firmas inovadoras	88
Período militar	59
Pesquisa	32, 256
Pesquisa e desenvolvimento	205
Planejamento	20
Plano Baker	191
Plano Brady	191
Plano Real	102, 152, 188, 226, 242
Planos Cruzado e Collor	210
Planos de estabilização	247
Plantation	203, 204
Poder	196
Poder concedente	118
Política agrícola	1
Política ambiental	103
Política cambial	84
Política de concorrência	137
Política de rendas	45
Política(s) econômica(s)	19, 59, 84
Política econômica e crescimento	225
Política educacional e de saúde pública	167
Política fiscal	30
Política monetária	30, 84, 129, 143, 180, 181, 198, 199, 200, 201, 230, 231
Política monetária restritiva	209
Política nacional de informática	248
Política social	233
Política tributária	122
Políticas de emprego	265
Políticas de estabilização	35, 84
Políticas públicas	39, 252
População	126

Palavra-chave	Número do Resumo
Posição na ocupação	165
Pós-keynesiano	9
Posse de escravos	54, 126
Poupança	23
Pragmatismo	121
Precariedade	60
Preço natural e estoques	223
Preço próprio (<i>bon prix</i>)	222
Preços	95, 115, 203
Preços agrícolas	69
Preços de ações	11
Preços dos escravos	160
Preços fundamental e corrente	222
Preços industriais	8
Preços relativos	208, 242
Preferência pela liquidez	173
Preferências lexicográficas	149
Prêmio de risco	17, 87
Princípio de origem e destino	250
Privatização	138, 224
Probabilidade	15
Probabilidade subjetiva	210
Procedimentos operacionais	199, 200, 201
Processos de <i>catching up</i>	4
Processos históricos	49
Produção em massa	155, 156
Produção têxtil-vestuarista	120
Produtividade	91, 169
Produtividade industrial	13
Produtividade total	132
Produto	30
Produto social	77
Produtor de café	125
Programa de pesquisa científica: evolução	81
Programas de estabilização	45
Progresso da economia	235
Progresso técnico	135
Progresso técnico e processo de trabalho	213

Palavra-chave	Número do Resumo
Propriedade	41
Proprietário de escravos	125
Proteção ambiental	20
Proteção comercial	51
Protecionismo	100, 137
Qualificação	111
Quesnay	222
Quota-parte dos municípios no ICMS	237
Racionalidade	195
Racionalidade limitada	149, 243
Raízes unitárias	75
Realismo	238
Realismo crítico	255
Realismo filosófico	72
Recursos humanos	44
Recursos naturais	252
Reforma da política agrícola comum	1
Reforma da Previdência Social	24
Reforma fiscal	90, 167
Reforma monetária	26
Reforma patrimonial	184
Reforma tributária	260
Regimes cambiais	94, 152, 178
Regiões metropolitanas	21
Regulação	118, 138, 246
Regulação de preços	63
Regulamentação bancária	82
Relações de trabalho	264
Relações intergovernamentais	2
Relativismo	64, 79
Religião	93
Renda mínima	233
Renda mínima garantida	134
Rendas <i>per capita</i> estaduais	74
Repartição da riqueza	204
Repartição de gastos entre níveis de governo	240
Reprodução natural	176
Reserva de mercado	248

Palavra-chave	Número do Resumo
Reservas bancárias	199, 200
Resiliência	163
Restrição orçamentária do governo	210
Restrição orçamentária do setor público	146
Retórica	83
Retórica da economia	255
Retornos de escala e seleção	243
Revolução de 1930	80
"Rigidificação"/rigidez	156
Rio de Janeiro	128
Salário	39
Salários industriais	71
Salvador	166
Saneamento	185
São Paulo	56, 126, 136
Satisfação	149
Saúde	48
Schumpeter	235
Século XXI	28, 32
Segmentação no mercado de trabalho industrial	6
Segurança alimentar	256
Semi-inflação	221
Sergipe	177
Serviço universal	138
Setor agrícola	213
Setor bancário brasileiro	182
Setor competitivo	30
Setor formal	30, 39
Setor informal	30, 60
Setor não competitivo	30
Setor público	184, 263
Setores competitivos e não-competitivos	208
Shackle	15
Sindicalismo	41, 264
Sindicalismo no Brasil	211
Sistema BNDES	185
Sistema de preços	45
Sistema de saúde brasileiro	12

Palavra-chave	Número do Resumo
Sistema econômico	195, 196
Sistema econômico e meio ambiente	163
Sistema financeiro	9, 110, 182
Sistema financeiro brasileiro	236
Sistema Financeiro Nacional	107
Sistema monetário	129
Sistema monetário internacional	85
Sistemas de produção	147
Sistemas de produção integrados	147
Sistemas nacionais de inovação	4, 5
Soberania monetária	26
Sobredeterminação	117
Socialismo	140
Sociedade e cultura escravista	114
Socioeconomia	238
Sociologia rural	103
Software	248
Solos	103
Suavização do consumo	228
Subdesenvolvimento	114
Sustentabilidade	28, 32, 149, 252, 256
Tamanho da firma	205
Tamanho da firma e inovação	127
Taubaté	203
Taxa(s) de câmbio	23, 98, 142
Taxa de desemprego	25
Taxa(s) de inflação	208
Taxa(s) de juros	47, 87, 141, 173
Taxa de retorno exigida ajustada pelo risco	224
Taylorismo	183
Taylorismo-fordismo	154
Tecnologia	241
Tecnologia e convergência	214
Telecomunicações	138
Tentativas de industrialização	114
Teoria da firma	149
Teoria da regulação	213

Palavra-chave	Número do Resumo
Teoria de preços fisiocrática	222
Teoria do capital	16
Teoria do consumidor	23
Teoria do processo cumulativo	244
Teoria dos ciclos econômicos	244
Teoria e política comercial	100
Teoria econômica	86, 123
Teoria Geral	108
Teoria marxista do valor	216
Teoria monetária pós-clássica	217
Teoria neoclássica	195
Teoria neo-ricardiana	68
Teoria pós-keynesiana	10, 108, 150, 182, 217
Teorias da verdade	83
Teorias de longo prazo	68
Terra	204
Testes de mudanças estruturais	19
Timing do imposto inflacionário	209
Tipologia municipal	237
Tomate	130
Toyotismo	183
Trabalhadores qualificados e não qualificados	25
Trabalhadores rurais	67
Trabalho	41, 134, 179, 211, 233, 261
Trabalho excedente	106
Trabalho indivisível	105
Trabalho produtivo e produto líquido	222
Trabalho vivo	155
Tradição neoclássica	64, 121
Tráfico interprovincial de cativos	160
Transição	261
Transição do trabalho escravo para o trabalho livre	177
Transmissão de preços	130
Tributação indireta	90
Tributos	76
União(ões) monetária(s)	10, 96
Urbanização	97

Palavra-chave	Número do Resumo
Uruguai	191
Utilitarismo	139
Utopia liberal	140
Utopia moral	140
Valor adicionado	77
Valor da terra nua	170
Valores pessoais	93
Valor-trabalho	216
Vargas	19
Variabilidade cambial	227
Varição de eficiência	132
Varição tecnológica e convergência	132
Variáveis dependentes limitadas	258
Variáveis qualitativas	258
Velocidade	42
Venezuela	191
Venture capital	44
Vício ricardiano	238
Viés de seleção de amostra	144
Vila Rica	159
Volatilidade	37, 157
Wicksell	244

Índice de Autores

Autores	Número do Resumo
ABRAMOVAY, Ricardo	1
AFONSO, José Roberto Rodrigues	2, 90
AGUIRRE, Antonio	3
ALBUQUERQUE, Eduardo da Motta e	4, 5, 36, 127, 179
ALDRIGHI, Dante Mendes	6, 7
ALLAIN, Marcelo Resende	8
ALVES JÚNIOR, Antonio José	182
AMADO, Adriana M.	9, 10, 151
ANCHITE, Claudine Furtado	11
ANCORA, Milene	165
ANDRADE, Mônica Viegas	12
ANDRADE, Thompson Almeida	13
ANGELO, Cláudio Felisoni de	14
ANJOS JR., Moacir dos	15
ARAUJO, Jorge Thompson	16
ARAÚJO, Paulo Fernando Cidade de	77
ARBEX, Marcelo A.	17
ARVIN-RAD, Hassan	18, 19
AZZONI, Carlos Roberto	20, 21, 22
BACHA, Carlos José Caetano	229
BALBINOTTO NETO, Giacomo	265
BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade	60
BARBOSA, Fernando de Holanda	23
BARRETO, Flávio Ataliba F. D.	24, 132
BARROS, Ricardo Paes de	25
BATISTA JR., Paulo Nogueira	26
BEDÊ, Marco Aurélio	27
BENBROOK, Charles M.	28
BENDER, Siegfried	29, 30
BERGARD, Laird W.	31
BIRD, G. W.	32
BORGES, Maria Angélica	33
BRAGA, José Carlos de Souza	34
BRAGA, Márcio Bobik	35
BRAKARZ, José	167
BRITTO, Jorge	36

Autores	Número do Resumo
BUENO, Rodrigo De Losso S.	242
BUGARIN, Maurício	246
BUGARIN, Mirta N. S.	37
CACCIAMALI, Maria Cristina	38, 39
CAMARGO, Maria de Lourdes B.	220
CAMPOS, Nauro	40
CAMPREGHER, Gláucia Angélica	41
CAPORALE, Guglielmo Maria	42, 43
CARMO, Heron E. do	21, 242
CARNEIRO, Francisco Galvão	142
CARVALHO, A. Gledson de	44
CARVALHO, Enéas Gonçalves de	156
CARVALHO, Fernando J. Cardim de	45
CARVALHO, José L.	69
CARVALHO, Paulo Gonzaga M. de	71
CASSEB, Norma Cristina Brasil	46
CASSETTARI, Ailton	47
CASTIÑEIRA, Berta Rivera	48
CERQUEIRA, Hugo E. A. da Gama	179
COATS, A. W.	49
COELHO, Danilo	165
COLISTETE, Renato Perim	50, 51
CORAZZA, Gentil	52, 53
COSTA, Dora Isabel Paiva da	54
COSTA, Iraci del Nero da	55, 159, 190
COSTA, Letícia B.	56
CROCCO, Marco	57
CYRILLO, Denise C.	58
CYSNE, Rubens Penha	59
DANIELI NETO, Mário	133
DEDECCA, Claudio Salvadori	60
DEQUECH, David	61
DIAS, Adriano Batista	62
DIAS, Joilson	63
DOMINGUES, E. P.	92
DUARTE, Adriano Romariz	224
DUAYER, Mário	64
EHLERS, Eduardo	65
ELLERY JUNIOR, Roberto de Góes	37, 66

Autores	Número do Resumo
ESPÍRITO SANTO, Evelise Nunes do	67
FARIA, Diomira M. C. P. de	3
FARIA JR., Francisco	105
FARIA JR., José Carlos de	68
FARO, Clovis de	69, 70
FARO, Paula de	70
FAVA, Vera Lucia	58
FEIJO, Carmem Aparecida do V. Costa	71
FEIJÓ, Ricardo	72
FERNANDES, Reynaldo	73
FERRAZ, João Carlos	40
FERREIRA, Afonso Henriques Borges	74, 75
FIGUEIREDO, Lízia de	76
FIORE, Eraldo Genin	77
FLORES, Roberto	252
FOGEL, Miguel	25
FONSECA, Claudia	78
FONSECA, Eduardo Giannetti da	79
FONSECA, Pedro Cezar Dutra	80
FONTENELE, Ana Maria	81
FREITAS, Maria Cristina Penido de	82
FUCIDJI, José Ricardo	255
GARCÍA FERNÁNDEZ, Ramón	83
GARCIA, Márcio G. P.	84
GERMER, Claus M.	85, 86
GIRARDIN, Ph.	147
GONÇALVES, Carlos Eduardo Soares	87
GONÇALVES, Eduardo	88
GONÇALVES, José Francisco de Lima	118
GONZALEZ, Bernardo Celso R.	89
GONZALEZ, Manuel José Forero	146
GORINI, Ana Paula	90
GRASSO, Carla	245
GUIMARÃES NETO, Leonardo	169
GUIMARÃES, Paulo	63
HABER, Stephen	91
HADDAD, Eduardo A.	92
HALL, Stephen	42
HANSEN, Mark Hillary	93

Autores	Número do Resumo
HAQ, Mohammad Fazal	43
HASENCLEVER, Lia	205
HERMANN, Jennifer	94
HERSCOVICI, Alain	95
HILLBRECHT, Ronald	96
HOFFMANN, Rodolfo	97
HOLANDA, Marcos C.	98
HOLLANDA FILHO, Sergio Buarque de	99, 100
HOMEM DE MELO, Fernando	101, 102
IKERD, John	32
ISAI, Joao Yo	20
ISSLER, João Victor	11, 228
JOLLIVET, Marcel	103
JORGE NETO, Paulo de Melo	236
KADOTA, Décio K.	243
KAGEYAMA, Angela	104
KAIMOWITZ, David	252
KANCZUK, Fábio	87, 105
KARAYALÇIN, Cem	106
KATO, Heitor T.	130
KILSZTAJN, Samuel	107
KLGSBRUNN, Victor Hugo	108
KLEIN, Herbert S.	109, 175
LAPAVITSAS, Costas	217
LAVINAS, Lena	212
LEAL, Carlos Ivan Simonsen	110
LEITE, Elenice M.	111
LEMOS, Augusto Jefferson	112
LEMOS, Maurício B.	212
LIBBY, Douglas Cole	113, 114, 176
LIMA, Carlos A. M.	115
LIMA, Francisco	132
LIMA, Gilberto Tadeu	116, 117, 141
LIMA, José Luiz	118
LIMA, Marcos A.	119
LINS, Hoyêdo Nunes	120
LISBOA, Marcos de Barros	12, 121
LONGO, Carlos Alberto	122

Autores	Número do Resumo
LOPES, Carlos Magno	123
LOPES, Luiz Martins	136
LOUREIRO, Paulo R. A.	144
LUNA, Francisco Vidal	124, 125, 126
MAC DOWELL, Maria Cristina	246
MACEDO, Nilo Lopes de	71
MACEDO, Paulo Brígido Rocha	127
MACHADO, Claudio C.	212
MAGINA, Manoel	212
MARCONDES, Renato Leite	128, 129, 160
MARGARIDO, Mario Antonio	130, 220
MARINHO, Emerson	131, 132
MARIUTTI, Eduardo Barros	133
MARQUES, Maria Beatriz Leme	182
MARQUES, Pedro Valentim	89
MARQUES, Rosa Maria	134
MARQUETTI, Adalmir A.	135
MARTONE, Celso Luiz	136
MATTOS, César	137, 138
MATTOS, Laura Valladão de	139, 140
MEDEIROS, João Leonardo	64
MEIRELLES, Antonio J. A.	141
MELLO JR., Luiz R. de	142
MENDONÇA, Helder Ferreira de	143
MENDONÇA, Mário Jorge Cardoso de	144
MENDONÇA, Rosane	25
MENEZES FILHO, Naércio Aquino	73
MENEZES, Flávio M.	145
MENEZES, Tatiane	21
MEYER, Arno	146
MEYNARD, J.-M.	147
MILLER, Shawn W.	148
MIRANDA, Rogério Boueri	66
MOLDAU, Juan Hersztajn	62, 149
MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg	150, 151, 152
MORAES NETO, Benedito Rodrigues de	153, 154, 155, 156
MORAIS, Igor A. C. de	157
MOTTA, João Ricardo S. T. da	158

Autores	Número do Resumo
MOTTA, José Flávio	159, 160, 161
MÜELLER, Charles C.	162, 163
NAKANE, Márcio I.	164
NERI, Marcelo	165
NISHIDA, Mieko	166
NOGUERÓL, Luiz Paulo Ferreira	133
NOZOE, Nelson	161
NUNES, Edson de Oliveira	167
NUNES, Luis Currais	48
OLIVEIRA, Antônio Donizette de	168, 234
OLIVEIRA, Carlos Augusto C.N.V. de	219
OLIVEIRA, Carlos Wagner de Albuquerque	169
OLIVEIRA, José Teófilo	170
OLIVEIRA, Luiz Guilherme Schymura de	24
OLIVEIRA, Roberto Guena de	171
OREIRO, José Luís	172, 173, 174
PAINCEIRA, Juan Pablo	64
PAIVA, Clotilde Andrade	109, 175, 176
PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto dos	177
PASTORE, Affonso Celso	178
PAULA, João Antônio de	179
PAULA, Luiz Fernando Rodrigues de	180, 181, 182
PAULANI, Leda Maria	183
PEARLMAN, Joseph	43
PELLEGRINI, Josué Alfredo	184, 185
PEREIRA, Laércio Barbosa	186
PEZZIN, Líliliana E.	187
PINHO, Diva Benevides	188
PINOTTI, Maria Cristina	178
PINTO, Alexandre	165
PIRES, Julio Manuel	39, 55, 189, 190
PORTELLA FILHO, Petrônio	191
PORTUGAL, Cristiano O.	192
PORTUGAL, Marcelo Savino	157, 192, 247
PRADO, Eleutério F. S.	193, 194, 195, 196, 243
RAMALHO, Valdir	197, 198, 199, 200, 201, 202
RAMUNDO, Júlío César	90

Autores	Número do Resumo
RANGEL, Armênio de Souza	203, 204
REHDER, Paulo	104
RESENDE, Marcelo	119, 145, 205
REZENDE, Fernando	206
REZENDE, José Luiz Pereira de	168, 234
RIBEIRO, Carlos A. C.	207
RIOS NETO, Eduardo	212
RIZZIERI, Juarez A. B.	208
ROCHA, Fabiana	209, 210
RODRIGUES, Iram Jácome	211
ROLIM, Cássio Frederico C.	212
ROMEIRO, Ademar Ribeiro	213
ROSA, Antonio Lisboa T. da	214
ROTATORI, Wilson Luiz	17
SÁ PORTO, Paulo C. de	215
SAAD FILHO, Alfredo	216, 217
SACHSIDA, Adolfo	144
SALM, Cláudio	218
SANTANA, Edvaldo Alves de	219
SANTIAGO, Maura M. D.	220
SANTOS, Raul Cristovão dos	221, 222, 223
SANVICENTE, Antonio Zoratto	14, 224
SARETTA, Fausto	225
SAYAD, João	226
SEABRA, Fernando	227
SENNA, Fernanda Assed de A.	228
SERRA, Rodrigo Valente	13
SHIKIDA, Pery Francisco de Assis	229
SICSÚ, João	230, 231
SILVA NETO, Alfredo Lopes	232
SILVA, Josué Pereira da	233
SILVA, Luiz Afonso Simoens da	10
SILVA, Márcio Lopes da	234
SILVA, Marcos Fernandes Gonçalves da	235
SILVA, Maria Luiza Falcão	152
SILVA, Orlando Monteiro da	168, 234
SILVA, Tarcio Lopes da	236
SILVA, Vera Martins da	237

Autores	Número do Resumo
SILVEIRA, Antonio Maria da	238
SILVEIRA, José Maria J. da	213
SIMONSEN, Mario Henrique	239, 240
SOARES, Maria Isabel T. R.	241
SOARES, Paulo de Tarso P. L.	242
SOROMENHO, Jorge Eduardo de Castro	243, 244
SOUZA, Nali de Jesus de	262
STRACHMAN, Eduardo	255
TEIXEIRA, Joaúdio Rodolpho	245
TEIXEIRA, Luciana	246
TEJADA, César A. O.	247
TONETO JR., Rudinei	35
TONOOKA, Eduardo Kyoshi	248
TORRAS, Mariano	249
TORRES, Ivo	250
TOYOSHIMA, Silvia Harumi	251
TRIGO, Eduardo	252
UENO, Lídia Hatsue	130
URGA, Giovanni	42
VALENTIN, Agnaldo	253
VASCONCELOS, Claudio R. Fófano	254
VASCONCELOS, Marcos Roberto	255
VEIGA, José Eli da	256
VELLOSO, Raul Wagner dos Reis	257
VICENTE, José Roberto	258
VILLELA, André	259
VILLELA, Luiz Arruda	260
WEBER, Beatriz Teixeira	261
WERLANG, Sérgio Ribeiro da Costa	110
WILLIAMS, Geoffrey	42
WILLUMSEN, Maria José	19
WITTE, Ann Dryden	19
YOON, Taek Dong	262
ZINI JR., Álvaro Antônio	263
ZYLBERSTAJN, Hélio	264, 265

AOS COLABORADORES DA ESTUDOS ECONÔMICOS

1. NATUREZA DAS COLABORAÇÕES

A Revista *Estudos Econômicos* publica trabalhos inéditos na área de Economia, de autoria de pesquisadores brasileiros e estrangeiros.

2. APRESENTAÇÃO DOS ORIGINAIS

Recebemos originais em português e inglês. Os textos devem ter extensão máxima de 30 laudas ou folhas de papel ofício, numeradas, digitados em um único lado, em espaço um e meio e em 3 vias. Os originais deverão fazer-se acompanhar de um resumo de 100 a 150 palavras, 3 a 5 palavras-chave, ambos em inglês e português e o JEL Classification. Além disso, os originais deverão trazer o título e o nome do(s) autor(es), seguidos da qualificação profissional do(s) mesmo(s).

Os artigos que contiverem fórmulas deverão vir acompanhados de demonstração das mesmas para facilitar a análise dos pareceristas.

Recomenda-se que tabelas e gráficos sejam apresentados em papel branco, com as legendas e fontes completas, e as respectivas localizações assinaladas no texto.

As referências bibliográficas - apenas aquelas efetivamente citadas no corpo do trabalho - deverão ser apresentadas ao final do texto, em ordem alfabética, em conformidade com a norma NBR-6023 da ABNT.

Além de três vias impressas, solicita-se que nos seja encaminhada uma versão dos originais em disquete ou via e-mail, contendo os arquivos do texto e das tabelas somente em formato Word e gráficos em Excel. Os arquivos dos gráficos, figuras e mapas deverão ser entregues nos formatos originais e separados do texto.

3. APRECIÇÃO DOS ORIGINAIS

Os trabalhos recebidos pela editoria são submetidos à apreciação de membros do Conselho Editorial de *Estudos Econômicos* no sistema *double blind review*, vale dizer, os autores não tomam conhecimento dos conselheiros - e vice-versa - em momento algum do processo de avaliação.

4. RESENHAS

Estudos Econômicos estampa resenhas de livros, artigos, e trabalhos. Tais resenhas deverão seguir as mesmas normas de apresentação de originais e observando-se o limite de 5 a 10 laudas ou folhas de papel ofício.

5. PROVAS IMPRESSAS OU DIGITAIS

As provas impressas ou digitais serão remetidas aos autores, os quais deverão fazer a verificação dentro do prazo estipulado pela Editoria. Findo o prazo, a Editoria considera que os autores concordam com o formato constante das provas.

6. SEPARATAS

O autor receberá de 3 a 5 exemplares de cada número no qual seu artigo for publicado, além de 15 separatas.

7. REMESSA DOS ORIGINAIS

Os trabalhos com vistas à publicação devem ser enviados para:

Editor de *Estudos Econômicos* - e-mail: restecon@edu.usp.br

Caixa Postal 11.474 Agência Pinheiros

05422-970 - São Paulo (SP)